UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRA
MESTRADO EM HISTÓRIA

IGOR PASQUINI POMINI

REVOLUÇÃO ESPANHOLA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS AUTOGESTIONÁRIOS (1936-1939)

UBERLÂNDIA - MG

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRA
MESTRADO EM HISTÓRIA

IGOR PASQUINI POMINI

REVOLUÇÃO ESPANHOLA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS AUTOGESTIONÁRIOS (1936-1939)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título do Mestre em História, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Dilma Andrade de Paula.

Área de Concentração: História Social

UBERLÂNDIA - MG

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P786r Pomini, Igor Pasquini, 1983-
2013 Revolução Espanhola: uma análise dos processos autogestionários (1936-1939) / Igor Pasquini Pomini. -- 2013.
155 f. : il.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Espanha - História - Teses. 3. Espanha - História - Guerra Civil, 1936-1939 - Teses. 4. Espanha - História - República, 1931-1939 - Teses. I. Paula, Dilma Andrade de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

IGOR PASQUINI POMINI

REVOLUÇÃO ESPANHOLA: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS AUTOGESTIONÁRIOS (1936-1939)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título do Mestre em História, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Dilma Andrade de Paula.

Área de Concentração: História Social

Data de Aprovação:___/___/_____

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof.ª Dr.ª Dilma Andrade de Paula – Orientadora – UFU

_____

Prof.ª Dr.ª Jacy Alves de Seixas – UFU

_____

Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Gomes Muniz – UFT

Agradecimentos

Para mim, por diversos motivos, escrever os agradecimentos é uma das partes mais difíceis do presente trabalho. Assim, serei breve e não farei muitos comentários. Gostaria de agradecer, primeiramente, a meu pai e minha mãe, Osmar e Neide, sem os quais tudo isso não teria sido possível. Gostaria de agradecer também a Mariana, pelos nove anos que tem me aguentado e pelos ouvidos inchados de tanto ouvir falar de Guerra Civil Espanhola. Gostaria também de agradecer a todos que, de diversas formas, me ajudaram neste trabalho: Regina Ilka, Marta Emísia, Sérgio Paulo, Deivy Ferreira, Jacy, Paulo Almeida, Ana Lúcia Muniz, Thiago Lemos, Muniz, Fabrício, Guilherme Roitberg, Alexandra, Seu Jorge, Nádia, Eduardo, Camila, Mogica, Buba, Morato, Janis, Rafael, Isabel e outros que, apesar de terem sua parcela de contribuição, acabei esquecendo. Um agradecimento especial vai para minha orientadora, Dilma de Paula, por todo o trabalho nestes mais de dois anos de pesquisa e por fomentar em mim o maior motor de qualquer pesquisa histórica: a dúvida.

“A Exploração do homem pelo homem e a dominação do homem pelo homem são inseparáveis e uma é a condição para a outra” (Rudolf Rocker)

“É historicamente sabido que os opressores sempre se julgaram a vanguarda dos oprimidos. Os senhores feudais julgavam-se os paizinhos da sociedade, a burguesia aparecia como vanguarda do povo; por que a burocracia não pode aparecer como vanguarda do proletariado?” (Maurício Tragtenberg)

Resumo

O presente trabalho visa contribuir para a reflexão sobre os processos autogestionários ocorridos durante a Revolução Espanhola (1936-1939), processo este que ocorreu paralelamente a uma cruel e sanguinária guerra civil. Tal pesquisa procura entender a origem da autogestão na Espanha da década de 1930 e compreender as causas de sua expansão e retração, influenciada tanto por fatores internos – contexto de guerra civil, disputas político-ideológicas, questões econômicas, luta de classes, etc. – quanto externos – principalmente as questões diplomáticas internacionais no contexto de pré-Segunda Guerra Mundial, embora seja um erro ver o conflito espanhol apenas como um "ensaio" desta, e na política de fornecimento de armas para a "República". Ao adentrarmos no estudo das coletivizações – como eram chamadas as propriedades autogeridas – espanholas podemos entender também as disputas ideológicas ocorridas no seio do movimento operário, não apenas dentro da Espanha mas também em nível internacional – principalmente as relações do movimento operário com a ideologia e a prática stalinista. A autogestão se difundiu enquanto o predomínio dos revolucionários heterodoxos – não inspirados pelo regime moscovita, sendo não apenas os anarquistas mas também alguns comunistas dissidentes – durou, tendo retraído a partir do momento em que os comunistas stalinistas e os republicanos alcançaram o predomínio político. No entanto, seria um erro atribuir a decadência e a derrota definitiva das coletivizações apenas à atuação dos comunistas. É preciso compreender suas limitações e contradições internas. E é exatamente isso que guia esta pesquisa, buscando contribuir assim para o estudo e para a compreensão do processo revolucionário espanhol.

Palavras Chave: Revolução Espanhola; Guerra Civil Espanhola; Autogestão; Anarquismo; Comunismo.

Abstract

This study aims to contribute to the reflection on the self-managed processes which occurred during the Spanish Revolution (1936-1939), a process that occurred in parallel to a cruel and bloody civil war. This research tries to understand the origin of self-management in Spain, in the 1930s, and to comprehend the causes of its expansion and contraction, influenced by both internal factors – the civil war context, political-ideological disputes, economic issues, class struggle etc. – and external factors – mainly international diplomatic issues on pre-World War II context (although seeing the Spanish conflict as just a "rehearsal" for the War is a mistake), and on the policy of weapon supply to the "Republic". Upon getting into the study of Spanish collectivization – as the self-managed properties were called – we may also understand the ideological disputes from within the labor movement, not just in Spain, but also internationally – particularly the relations of the labor movement with the Stalinist ideology and practice. The self-management spread whilst the predominance of heterodox revolutionaries lasted (not the ones who were inspired by the Moscow regime, as they were not only the anarchists, but also some communist dissidents). It retracted when the Stalinist communists and republicans reached political predominance. However, attributing the decadence and ultimate defeat of collectivization only to the communist actions would be a mistake. It is necessary to appreciate its limitations and internal contradictions. This is exactly what guides this research, which seeks to contribute to the study and comprehension of the Spanish revolutionary process.

Keywords: Spanish Revolution; Spanish Civil War; Self-management; Anarchism; Communism.

Lista de Tabelas

TABELA 1- LA SOCIALIZACIÓN EN VILLAJOYOSA.....65

Lista de Abreviações

AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
BOC	Bloco Operário e Camponês
CEDA	Confederação Espanhola de Direitos Autônomos
CNT	Confederação Nacional do Trabalho
Comintern	Internacional Comunista
FAI	Federação Anarquista Ibérica
FIJL	Federação Ibérica de Juventudes Libertárias
ICE	Esquerda Comunista da Espanha
JONS	Juntas Ofensivas Nacional-Sindicalista
PCE	Partido Comunista Espanhol
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
POUM	Partido Operário de Unificação Marxista
PSOE	Partido Socialista Operário Espanhol
PSUC	Partido Socialista Unificado da Catalunha
UGT	União Geral dos Trabalhadores
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

APRESENTAÇÃO 11

CAPÍTULO 1- AUTOGESTÃO NA ESPANHA: TEORIA E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO 19

1.1- O QUE É AUTOGESTÃO? 31

1.2- A REVOLUÇÃO RUSSA E OS NOVOS PATRÕES 38

1.3- ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO ESPANHOLA 42

CAPÍTULO 2- A AUTOGESTÃO NA PRÁTICA: A REVOLUÇÃO ESPANHOLA ... 52

2.1- A AUTOGESTÃO NO CAMPO 60

2.2- A AUTOGESTÃO NO PERÍMETRO URBANO 70

CAPÍTULO 3- O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO: DO 19 DE JULHO À DERROTA FINAL 82

3.1- O 19 DE JULHO E OS COMITÊS 83

3.2- A LEGALIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO 89

3.3- A DERROTA DE MAIO E O AVANÇO DA CENTRALIZAÇÃO 98

3.4- DA DERROTA DA AUTOGESTÃO À DERROTA NO CAMPO DE BATALHA 113

CONSIDERAÇÕES FINAIS 123

REFERÊNCIAS 128

ANEXOS 136

Apresentação

Poucos conflitos nacionais foram tão “internacionais” quanto a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Militantes de todos os matizes políticos – indo da extrema direita à extrema esquerda – e que estavam espalhados por todo o mundo acabaram se envolvendo no conflito, direta ou indiretamente. Por conseguinte, a Guerra Civil Espanhola teve um grande impacto não apenas na política e na sociedade espanhola, mas também em todo o globo. Ela acabou envolvendo diretamente no confronto militar países como a Alemanha, Itália e URSS, e indiretamente a França, EUA, Inglaterra, México, Portugal – que forneciam armas e víveres para um lado ou outro do conflito, e às vezes para os dois lados. Também muitos indivíduos de vários países se deslocaram à Espanha a fim de tomar parte no conflito, incluindo brasileiros, como Apolônio de Carvalho[1].

Da mesma forma, esse impacto da Guerra Civil em vários países fez com que parte de suas historiografias também se ocupassem do estudo do conflito espanhol.

> (…) la importancia de la Guerra Civil va más allá de la historiografía sobre el Estado-nación español, o sobre la política y la sociedad españolas durante el siglo XX. Y no ya sólo porque se haya convertido en objeto de estudio de otras historiografías aparte de la española (caso de la historiografía anglosajona (…)), sino porque formó parte de diversas culturas políticas contemporáneas desde el mismo momento en que se inició. En otras palabras, la Guerra Civil, a día de hoy, no sólo sigue legitimando grupos y movimientos políticos, sino que ayuda a conformar tanto sus modelos de acción política como de organización social (MÁRQUEZ, 2006, p. 60-61).

Apesar da resistência popular ao golpe, dos grandes feitos militares e da crise diplomática internacional que acompanhou todo o desenrolar do conflito, fatos estes muito abordados pela historiografia, um outro aspecto da luta ficou durante muito tempo marginalizado por esta mesma historiografia: o processo revolucionário autogestionário, que ocorreu paralelamente à Guerra Civil. Logo após os militares espanhóis falharem ao tentar um golpe de Estado, quando uma inesperada e improvisada resistência popular os derrotou, imediatamente se operou no chamado “campo republicano[2]” uma grande subversão da ordem socioeconômica existente, cuja principal característica foi a passagem do controle das empresas diretamente para as mãos de seus trabalhadores. Algo similar ocorreu com o poder político em muitas regiões da Espanha, principalmente em Aragão e na Catalunha, onde comitês de bairro e de cidade ou povoado assumiram o controle da política local.

---

[1] Apolônio de Carvalho (1912-2005) foi um militar brasileiro que se engajou na luta política. Ainda membro do PCB, lutou na Guerra Civil Espanhola e na Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial. Deixou o partido em 1967. Foi também um dos fundadores do PT.

[2] Ver mapa p. 137.

Estas transformações sociais ocorridas no seio do campo republicano, tão profundas e tão negligenciadas pela historiografia, chegando-se até ao limite de negá-las, são o objeto de análise das páginas que se seguem. Procurei demonstrar como, paralelamente ao conflito militar, os trabalhadores se empenharam em criar uma nova ordem social, que procurava se diferenciar tanto do capitalismo praticado pelos países ocidentais quanto do capitalismo de Estado[3] que havia sido implantado na União Soviética. Também procurei investigar como este movimento libertário foi sendo paulatinamente desmontado até ser completamente derrotado, não pelas forças reacionárias que se alçaram contra a República e sim pelas forças que atuavam no interior do campo republicano, de modo que quando as forças nacionalistas ocuparam as províncias de Aragão e da Catalunha havia apenas resquícios do processo revolucionário.

Tal objeto de pesquisa foi fruto de um grande e sinuoso percurso pessoal e intelectual. Primeiramente, ainda durante os tempos de graduação, já estudando os movimentos revolucionários dos trabalhadores – ainda não havia chegado à Revolução Espanhola –, sempre me deparava com interpretações de que a classe trabalhadora era incapaz de adquirir uma consciência política através da luta de classes, pois uma não engendrava a outra, e tal consciência somente poderia ser introduzida de fora.

“A consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, de fora da luta económica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões” (LÊNIN, 1988, p. 135).

Dessa maneira, supostamente, o operário não seria capaz de formular seus próprios interesses em matéria de política.

Além de ser supostamente incapaz de adquirir uma consciência política, a classe operária também era acusada de não ser capaz de se auto-organizar para esta mesma luta política, podendo chegar, no máximo, a uma luta econômica imediata contra os patrões.

> A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do

[3] Capitalismo de Estado é um regime onde os meios de produção e distribuição passam às mãos do Estado, mantendo a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, base de toda sociedade de classes, e, portanto, mantém o sistema de exploração do trabalho.

> governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc (LENINE, 1988, p. 101).

Dessa maneira, os operários deveriam ser organizados politicamente por meios e forças externas.

Além destas duas formulações, também me deparei com a concepção de que a classe operária não era capaz de gerir os meios de produção, motivo pelo qual se deveria recorrer a “especialistas burgueses”, que seriam gestores profissionais, devendo administrar as empresas em nome dos trabalhadores.

Diante de todas estas formulações comecei a investigá-las, me interessando sobretudo pela última formulação. Assim, iniciei leituras no sentido de tentar esclarecer o que seria a coletivização dos meios de produção, me deparando com uma variedade de interpretações. Logo cheguei na autogestão: teorias anarquistas, conselheristas, ocupações de fábricas e locais de trabalho, comitês políticos locais, organizações e assembleias de bairro, etc. Dessa maneira, logo comecei a investigar a Revolução Espanhola, onde os movimentos autogestionários tomaram uma proporção não comparada a nenhum outro lugar.

A partir daí, me deparei também com a atualidade do tema da autogestão. Ao contrário do que muitas vezes se diz, colocando a autogestão como uma forma embrionária de um modo de organização superior – a estatização –, dizendo que ela não é adaptável a uma sociedade moderna, que é localismo, etc., este tema tem voltado à tona, principalmente após a falência dos regimes de capitalismo de Estado europeus. Na última década do século XX e na primeira década do século XXI apareceram vários exemplos de autogestão. Além da Europa – a Grécia talvez seja onde estes movimentos estejam mais desenvolvidos –, a autogestão passa a estar na ordem do dia também na América Latina – a Argentina e suas fábricas ocupadas, as lutas indígenas na Bolívia, Chile, Equador, México, etc. Estes movimentos têm muita coisa em comum – mas também possuem muitas diferenças –, como o fato de serem movimentos não institucionalizados, sem hierarquias constituídas, marcados pelo espontaneísmo, etc. Esta última característica, inclusive, muitas vezes é interpretada como uma prova de que as lutas deste tipo tem um caráter efêmero, pré-político, antiorganizativo. No entanto,

> La espontaneidad es un ingrediente indispensable de la construcción sujética que de ningún modo niega el sentido de la organización, sino que le agrega novedades y posibilidades; sirve para inventar mecanismos de defensa a partir de ejercicios autogestionarios que fortalecen los sentidos

> compartidos y hacen de la práctica de lucha un amasijo en que se combinan medios y fines, realidades y horizontes (CECEÑA, 2008, p. 18).

Por outro lado, Maurício Tragtenberg, com sensibilidade política aguçada, em outro período histórico, já advertia que

> (...) (a) *espontaneidade* na origem dos movimentos e na criação de novas instituições não implica desorganização.
>
> Ao contrário, espontaneidade e organização são características das ações das massas populares há muitos anos. Só aqueles que pretendem *controlar, dirigir e domesticar* esses movimentos sociais é que contrapõem espontaneísmo e organização (TRAGTENBERG, 2007, p. 134).

Ainda não podemos perceber os desdobramentos desses movimentos atuais, mas podemos pensar que eles estão reagindo às exclusões historicamente perpetradas pelo Estado-nação em seu formato Ocidental, em conotações ainda mais excludentes na América chamada "Latina". Quem sabe uma nova organização política estaria sendo gestada a partir dos subterrâneos da escala social?

Essas reflexões sobre a autogestão, tanto na América Latina quanto na Europa atual, também podem ser aplicadas no tocante à Espanha de 1936-39, quando os processos autogestionários se espalharam por todo o país não ocupado pelas forças nacionalistas. Aqui a autogestão também possuía as características já anteriormente indicadas: espontaneísmo, ausência de hierarquias constituídas e a negação das instituições existentes até então, mas estas características foram se diluindo conforme o conflito se desenrolava e o Estado republicano passava a se recompor.

No tocante as fontes utilizadas para a apreensão da autogestão no local e período já indicados, são usadas algumas fontes jornalísticas: os *Boletín de Información de la CNT-FAI* e os jornais *Tierra y Libertad* e *Solidaridad Obrera*. Todos estes veículos de imprensa estão localizados no arquivo Edgard Leuenroth, em Campinas, e possuem uma especificidade. Todos eles são jornais de publicação anarquista e, enquanto tal, estão permeados com as concepções e discussões internas de tal movimento. Além disso, eles são frutos de uma determinada época e de uma determinada localização geográfica. Todos eles foram produzidos na Catalunha[4], na cidade de Barcelona, exatamente onde estava o epicentro da revolução urbana e onde as lutas entre as facções políticas estavam mais acirradas, mas também foi onde se costuraram as alianças entre elas. Assim, a imprensa acaba refletindo todas as contradições que permearam os anarquistas durante todo

[4] Ver mapa da Espanha da década de 1930 na p. 138.

o conflito. Por outro lado, mesmo sendo uma imprensa produzida por uma determinada ideologia e no mesmo espaço geográfico, ela muitas vezes reflete posições contraditórias, pois cada veículo era editado por uma organização anarquista diferente. Enquanto o *Boletín de Información de la CNT-FAI* era uma publicação conjunta da CNT[5] e da FAI[6], o *Tierra y Libertad* era um órgão exclusivo da FAI e o *Solidaridad Obrera* era o órgão da Confederação Regional do Trabalho[7] da Catalunha e um porta-voz da CNT. Assim, a imprensa consultada, apesar de estar ligada a uma mesma ideologia, se difere internamente pelo fato de esses veículos serem porta-vozes de diferentes órgãos políticos, e que muitas vezes se opunham um em relação aos outros ou mesmo dentro de um mesmo órgão, refletindo suas divisões internas. Outra observação importante sobre as fontes a se considerar é que, apesar da já citada localização geográfica onde tal imprensa foi produzida, ela nos fornece informações sobre a autogestão que ocorreu fora do perímetro da província onde tal veículo foi produzido, no caso a Catalunha. Cabe salientar também que os mencionados veículos de imprensa estão "contaminados" de ideologia e que tinham objetivos políticos concretos ao fazer suas reportagens e expressar suas opiniões, de modo que as empresas autogeridas apresentadas em suas matérias eram consideradas empresas "modelo" ou estavam em boas condições, ao passo que as empresas com maiores dificuldades dificilmente seriam motivo de destaque nesta imprensa. No entanto, isso também não exclui o fato de esta mesma imprensa ter questionado o andamento de tais empresas, mostrando algumas de suas deficiências.

Para uma plena exposição do tema, além dos já citados jornais, é de crucial importância o trabalho com algumas obras[8] que são referências centrais para o tema da autogestão espanhola. A primeira delas é a obra de Walther L. Bernecker, intitulada *Colectividades y Revolución Social*, um dos estudos mais detalhados sobre

---

[5] Confederação Nacional do Trabalho. É uma central sindical inspirada no sindicalismo revolucionário e no anarquismo, sendo uma das organizações mais importantes no período da Guerra Civil Espanhola.

[6] Federação Anarquista Ibérica. Organização específica anarquista, e durante a Guerra Civil também era uma organização muito importante.

[7] A CNT, como uma organização federalista, possui várias regionais com funcionamento autônomo. A Confederação Regional do Trabalho da Catalunha é a regional da CNT naquela província, e na época da revolução ela possuía a maior parte dos filiados à CNT.

[8] É notável a quantidade de obras sobre a Guerra Civil Espanhola. Segundo Alberto Reig Tapia (TAPIA in: MEIHY, 2011, p. 22) seria algo em torno de 40 mil obras. No entanto, muitas destas obras retratam o conflito espanhol apenas do ponto de vista do conflito militar ou de um ponto de vista institucional, o que faz com que os processos autogestionários sejam negligenciados.

a autogestão que se desenvolveu durante a Guerra Civil na Catalunha e em Aragão. Outra importante obra referente a autogestão é o estudo desenvolvido por Frank Mintz, *La Autogestión en la España Revolucionaria*, e que tem o diferencial de abordar a autogestão do ponto de vista quantitativo, contribuindo enormemente para que se consiga ter uma ideia geral de sua extensão por toda a Espanha. Uma terceira obra de suma importância é *La CNT en la Revolución Española*, de José Peirats. Este fez um estudo detalhado e recheado de documentos em três volumes sobre a participação da CNT na Guerra Civil. No entanto, tal obra se foca mais nas disputas políticas e seu impacto sobre a autogestão, apesar de não negligenciá-la completamente.

Para a apresentação do tema indicado, organizei o texto em três capítulos. No primeiro procurei demonstrar como a memória sobre os processos autogestionários desenvolvidos durante a Guerra Civil Espanhola foi objeto de controvérsias políticas, tanto durante quanto após a Guerra Civil, chegando até ao já citado caso de se omitir completamente a existência da autogestão. Também discutimos neste capítulo o impacto destas memórias sobre a autogestão na historiografia, que acabou muitas vezes omitindo sua existência em proveito das ideologias dominantes durante o período de Guerra Fria. Elucidamos como cada corrente política enxergava a autogestão e como era volátil o discurso da esquerda em relação a ela, fruto da afirmação de sua prática política durante e após o conflito. Em seguida, discutimos o conceito de autogestão, mostrando seu significado ao longo da história e como ele traz consigo uma concepção que rompe com a dualidade público/privado, mostrando que a propriedade não é apenas uma relação jurídica, e sim uma relação social – ou seja, um agente social detém a propriedade não porque ele tem sua posse jurídica e sim porque as relações sociais o fazem detentor da propriedade. Mostramos também o impacto que a Revolução Russa e suas novas relações de propriedade e de exploração tiveram sobre o movimento operário em escala mundial, e na Espanha não foi diferente. Para encerrar o primeiro capítulo, ainda, demostramos que a Revolução Espanhola foi fruto de um desenvolvimento histórico com causas que remontam ao século XIX, quando podemos dizer que se iniciou na Espanha o desenvolvimento de um vigoroso e vasto movimento operário.

No segundo capítulo enfatizamos o desenvolvimento da autogestão na Espanha, mostrando como os chamados Comitês de Defesa da CNT se

desdobraram em milícias, e que logo depois serviram de modelo para as diversas organizações partidárias ou sindicais, que também constituíram suas próprias milícias, além de se desdobrarem em comitês de bairro, de cidade ou povoado. Também demostramos que, ao mesmo tempo em que isso ocorria, surgiam os comitês políticos e os comitês de empresa, elucidando como se dava sua formação e como eles funcionavam. Para uma melhor clareza na exposição dividimos os comitês de empresas em comitês rurais – as chamadas coletividades –, abordando alguns exemplos práticos, e os comitês de empresas urbanos, expondo alguns exemplos de autogestão industrial e nos serviços.

Já no terceiro capítulo mostramos a evolução do processo revolucionário espanhol, sempre numa constante tensão entre centralização/descentralização, autogestão/heterogestão. Neste capítulo procuramos demonstrar em que medida as contendas políticas acabaram incidindo sobre as coletivizações e sobre os comitês políticos, de modo que a autogestão acabou sofrendo os efeitos das disputas e aproximações entre as diferentes correntes políticas. Neste capítulo nos focamos nas regiões da Catalunha e de Aragão, onde tais contradições foram mais evidentes, mas fazemos isso sem negligenciar totalmente os acontecimentos externos a estas duas regiões, sempre que tais acontecimentos acabavam influenciando a autogestão nestas regiões.

Capítulo 1- Autogestão na Espanha: Teoria e Desenvolvimento Histórico

Em 2007 o Governo José Luis Zapatero aprovou a Lei da Memória Histórica. Tal lei visava devolver a cidadania espanhola para todos os netos de emigrados espanhóis que deixaram o país em virtude da Guerra Civil (1936-39), tendo estes vivido ou não na Espanha. Até então, apenas netos menores de 18 anos e que tivessem vivido pelo menos um ano no país é que poderiam obter o benefício. As discussões em torno de tal lei foram acaloradas e fizeram reviver as disputas em torno da memória sobre o conflito que assolou o país e foi um dos marcos do século XX.

Esta foi uma solução de compromisso adotada oficialmente pelo Estado espanhol. Por um lado as estátuas de Franco[9] seriam retiradas e o Valle de Los Caídos, um monumento criado para lembrar os mortos na "Cruzada" de Franco e onde está enterrado um dos maiores mártires do franquismo e que também foi o fundador da Falange[10], José Antonio Primo de Rivera, passaria a ser somente um cemitério, sendo proibidas as manifestações políticas. Por outro lado as atrocidades cometidas pelos franquistas seriam "esquecidas" em prol da reunificação do país, pois mantém em segredo o nome dos responsáveis pelos sofrimentos e também porque isenta o Estado de pagar indenizações às vítimas do regime. No entanto, tais discussões reavivaram as paixões e fizeram reaparecer as fissuras ideológicas que diferenciaram a direita e a esquerda nas décadas anteriores à Guerra Civil.

Isso tudo demonstra que a Guerra Civil Espanhola continua exercendo uma forte influência sobre a população espanhola ou mesmo sobre estrangeiros. Assim sendo, a tentativa de controle sobre a memória da Guerra Civil e da Revolução[11] passa a ser objeto de exploração política, muitas vezes sem conexão com os acontecimentos, tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda. Isso já nos remete ao objeto de pesquisa do presente trabalho, os processos autogestionários desenvolvidos durante a Guerra Civil Espanhola, pois este foi um dos elementos

---

[9] Francisco Franco (1892-1975) foi um dos grandes líderes militares que dirigiram o golpe que deu início à Guerra Civil Espanhola. Estudou na Academia de Infantaria de Toledo e participou de várias guerras no Marrocos. Também se destacou na repressão ao movimento operário durante a década de 1920 e durante o período republicano. Militar conservador e antirrepublicano, acabou se tornando o grande líder da reação com as mortes de José Sanjurjo (1936), Manuel Goded (1936) e Emilio Mola (1937), ostentando o título de caudilho.

[10] A Falange foi um partido político espanhol de caráter fascista, sendo uma das principais forças políticas que se levantaram contra a República em 1936.

[11] Buscaremos durante todo o trabalho separar a Guerra Civil da Revolução, pois embora sejam processos interligados eles acabaram sendo separados, fruto das memórias que se construiu durante e após o conflito. Assim, é comum entre o público leigo o conhecimento sobre a Guerra Civil Espanhola, mas poucos têm conhecimento sobre a Revolução Espanhola. Esta discussão será mais aprofundada com o desenrolar do capítulo.

mais “esquecidos” da Revolução Espanhola, tanto pela direita quanto por uma parte da esquerda, que insistia – e ainda insiste – em dizer que o que houve na Espanha foi apenas uma luta contra o fascismo, se esquecendo das mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no seio do campo “republicano”. Dessa maneira, é importante analisarmos as diversas posições a respeito da autogestão desenvolvida durante a Guerra Civil e a memória que produziram sobre ela após o final do conflito.

Primeiramente, cabe ressaltar o relativo esquecimento produzido em relação à Revolução Espanhola. Tal esquecimento é tão grande que Walther Bernecker (1982) diz que em uma publicação sobre a revolução – ele não especifica o nome de tal publicação – se afirmou que a Revolução Russa, a Chinesa e a Cubana foram “as três revoluções socialistas autóctones na história”, sem nem se tocar na Revolução Espanhola.

Para entrarmos no debate a respeito do controle da memória sobre a autogestão na Espanha é preciso destacar as duas principais – mas não necessariamente as maiores – forças políticas do lado republicano e suas interpretações a respeito dos processos autogestionários: o PCE – Partido Comunista da Espanha – e os anarquistas, agrupados na CNT e na FAI. As interpretações da esquerda sobre a Guerra Civil são, em última instância, uma variação entre as posições destas duas correntes políticas. No entanto, começaremos pela interpretação que os nacionalistas tinham sobre o lado “vermelho” do país e a autogestão.

Para os nacionalistas, que saíram vencedores no conflito, o que houve na Espanha foi uma conjuração entre comunistas, estrangeiros, anarquistas e criminosos de todos os tipos, sendo a República conivente com tais tipos de pessoas. Esta também era vista como um sistema político não adaptado ao temperamento dos espanhóis, pois estes seriam propícios ao regionalismo e ao separatismo. Esse regime também era considerado como uma fase prévia à “revolução marxista”, pois abriria as portas à “ditadura do proletariado” [12]. Segundo os franquistas ainda, e República seria ilegal e ilegítima, pois teria sido implantada através da fraude eleitoral, onde os votos nas cidades teriam tido maior valor que os do campo, ferindo assim o princípio democrático, além de ter impossibilitado a ação

[12] Na Constituição da República estava escrito, em seu primeiro artigo, que a “España es una República democrática de trabajadores de toda clase, que se organiza en régimen de Libertad y de Justicia.”

política das direitas dentro da legalidade constituída. Assim sendo, seu movimento era legítimo porque se tratava de um levante nacional contra a influência de ideias estrangeiras no país, o "plebiscito armado de meio país", sendo o conflito entendido como uma guerra de libertação nacional e pela defesa dos interesses nacionais, dos valores, da cultura espanhola – inclusive se defendendo dos diversos regionalismos e separatismos – e da religião nacional, o catolicismo, contra os ateus e os membros da anti-Espanha[13]. A verdadeira Espanha seria restaurada com a implantação de um Estado totalitário que devolveria a coesão e a harmonia à sociedade espanhola, eliminando os conflitos de classe que assolavam o país, impedindo que ele se fragmentasse e protegendo a classe trabalhadora do capital estrangeiro e do caciquismo[14]. Os franquistas argumentavam também sobre um suposto destino histórico da Espanha, que historicamente lideraria a civilização cristã ocidental. Também se tratava a Guerra Civil como uma segunda guerra de independência: a primeira teria sido em 1808, e na década de 1930 a verdadeira Espanha novamente lutava por sua independência. Antes se lutou contra o imperialismo francês e o internacionalismo maçônico – estes também teriam conspirado contra o destino histórico da Espanha –, e agora se lutava contra o imperialismo soviético e contra o internacionalismo comunista, que também seriam apoiados pela maçonaria e participariam de um complô internacional para transformar a Espanha em um Estado satélite da URSS. Toda a historiografia oficial franquista se baseava nestas interpretações. Falava-se muito em uma Cruzada de Franco[15].

Após a década de 1950, com a consolidação do regime franquista e sua entrada na política de alianças dos EUA, que passou a fornecer armas e logística para as forças armadas espanholas, o perigo de uma subversão do regime diminuiu bastante. A partir daí, o foco da memória franquista sobre a Guerra Civil deixou de incidir sobre a "Cruzada" de Franco contra a "anti-Espanha" e passou a enfatizar a luta contra o imperialismo comunista, discurso que se adaptava aos novos tempos

---

[13] Para se entender o que era a anti-Espanha é preciso falar da Lenda Negra. Segundo esta lenda, que tinha um caráter ultraconservador, existiria duas Espanhas irreconciliáveis, que lutavam entre si, e as sucessivas quedas de governos eram explicadas por este antagonismo. Por conta disso, a República seria um sistema de governo não adaptado à Espanha, pois tais lutas tornaria o país ingovernável. Em torno da Lenda Negra foi-se criando o conceito de uma anti-Espanha, inimiga e antagônica da verdadeira Espanha, e que tomava formas diversas segundo cada período histórico: teria sido os árabes durante a Reconquista, o liberalismo no século XIX e o comunismo no século XX.

[14] O caciquismo era um sistema onde uma pessoa influente, o cacique, controlava na prática toda a sua localidade, além de conseguir direcionar votos para seus favorecidos. Era um sistema parecido com o coronelismo que existiu no Brasil.

[15] Ver cartazes p. 139.

da política internacional franquista e à Guerra Fria. Passou-se a valorizar Franco como um pioneiro na luta anticomunista internacional. Assim, os que lutaram contra Franco passaram a ser estigmatizados como “vermelhos” ou “comunistas”, independente de sua filiação política ou partidária, aumentando ainda mais a uniformização política que geralmente se atribuía ao bando “republicano”. A Guerra Civil continuava sendo entendida como uma guerra de libertação nacional contra o imperialismo comunista, mas ela passou a ser central para a legitimação do regime, ainda mais porque os exilados republicanos afirmavam que a Guerra Civil teria sido o primeiro conflito armado entre fascismo e antifascismo. Assim, este novo foco do discurso franquista acabava invertendo o argumento dos exilados republicanos: a luta teria sido entre comunismo e anticomunismo, e não entre fascismo e antifascismo. O mesmo argumento também apresentava a Guerra Civil como um precedente da Guerra Fria, e Franco teria sido um pioneiro na luta contra o comunismo.

Até a década de 1960 a historiografia franquista se referia ao lado republicano apenas para “demonstrar” seu lado caótico e criminoso, a desorganização econômica e política e os crimes que ficavam impunes, sempre com auxílio estrangeiro – geralmente da URSS, mas também da França. Quanto à autogestão, ela praticamente foi “esquecida”, e segundo Bernecker (1982), até a referida década, o único trabalho nacionalista sobre as coletivizações catalãs foi o de Manuel Roldán. Este argumentou que nos três anos e meio de controle “vermelho” a indústria catalã não existiu, além de acusar os comitês – órgãos de autogestão econômica dentro das empresas e de autogestão política em seus diversos âmbitos – de não quererem trabalhar e de serem autoritários. Já Santiago Montero Díaz, segundo Bernecker (1982), distingue dois momentos no lado republicano: a euforia revolucionária, quando os criminosos e dirigentes sindicais melhoram suas vidas e os trabalhadores permanecem à margem, e a realidade econômica, com o bloqueio de salários e a generalização do caos, pois nenhuma economia é capaz de resistir meses e meses de saques, má administração, terror político e exploração por parte de potências estrangeiras. A partir dos anos 1960, como consequência de uma tímida liberalização do regime, tem-se o aparecimento de novas interpretações, que dão uma maior ênfase ao campo republicano e acabam com alguns mitos criados em relação a ele. No entanto, dentro do território espanhol, somente após a morte de

Franco e a redemocratização do país que começaram a aparecer estudos sobre a autogestão durante a Guerra Civil. Até então os estudos sobre as coletivizações espanholas eram feitos por estrangeiros ou por espanhóis que viviam no exterior. Para Biajoli

> Esta outra historiografia, ainda assim, busca contestar o discurso da santa cruzada franquista e procura construir outras histórias sobre a resistência e as conquistas populares. Durante algumas décadas, porém, acadêmicos centraram-se na participação comunista naqueles eventos, destacando o Partido Comunista Espanhol e a colaboração da União Soviética em uma guerra apenas antifascista. No entanto, o papel anarquista naquela luta vem ganhando muito mais destaque nos estudos atualmente e, mais do que uma guerra antifascista, os acontecimentos de 1936 a 1939 passaram a ser chamados por muitos de "Revolução Espanhola", a forma como anarquistas espanhóis se referem àquelas experiências até hoje (BIAJOLI, 2007, p. 112).

Segundo Carlos José Márquez (2006), no entanto, após a Transição[16] apareceu na Espanha dois novos tipos de historiografia ligadas à cultura política da direita: a historiografia neofranquista – que atendia à reivindicação histórica do regime franquista – e a parafranquista – que seria uma narração histórica similar à franquista, mas não idêntica. Estas se caracterizariam pela politização explícita ou mesmo pelo moralismo, acabando por exaltar grandes figuras políticas e denegrindo outras, sempre segundo as simpatias do autor. Isso mostraria que elas possuem um caráter "pré-científico", com fortes traços personalistas. Márquez (2006) acrescenta que tal historiografia tem tido uma ampla divulgação entre o público não especializado, facilitado por seu caráter narrativo e pelo apoio midiático. Esta historiografia se basearia na ideia de "responsabilidade histórica". Segundo tal concepção, as forças que combateram Franco teriam sido as mesmas que provocaram a Guerra Civil, pois eram antidemocráticas e revolucionárias. Assim, o "perigo revolucionário" teria iniciado a Guerra Civil, sem se falar em "perigo fascista". A Guerra Civil havia começado já em 1934, com o "ensaio" revolucionário das Astúrias[17]. Tudo estaria dentro de um plano minuciosamente arquitetado pela esquerda e, mais especificamente, pelos comunistas, e após 1934 a República já seria uma "República revolucionária", enquanto que após o 18 de julho de 1936, quando do início da Guerra Civil, o regime teria se tornado uma ditadura do proletariado, entendendo isso como um regime totalitário semelhante ao regime

[16] Período de redemocratização do Estado espanhol ocorrido após a morte de Franco, em 1975.
[17] Em 1934 ocorreram diversas revoluções na Espanha, entre elas a Revolução das Astúrias. Aqui os trabalhadores proclamaram uma República Socialista Asturiana, mas acabaram derrotados pelas tropas enviadas do Marrocos pelo governo.

soviético. Assim, a responsabilidade sobre a Guerra Civil é jogada para as esquerdas e suas práticas revolucionárias e antidemocráticas. Reconhece-se o antiparlamentarismo da direita, mas se enfatiza que ela teria defendido a legalidade enquanto pôde, mesmo que não fosse partidária do sistema republicano. As conspirações e tentativas de golpe da direita contra a República, que se iniciaram quase que simultaneamente com a implantação deste regime, como a do general Sanjurjo em 1932[18], são colocadas como "casos isolados", que não refletiriam o pensamento da direita em geral, pois esta teria tentado manter a ordem constitucional até o fim, mesmo que politicamente ela não fosse partidária da República. Dessa maneira

> Se quiere así ignorar de forma consciente que las conspiraciones contra el régimen republicano comenzaron en el mismo momento de la instauración de la Segunda República sobre el fondo de conspiraciones de signo derechista (en las que participaron militares, políticos, aristócratas de la Corte alfonsina, financieros e incluso intelectuales reaccionarios) fraguado durante el gobierno del general Berenguer y ante la crisis de la monarquía, antes de que el nuevo gobierno hubiera tomado disposición alguna. Así, en julio de 1931, los marqueses de Pelayo pusieron a disposición del general Orgaz, que andaba en tratos desde el mes de mayo con los alfonsinos y con el general Ponte, 100.000 pesetas que se emplearían "en defensa de la religión y de la patria". No habiendo llegado a hacerse efectivas en un pronunciamiento las maniobras conspirativas esta suma fue empleada por agentes de Orgaz en la fundación de la revista Acción Española, verdadero grupo de presión de la intelectualidad reaccionaria dentro de las derechas españolas durante la Segunda República (Morodo, 1980, 56-57), uno de cuyos colaboradores tras la guerra fue Joaquín Arrarás, autor de referencia de la historiografía franquista (MÁRQUEZ, 2006, p. 226).

Outra característica da historiografia franquista e parafranquista é a negação da revolução. Eles acusam os que afirmam sua existência de serem parciais e tendenciosos, e creditam as mudanças sociais ocorridas no campo republicano à atuação de uma minoria radical de "incontrolados" que se impuseram a força. Assim, com todas as características já citadas desta historiografia, percebe-se que há uma ligação entre a historiografia revisionista neofranquista e parafranquista e o revisionismo fascista e nazista. Como esta, segundo Márquez (2006), geralmente se faz um juízo de valor do regime, reconhecendo seus crimes mas enaltecendo o fato de ele ter conseguido impedir a revolução na Espanha, colocando a ênfase no sucesso do regime franquista com relação à preservação da ordem. Outro ponto em comum entre ambos revisionismos é a manipulação de dados sobre o número de

[18] Em 1932 o General Sanjurjo tentou um levante contra a República, mas acabou preso e exilado.

vítimas, numa tentativa de relativizar o número de mortos e perseguidos por tais regimes, tentando mostrar que eles não eram “tão repressivos assim”.

Já para os comunistas – comunistas ortodoxos, seguidores do regime de Moscou –, desde o início da Guerra Civil, o conflito que se instalou no país não era entendido como um conflito de classes, e sim uma “guerra de libertação nacional-revolucionária”. Para os comunistas espanhóis do PCE e do PSUC – Partido Socialista Unificado da Catalunha, era o partido comunista catalão, filiado à III Internacional, resultado da fusão entre os comunistas e os socialistas catalães –, alinhados com a política de Moscou, o mais importante era assegurar as conquistas da “revolução democrático-burguesa” iniciada com a proclamação da República em 1931. No entanto, esta não era a posição dos comunistas espanhóis quando da proclamação da República. Eles a desprezavam e propugnavam pela constituição imediata de uma república soviética. É somente após a adoção da política de Frentes Populares pelo Comintern[19] que o PCE passou a defender e lutar por uma República democrática. Segundo os comunistas ainda, após o 18 de julho de 1936, quando se iniciou a Guerra Civil, o poder republicano teria evoluído para uma “democracia de novo tipo”, sem definir ao certo o que seria isso, e que posteriormente foi colocada como uma antecessora das democracias populares do Leste Europeu, legitimando assim tanto a II República Espanhola, proclamada em 1931, quanto os regimes surgidos no Leste Europeu.

Para os comunistas espanhóis, a “guerra nacional revolucionária” deveria ser travada contra o que eles denominavam de imperialismo fascista da Itália e da Alemanha. Assim, o que importava era garantir a existência do único poder que eles consideravam legítimo após o 18 de julho: o governo e as instituições republicanas. O poder republicano deveria organizar a luta contra o fascismo, e qualquer coisa que lembrasse uma revolução e que se dirigisse contra a ordem constituída deveria ser eliminada. Assim, a prioridade dos comunistas era garantir a unidade da Frente Popular para enfrentar o fascismo, postergando a revolução para depois de uma possível vitória na Guerra Civil. Dizia-se que para fazer a revolução era preciso

[19] Comintern, Internacional Comunista ou simplesmente III Internacional era uma organização comunista fundada em 1919 e que tinha como objetivo a reunião de todos os Partidos Comunistas do mundo. Gradativamente a organização foi adequando os PCs estrangeiros a seus desígnios, de forma que na década de 1930 a III Internacional estava completamente entrelaçada com a política externa da URSS.

primeiro ganhar a guerra[20]. O PCE e os PCs regionais lutavam, na prática, pela manutenção do regime democrático-burguês.

A historiografia comunista sobre a Guerra Civil se desenvolveu sobretudo no exílio, e tem como um de seus maiores expoentes a escritora e militante do PCE Dolores Ibárruri, conhecida como La Pasionaria. Para esta historiografia, os comunistas tinham a direção dos acontecimentos na Espanha e foi somente graças a eles, o PCE e a URSS que a República não havia sido derrotada logo no início do conflito. Também se devia aos comunistas o fato de a República ter conseguido sustentar uma guerra de quase três anos. Toda e qualquer afirmação contrária a isso era tratada como propaganda imperialista e anticomunista. As jornadas de maio de 1937[21], por exemplo, teriam sido obra do POUM – Partido Operário de Unificação Marxista – e da FAI, e ambos se apoiariam em uma minoria de "incontrolados", que não entendiam de fato a situação pelo qual o país passava e que acabavam fazendo o jogo dos fascistas, às vezes por "ignorância" – devido à suas análises ou concepções equivocadas – às vezes de modo proposital e deliberado. Frente aos ataques contra a República que faziam os elementos "incontrolados", o PCE era o único que agia com responsabilidade ante aos fatos, pois só ele sabia o real perigo que o fascismo representava na Espanha. Por isso tal historiografia se foca na luta antifascista em detrimento do processo revolucionário. A derrota na guerra era explicada pela incapacidade e pela traição dos não-comunistas, além da sabotagem dos trotskistas do POUM[22]. Isso acabava isentando o PCE, o Komintern e a URSS

---

[20] Ver cartazes p. 140.

[21] Em maio de 1937 anarquistas e membros do POUM pegaram em armas contra os partidos republicanos e o PCE, pois julgavam que estes estavam sabotando a Revolução. A revolta acabou com um acordo entre as cúpulas de dirigentes das diversas organizações. Esta contenda será melhor debatida no terceiro capítulo.

[22] Cabe salientar que o POUM não era trotskista, como comumente se vê em muitas análises sobre a Guerra Civil. O partido não era filiado à IV Internacional. Tal erro decorre porque dois de seus principais membros, Andreu Nin e Joaquin Maurín, apoiaram Trotsky na década de 1920, mas ambos romperam com ele. Trotsky, inclusive, criticou ambos. Sobre Maurín ele argumentou que "(…) toda su política ha sido nacional-provinciana y pequeño burguesa reaccionaria en su esencia misma". Já em relação à Nin Trotsky diz que "(…) en el curso de la revolución, ha revelado lo que es en realidad, un diletante, completamente pasivo, y que no tenía la menor intención de participar realmente en la lucha de las masas, de ganarlas, de conducirlas a la revolución" (TROTSKY, L. Maurín y Nin. Rehenes del frente popular. Carta AL R.S.A.P, 16 julio 1936. In:___. *La revolucion española (1930-1940)*, vol. 1, 1930-1936. Edición, prólogo y notas de Pierre Broué. Barcelona, Libros de confrontación, historia, 3, p. 353.).

de falhas, e os erros que se admitiu em relação à política praticada no passado foram creditados inteiramente à antiga direção do PCE[23].

Após a Transição, a historiografia comunista sofreu uma grande mudança. A "democracia de novo tipo" deixou de ser uma antecessora dos regimes do leste europeu e passou a ser um regime original, situado entre o liberalismo e o socialismo. A revolução social continuou sendo negada, focando-se apenas na luta entre fascismo e antifascismo. A Revolução das Astúrias de 1934, por exemplo, passou a ser enxergada como uma revolução defensiva frente à "fascistização" do governo republicano sob a direção da CEDA[24]. Já a Frente Popular teria aberto a possibilidade de se fazer uma mudança socioeconômica a partir do governo, dentro da legalidade republicana. No entanto, os fascistas, inimigos da República, teriam iniciado a Guerra Civil para impedir as mudanças sociais que estavam sendo implantadas legalmente dentro do regime republicano, pois eles eram antidemocráticos. Também o caráter da Revolução de 1936 sofreu uma mudança. Os comunistas passaram a vê-la como uma revolução puramente burguesa, uma tentativa de implantar um regime político na Espanha aos moldes dos países democráticos ocidentais. Tal historiografia se focou no restabelecimento do regime republicano. O maior perigo para a República seria o fascismo, e o PCE era o único que enxergava isso. Assim, as experiências revolucionárias não tinham nenhuma importância historiográfica: ela foi levada a cabo por grupos de "incontrolados". O PCE propugnaria por uma "Terceira Espanha" [25], nem "vermelha" e nem franquista. Todas estas concepções eram um reflexo da nova orientação política assumida pelo PCE, que adotou as teses do nascente eurocomunismo.

Para se entender ainda mais sobre a atuação e a interpretação que os comunistas tinham a respeito das coletivizações é preciso elucidar um pouco a política do Comintern durante o período anterior ao início da Guerra Civil, política que era ditada pelos altos dirigentes de Moscou.

---

[23] Até 1935, quando o Comintern adotou a política das Frentes Populares, o PCE se opunha à República por esta ter um caráter burguês. O Partido deveria tomar o poder para iniciar uma nova fase histórica, o socialismo. Por isso o PCE se opôs à República quando da sua proclamação, propondo a imediata formação de uma "República Soviética". Porém, quando da adoção da política das Frentes Populares, houve uma mudança nas análises do Partido, e os "erros" que se admitiu, como o isolamento do Partido, que segundo os novos dirigentes era a causa de o Partido ter pouca penetração entre os trabalhadores, foram creditados à própria direção do Partido que durou até 1933.

[24] Confederação Espanhola de Direitas Autônomas. Era um partido reacionário, de inspiração católica e antirrepublicana.

[25] Esta "Terceira Espanha" seria um regime "demoliberal en lo político y reformista en lo socioeconómico" (MARQUEZ, 2006, p. 199).

Na URSS da década de 1930 a política teve uma mudança de rumos. Os estadistas soviéticos passaram a colocar a segurança do regime em primeiro plano, e tudo se submeteria a ela. Assim sendo, Stálin procurava costurar um acordo com as democracias ocidentais para poder fazer frente à expansão do fascismo. Isso teve eco nos PCs estrangeiros que seguiam a política do Comintern. Foi-lhes imposto a política das Frentes Populares, sendo a Frente Popular espanhola a primeira a vencer uma eleição. Dessa maneira, o PCE abandonou a luta de classes – pelo menos temporariamente – em prol da unidade com os partidos republicanos burgueses. Tudo o que ultrapassava o marco "democrático-burguês" foi negado e combatido na prática. Desde o início do conflito, o PCE e o PSUC, junto com os partidos republicanos, procuraram esconder no exterior o processo revolucionário pelo qual passava a Espanha, segundo sua visão de que o conflito que ocorria na Espanha era uma luta de libertação nacional contra as hordas fascistas antidemocráticas e contra a invasão das potências fascistas estrangeiras – Alemanha e Itália[26]. Assim, por mais paradoxal que pareça – paradoxal se considerarmos as ideologias, mas não se observarmos o que era a URSS nesse momento –, a interpretação dos fascistas e dos comunistas eram parecidas e priorizavam a invasão estrangeira e a defesa do país contra as potências consideradas inimigas. Para impedir o conhecimento da Revolução os periódicos estrangeiros foram submetidos ao controle de Álvarez del Vayo, que era um socialista mas com uma inclinação para os comunistas. Mesmo depois de terminado o conflito essa continuou sendo a posição oficial do PCE.

Uma das características dos escritos comunistas pós-Guerra Civil é a homogeneidade de interpretações. Passado anos após o final da Guerra Civil, seus escritos ainda estavam todos de acordo com a posição oficial do partido. Quanto às coletivizações, além de minimizadas na teoria e combatidas na prática, ainda eram acusadas de serem uma irresponsabilidade econômica e moral dos anarquistas e a auto-organização política dos comitês eram qualificadas de "ditadura cacique" – mais uma vez a posição dos comunistas se assemelha com a dos franquistas, que também acusavam os comitês de serem autoritários. O PCE e o PSUC se orgulhavam de terem salvado a República do caos econômico e político ao restaurar

[26] Ver cartaz p. 141.

o princípio de autoridade e ao centralizar a economia – ambas as medidas levadas a cabo em detrimento dos comitês.

Já os anarquistas foram os que mais preservaram a memória sobre a autogestão na Guerra Civil. Para estes, o maior legado da Guerra Civil foi a experiência autogestionária. Diferente dos comunistas, na literatura anarquista não existe uma homogeneidade nas interpretações sobre a Guerra Civil e a Revolução. Ao contrário, existe uma gama de interpretações, e estas são reflexo das divisões internas dos próprios anarquistas. Tais divisões já podiam ser notadas antes do início da Revolução, e se acentuou após seu início. Assim, existem duas grandes interpretações entre os anarquistas: os "fatalistas", que colocam os acontecimentos como inevitáveis e que lamentam as posições políticas que os anarquistas tiveram que tomar devido ao desenrolar dos acontecimentos; e os críticos, que adotam uma postura de reprovação com relação a seus representantes. No entanto, ambos os grupos concordam que a Guerra Civil não poderia ser separada da própria Revolução[27] e que a autogestão foi a grande contribuição dos anarquistas para a Guerra Civil. Terminado o conflito, esta divisão dos anarquistas resultou na divisão de sua principal organização sindical, a CNT.

Existiram grupos políticos menores que também se dedicaram à preservação da memória sobre a autogestão. Estes, devido a seu reduzido tamanho, não conseguiam colocar em prática uma política autônoma, e adotavam posições intermediárias entre os anarquistas e os comunistas. Um destes grupos era o POUM. Tal partido tinha como objetivo a reunião de todos os comunistas dissidentes, contrários ao regime de Moscou. Este partido, embora não tenha sido partidário da autogestão no estrito senso da palavra, pois em última instância o seu programa político se baseava na estatização, ajudou – pelo menos a base do partido – a fomentá-la na prática. O partido também não concordava com a política seguida pelo Comintern no tocante ao problema da finalidade da luta. Para o POUM, a Guerra Civil era entendida como uma luta de classes, onde o proletariado lutava ao mesmo tempo contra o fascismo e contra o capitalismo, sendo urgente a tomada do poder e a formação de um Estado proletário. Muitas de suas memórias deixadas – principalmente as escritas por Victor Alba – são dedicadas à Revolução e a autogestão.

---

[27] Ver cartazes p. 142.

Outro grupo importante que produziu memórias sobre a Guerra Civil foram os socialistas. Estes se organizavam dentro do PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol –, mas o partido estava dividido em pelo menos duas facções: a de Indalecio Prieto, uma ala mais liberal e reformista, e a de Largo Caballero, mais revolucionária e pró-comunista. As memórias produzidas por tal partido eram muitas vezes contraditórias entre si, dependendo da ala do partido da qual o autor em questão fazia parte. Ambas as facções combateram na prática a autogestão, mas muitos membros de base do partido participaram nos processos autogestionários.

Tais interpretações sobre a Revolução e sobre a autogestão, bem como a memória produzida por tais grupos políticos após a Guerra Civil, continuaram sendo um campo de disputa política entre os grupos já citados, e mesmo que os referidos partidos tenham se extinguido, como é o caso do POUM, suas memórias sobreviveram, assim como sua ideologia. Após o final da Guerra Civil todos os grupos políticos citados começaram a produzir memórias baseadas em suas interpretações sobre as causas da derrota. Todas estas interpretações se baseavam em disputas políticas. Assim sendo, o PCE, contrário à autogestão e a qualquer forma de controle operário, continuou priorizando em suas memórias os acontecimentos militares, a reconstrução do Estado republicano e a luta antifascista em detrimento da Revolução e da autogestão, mas agora adaptando seu discurso ao contexto de Guerra Fria e às mudanças ocorridas na URSS após o XX Congresso do PCUS – Partido Comunista da União Soviética. Isso demonstra que a memória é sempre uma interação entre o passado e o presente, ou seja, é o presente se referindo e se justificando no passado. Por outro lado, o presente também é fruto das experiências do passado. Assim, as disputas em torno da memória são também disputas políticas. No caso do PCE, que na década de 1960 se aproximou do eurocomunismo, houve uma valorização ainda maior da via institucional, e no caso da direita se enalteceu e se resgatou os valores nacionais e a luta contra o comunismo, mesmo que se reconheça os excessos do regime de Franco.

1.1- O Que é Autogestão?

Agora nos aprofundaremos um pouco mais no conceito de autogestão, demonstrando o que isso significa.

A autogestão surgiu como conceito – embora este termo somente tenha aparecido na década de 1960 – no século XIX, e para entender sua evolução é preciso voltar a Primeira Internacional e diferenciarmos as variadas formas de coletivismo.

Inicialmente, a questão da propriedade fazia com que se enfrentassem os proudhonianos – partidários do fim da propriedade privada mas que aceitavam sua posse individual, diferenciando posse e propriedade – e os "coletivistas" – partidários da propriedade coletiva e contrários à posse individual. Para estes, tanto a posse quanto a propriedade deveriam ser coletivas. Jules Guesde publicou um folheto em 1878, onde utilizou a palavra "coletivista" para definir os marxistas – ele próprio era um marxista –, partidários da propriedade estatal – assim, o Estado aparece como um "proprietário coletivo" dos meios de produção –, entendendo a conquista do Estado como necessária e colocando este sob uma nova forma – o Estado operário –, como um representante da coletividade dos trabalhadores e futuro gestor dos interesses coletivos – ao menos por um período, embora tal período seja indeterminado, pois na teoria marxista ortodoxa o Estado operário, também considerado um Estado opressor, se desintegraria e cederia lugar à administração dos trabalhadores, ou seja, a autogestão.

Enquanto isso, em 1875 começou entre os anarquistas uma discussão interna. A maioria se tornou coletivista, se opondo à Proudhon e aderindo às ideias de Bakunin. Para este, a propriedade deveria ser coletiva e os trabalhadores deveriam receber o produto integral de seu trabalho. Assim, com a decadência dos proudhonianos – decadência no sentido numérico, pois o aparecimento de uma nova corrente não necessariamente extingue as correntes anteriores –, os anarquistas também passaram a ser coletivistas, ou seja, partidários da propriedade coletiva, entendendo isso como a posse das empresas por quem nelas trabalham. No entanto, uma minoria, e que ia se ampliando com o passar do tempo, dizia que tal distribuição da riqueza permitiria novas desigualdades, pois os trabalhadores menos produtivos receberiam um salário menor, além de ser cada vez mais difícil saber o quanto um trabalhador individual produziu exatamente, pois a industrialização tornava a produção um ato cada vez mais coletivo. Dessa maneira, o produto do

trabalho deveria ser coletivo e estar à disposição de todos segundo suas necessidades. Essa nova doutrina tinha como maior expoente o russo Piotr Kropotkin, cuja corrente foi chamada de anarco-comunista, pois fundia a concepção anarquista da sociedade sem Estado e autogerida com o comunismo. Assim, neste momento, ser coletivista significava ser partidário da propriedade coletiva, podendo designar a propriedade coletiva sob a administração estatal – tal como almejavam os marxistas – ou a propriedade coletiva autogerida – tal como preconizavam os bakuninistas ou os anarco-comunistas. Em 1892, devido às leis antianarquistas francesas, Sebastian Faure inventou a palavra "libertário" para continuar com suas atividades anarquistas, e este foi mais um adjetivo assumido pelos anarquistas, dizendo-se contrapor aos "autoritários", que seriam os partidários da conquista do Estado e da propriedade estatal. Assim, passou a ser comum os anarquistas se autodenominarem comunistas libertários.

O anarquismo espanhol também seguiu esta tendência, e quase todos os anarquistas deste país se converteram ao anarco-comunismo. Assim, no II Congresso da CNT, chamado Congresso da Comedia, em Madri, em 1919, tal organização declarou como sua meta a construção do comunismo libertário. Do mesmo modo, durante a Guerra Civil, as propriedades autogeridas eram chamadas de coletividades, que nada mais eram do que propriedades coletivas que ficavam sob administração direta dos trabalhadores. Cabe salientar que a política stalinista de liquidação dos kulaks[28] também fora chamada de coletivização – coletivização no sentido marxista ortodoxo, ou seja, a passagem da propriedade para as mãos do Estado –, mas pouco tem a ver com a coletivização da Revolução Espanhola. A coletivização propugnada por Stálin era o modelo no qual o PCE e o PSUC se inspiravam.

> (…) comprobamos que la palabra "colectivismo" designó primero una concepción vaga, luego una economía precisa y por fin llega hoy en día a abarcar todo sistema político o económico del que una colectividad forma parte, por muy reducida que sea esta colectividad en ciertos países (MINTZ, 1977, p. 26).

Estas diferentes concepções teóricas entre os anarquistas e os marxistas e entre os próprios anarquistas geraram disputas práticas durante a Revolução Espanhola, sendo objeto de muita controvérsia entre estes grupos.

---

[28] Kulaks eram camponeses ricos que possuíam propriedades e contratavam mão-de-obra na URSS. No final da década de 1920 eles foram considerados inimigos do Estado soviético. Suas propriedades foram estatizadas e muitos acabaram sendo deportados ou exterminados.

Por fim, na década de 1960 apareceu a expressão “autogestão”, e foi este termo que se difundiu internacionalmente. Falar em “coletivização” é se deter no marco espanhol, enquanto “autogestão” tem um caráter mais internacional (MINTZ, 1977). Sua premissa básica é eliminar a propriedade privada e o Estado simultaneamente, destruindo as bases da exploração do homem pelo homem e eliminando também a dualidade entre dirigentes e dirigidos, entre os que pensam e os que executam, substituindo-a pela gestão coletiva dos trabalhadores. Assim, a autogestão pressupõe o controle dos meios de produção pelos trabalhadores – acompanhado de mudanças no próprio processo de produção – enquanto coletividade soberana, seja fazendo isso diretamente – através de assembleias, órgão de gestão direta –, seja através de representantes eleitos pela base, que sejam responsáveis perante ela e que podem ser destituídos a qualquer momento. A autogestão ultrapassa a dualidade entre propriedade privada ou propriedade coletiva para incluir também uma discussão sobre o modo de gestão – quem vai gerir os meios de produção e a sociedade como um todo, a coletividade dos trabalhadores ou uma burocracia, que fala em seu nome? Dessa maneira, Maurice Brinton distingue “controle” e “gestão”:

> Numa, a classe operária (o conjunto dos produtores) toma **todas** as decisões fundamentais. Fá-lo directamente, através de organismos de sua escolha com os quais se identifica completamente, e que sabe estar em seu alcance dominar totalmente (comités de fábrica, conselhos operários, etc.). Esses órgãos, compostos por delegados eleitos e revogáveis, federam-se provavelmente em base regional ou nacional. Decidem (concedendo o máximo de autonomia possível às colectividades locais) o que se deve produzir, de que modo, a que preço e à custa de quem. A outra situação possível é aquela em que essas decisões fundamentais são tomadas “em instância diferente”, “do exterior”, ou seja, pelo Estado, pelo Partido, ou qualquer organismo sem verdadeiros laços com o próprio processo de produção. A “separação entre os produtores e os meios de produção” (base de qualquer sociedade de classe) é mantida. Esse tipo de solução em breve mostra o que é de facto: uma nova forma de opressão, independentemente das boas intenções revolucionárias do organismo em causa, e sejam quais forem as disposições que tome (ou deixe de tomar) para que as decisões políticas sejam de tempos em tempos submetidas à ratificação ou à correção.
>
> A essas duas situações correspondem palavras diferentes. **Gerir** significa tomar por si mesmo as decisões, na qualidade de pessoa ou colectividade soberana, e com pleno conhecimento das informações necessárias. **Controlar** significa supervisionar, inspecionar ou verificar as decisões tomadas por outrem. O “controle” implica uma limitação de soberania ou, pelo menos, um estado de duplo poder no qual algumas pessoas determinam os objectivos ao passo que as restantes se esforçam por que sejam aplicados os meios apropriados para os realizar. Historicamente, as controvérsias a respeito do controle operário surgiram

> precisamente nessas condições de duplo poder económico (BRINTON, 1975, p. 15).

Já a antítese da autogestão, a heterogestão, se caracteriza pelo afastamento dos trabalhadores dos processos de decisão, pela manutenção da separação entre os meios de produção e os trabalhadores, seja em regime de propriedade privada ou de capitalismo de Estado. Neste caso, o controle da propriedade e as decisões políticas estão nas mãos de uma burocracia que assume a gestão em detrimento e em nome dos trabalhadores, que continuam afastados dos processos de decisão. Desse modo, a dualidade entre dirigentes e dirigidos permanece, geralmente sob a máscara da divisão entre o trabalho especializado e o trabalho não-especializado.

> A dualidade entre o que gere e o que é gerido; entre o que planeja, organiza, comanda e controla, e o que executa, sendo portanto planejado, organizado, comandado e controlado, é a essência da heterogestão, que separa dois aspectos indissoluvelmente ligados do trabalho humano: concepção e execução. (...). A heterogestão (...) separa claramente gerente de gerido, dirigente de dirigido. Na realidade, a lógica da ordenação burocrática não é mais do que o estabelecimento de linhas de comando convergentes, através das quais passa uma sucessão de relações sociais autônomas, a constituir uma pirâmide heterogestionária. Na realidade, os traços básicos da burocracia não fazem mais do que proteger essa heterogestão, base de todo o seu funcionamento. Da mesma forma que a heterogestão sempre naturalizou a função diretiva do capital sobre o trabalho, ela agora naturaliza a função diretiva do saber sobre o não saber, bem como coloca em princípios acessíveis os benefícios simbólicos do saber pelo aprendizado, pela submissão, pela aceitação do universo simbólico da organização, com seus mitos geralmente ligados à mobilidade social. A tecnicidade da organização burocrática desempenha, aqui, um papel fundamental, associada à consolidação da distinção fundamental entre superior e subordinado (MOTTA, 1981, p. 18).

Motta está se referindo às empresas de capitalismo privado, mas sua análise pode ser estendida também para as empresas dos regimes de capitalismo de Estado. O conflito entre dirigentes e dirigidos é um fenômeno que ocorre em diferentes momentos revolucionários, fruto da divisão entre os “gerentes” – geralmente indicados do alto pelos detentores do poder ou eleitos pelos trabalhadores mas que não são controlados por estes, e sim por seus “superiores”, ou seja, os líderes dos trabalhadores acabam sendo cooptados pelos detentores do poder – e os trabalhadores.

Agora nos cabe então diferenciar, tomando como base o que foi exposto até aqui, os diferentes tipos de relações de propriedade, demonstrando sua estrutura interna de funcionamento e mostrando as diferenças de nomenclatura e práticas.

Primeiramente, temos a propriedade privada tal como conhecemos no capitalismo tradicional. Em uma empresa privada o proprietário – ou os proprietários

– é uma figura central. Este explora a mão-de-obra de seus trabalhadores através de um processo de extração de mais-valia, conforme demonstrou Marx. No entanto, na empresa capitalista moderna, se desenvolve cada vez mais a sociedade por ações. Nesta, os proprietários cedem um pouco de seu poder para uma classe dirigente assalariada, os executivos, *managers* ou gerentes, cuja função é gerir os processos de exploração, e em troca obtêm ganhos mais elevados do que os trabalhadores (TRAGTENBERG, 1980). Geralmente estes administradores recebem também uma parcela dos lucros da empresa como uma forma de estímulo. No entanto, por serem assalariados, muitas vezes estes gerentes são confundidos com os trabalhadores de forma geral, o que acaba por encobrir as relações de dominação que se desenvolvem entre estes gerentes e os trabalhadores. Com o desenvolvimento da sociedade por ações, paulatinamente vai ocorrendo uma autonomização da propriedade em relação aos acionistas, que perdem cada vez mais poder dentro de sua própria empresa. Assim, no interior das empresas, assiste-se à ascensão dos gerentes, cuja importância se torna cada vez maior para o Capital. Estes tem como função a administração da empresa em seu formato capitalista, mantendo, intensificando e sofisticando a exploração dos trabalhadores. Percebe-se que tal estrutura de empresa mantêm todas as hierarquias existentes, e a posição do trabalhador em relação aos meios de produção permanece exatamente a mesma: um trabalhador assalariado, explorado e afastado dos processos de decisão e de gestão da empresa.

Outra forma de propriedade existente é a chamada propriedade estatal. Esta é vista como a antítese da propriedade privada de tipo capitalista – o capitalismo privado –, mas guarda com essa muitas semelhanças. Neste tipo de propriedade a estrutura das empresas é muito parecida com a do capitalismo privado moderno – as empresas por ações –: temos uma massa de trabalhadores subjugados aos gerentes, mas estes não representam o proprietário privado dentro das empresas, e sim o Estado, mas aqui também o trabalhador está afastado dos processos de decisão. A gestão das empresas também está completamente nas mãos dos gerentes, que formam um grupo separado dos trabalhadores e que devem obrigações apenas a seus superiores hierárquicos. O fato de a empresa estatal não possuir um proprietário – ou proprietários – individual faz com que muitos pensem que este tipo de propriedade já pressupõe seu controle pelos trabalhadores. No

entanto, o Estado, proprietário “coletivo”, não é uma máquina política abstrata. Ele é formado por relações que são exercidas por pessoas concretas, e por isso suas relações de propriedade também será exercida por pessoas concretas. Entretanto, muitos ainda insistem nesta dualidade entre propriedade estatal e propriedade privada: elimina-se a propriedade privada dos meios de produção e automaticamente já temos o controle dos trabalhadores. Esta dualidade, inclusive, passou para o vocabulário comum, falando-se em propriedade privada e propriedade pública: elimina-se a propriedade privada e, automaticamente, já temos a propriedade pública, sem pensar em quem realmente dispõe de tal propriedade, de que modo e em benefício de quem. Mais a frente discutiremos estas relações de forma mais aprofundada ao falarmos da Revolução Russa e suas consequências para o movimento operário internacional.

Outra forma possível de relações de propriedade é a propriedade autogerida. Esta forma de propriedade aparece em vários momentos revolucionários ao longo da história, não sendo uma particularidade da Revolução Espanhola, mas foi aqui onde ela mais tomou fôlego. Segundo Maurício Tragtenberg (1986), a autogestão dominou 70% do território espanhol. Nesta forma de propriedade os trabalhadores tomam os meios de produção para si de forma direta. Sua administração pode ser feita também de forma direta – isso só é possível ocorrer em empresas muito pequenas – ou através de representantes eleitos pela coletividade dos trabalhadores, sendo responsáveis perante eles e com mandatos revogáveis a qualquer momento. Neste tipo de relação de propriedade a soberania permanece sempre com a coletividade dos trabalhadores através de suas assembleias.

Para encerrar, cabe dizer que para cada tipo de propriedade desenvolveu-se uma nomenclatura. Assim, para designar a propriedade estatal é geralmente utilizado a nomenclatura de “nacionalização”, ou seja, a empresa X é de propriedade do Estado, então ela está nacionalizada, e supostamente pertence a toda nação – observe que isso mascara as diferenças entre os gerentes e os trabalhadores, reunindo ambos em um único grupo social e eliminando suas diferenças. Já para designar uma empresa autogerida, ou seja, sob controle dos trabalhadores, usa-se o termo coletivização – isso no caso da Revolução Espanhola. Por outro lado, o termo coletivização só se refere à propriedade autogerida isolada. Quando várias empresas do mesmo ramo se reuniam em uma única grande empresa autogerida,

designava-se isso como uma socialização. Os partidários da autogestão tinham como meta a socialização, ou seja, a generalização da autogestão para todas as relações sociais, e não apenas dentro de empresas isoladas umas das outras, mas isso não ocorreu na prática na Espanha. O que houve foram apenas tentativas neste sentido, algumas com algum êxito.

Cabe salientar que a autogestão não se resume à economia e à posse das empresas. Ela também existe em outros campos, como o consumo, o sindical, o político, etc. Suas características também são as mesmas: democracia direta, controle dos representantes pelos representados, revogabilidade dos cargos a qualquer momento, federalismo, descentralização, controle das instâncias superiores pelas inferiores, etc. A autogestão também não pode existir em um determinado campo de forma isolada, de modo que sua existência na economia é ao mesmo tempo a causa e a consequência da autogestão em outros campos, como campo político.

1.2- A Revolução Russa e os Novos Patrões

Podemos dizer que a Revolução Russa foi um marco para o século XX, e os problemas ali apresentados apareceram em todas as revoluções de tal século, inclusive na Revolução Espanhola. Durante a Revolução Russa a discussão sobre a gestão dos meios de produção foi muito acalorada, sendo resolvida muitas vezes de forma violenta. É importante compreendermos algumas discussões e os resultados práticos da Revolução Russa porque, primeiramente, ela se tornou um modelo para a maior parte dos movimentos revolucionários de esquerda, mas também porque se tornou um contramodelo para uma parte desta mesma esquerda revolucionária, especialmente na Espanha.

Durante o processo revolucionário na Rússia, apareceram não apenas os sovietes – órgãos de autogestão social – mas também os comitês de fábrica, que assumiram a gestão das empresas. Tais comitês eram eleitos diretamente pelos trabalhadores e perante eles eram responsáveis. Estes comitês eram os responsáveis pela contratação e demissão de mão-de-obra, pela organização dos processos de trabalho, pelo controle da produção, etc. No entanto, segundo as posições bolcheviques, tais comitês eram inapropriados para gerir uma economia

moderna, sendo combatidos e submetidos ao controle do gerente indicado pelo partido ou então fazendo com que os comitês eleitos se submetessem aos novos órgãos estatais de controle. Assim sendo, os comitês acabaram se transformando em órgãos de gestão separados dos trabalhadores, cuja administração deveria ser responsável perante os novos administradores do Estado, e não à coletividade dos trabalhadores que os elegeram – isso quando os comitês eram eleitos. Na discussão sobre quem deveria gerir os meios de produção – os trabalhadores ou os dirigentes emanados do partido –, Lênin escreveu em 1918 que

> (...) a ditadura de indivíduos foi com muita frequência, na história dos movimentos revolucionários, a expressão, o portador, o veículo da ditadura das classes revolucionárias, disto fala a experiência irrefutável da história. (...) Por isso **não existe absolutamente nenhuma contradição de princípio entre o democratismo soviético (isto é, socialista) e a aplicação do poder ditatorial de indivíduos**. (...) a **subordinação sem reservas a uma única vontade é absolutamente necessária para o êxito dos processos de trabalho**, organizado segundo o tipo da grande indústria mecanizada. (...) A revolução acaba de quebrar as cadeias mais antigas, mais fortes e mais pesadas, com as quais se submetiam as massas pela força. Isso acontecia ontem. Mas hoje, essa mesma revolução, precisamente no interesse do seu desenvolvimento e consolidação, precisamente no interesse do socialismo, **exige a obediência sem reservas das massas à vontade única dos dirigentes do processo de trabalho** (LENINE, 1988, p. 580-81, grifo meu).

Dessa maneira, Lênin legitimou o poder ditatorial dos “dirigentes do processo de trabalho” dentro das empresas coletivizadas sob o jugo do Estado. Assim, as empresas pertenceriam à coletividade dos trabalhadores, mas estes foram afastados dos processos de decisão da “sua” própria empresa, que caiu nas mãos dos já citados “dirigentes do processo de trabalho”. Tais gerentes passaram a dispor coletivamente dos meios de produção e substituíram os trabalhadores nos processos de decisão dentro das empresas. Assim sendo, a Revolução Russa teve como produto final a elevação de uma burocracia ao poder, que falava em nome dos trabalhadores, e que se baseava na propriedade “coletiva” – coletiva estatal – dos meios de produção e no afastamento dos trabalhadores dos processos de decisão dentro das empresas e fora delas também. Uma burocracia cuja função era gerir os processos de trabalho, dentro e fora das empresas, surgiu com um poder totalitário, cuja base material era a heterogestão. Todas as resistências a este novo poder foram derrotadas – Makhno, Kronstadt, Oposição Operária, greves autônomas, etc. – e a propriedade “coletiva” estatal soviética se tornou o modelo para grande parte dos partidos operários.

Assim sendo, a Revolução Russa produziu a ascensão dos gerentes, cuja função e natureza capitalista – pois mantém as relações sociais e econômicas capitalistas – é clara. Dessa maneira, o produto final da Revolução Russa foi um novo tipo de exploração dos trabalhadores, cuja propriedade coletiva não comportava a participação destes nos processos de decisão nas empresas. A separação entre os trabalhadores e os meios de produção permanecia, agora sob a máscara da separação entre os que geriam os processos de trabalho e os que apenas o executavam. A estrutura da empresa permaneceu a mesma da já citada empresa capitalista dividida por ações: existia um grupo gestor, separado da coletividade dos trabalhadores, cuja função era a gestão da empresa, e os trabalhadores "comuns", que apenas executavam o trabalho. Não existia controle dos gerentes por parte dos trabalhadores. Eles eram controlados apenas por seus superiores hierárquicos.

Entretanto, nesta nova forma de relação de propriedade, a exploração dos trabalhadores não era feita do mesmo modo que se fazia no capitalismo privado. No capitalismo de Estado, os administradores dentro das empresas e seus pares dentro do aparelho de Estado – a base fundadora do Estado é a heterogestão, ou seja, além de os trabalhadores russos serem afastados dos processos de decisão dentro das empresas, eles também o foram em um âmbito social mais amplo, no campo político, cuja gestão também estava nas mãos de administradores profissionais e não controlados pelos trabalhadores – andam de mãos dadas. Todo valor produzido pelos trabalhadores é "coletivo", mas como os administradores mantém o monopólio sobre a distribuição do produto social, eles ficam com uma fatia bem maior do bolo. Assim, eles se utilizam do poder de Estado para se apropriar do produto social. Isso era feito através de bônus e incentivos estatais a estes gerentes, viagens de férias pagas pelo Estado, comidas de qualidade muito superior à dos trabalhadores, feitas em restaurantes privativos e com um preço bem abaixo do que normalmente os trabalhadores pagavam e outras formas de privilégios.

> Na sociedade soviética os exploradores não se apropriam da mais-valia diretamente como o faz o capitalista quando embolsa os dividendos de sua empresa. Fazem-no indiretamente através do Estado, que embolsa o montante global da mais-valia nacional, e a distribui, então, a seus funcionários (RIZZI apud VOSLENSKY,1980, p. 17).

Essa divisão entre administradores e executores, entre dirigentes e dirigido é fruto da heterogestão e é intrínseco à propriedade estatal, que necessariamente tem de ser controlada pelos “administradores” do Estado indicados pelo alto. Assim,

> A Revolução de 1917 pôs fim à supremacia política da burguesia, eliminando a sua base econômica, a propriedade privada dos meios de produção, e mudou o sistema de propriedade existente. Porém, não teve suficiente força para alterar as relações de produção autoritárias que caracterizam uma sociedade dividida em classes. Que forças se opunham a uma transformação radical do mundo do trabalho? Mais do que todas, evidentemente, a burguesia. A perspectiva da gestão operária da produção não só colocava em jogo sua propriedade dos meios de produção como também a possibilidade de conservar posições privilegiadas, mascaradas sob a competência técnica, ou cargos que mantivessem poder decisório (TRAGTENBERG, 2007, p. 116-17).

É claro que a gestão dos administradores não podia se basear apenas na coerção. Tanto no caso do capitalismo privado quanto no capitalismo de Estado os trabalhadores têm de ter a sensação de que podem influenciar nas decisões. Assim, e de forma mais intensa no capitalismo privado, desenvolveu-se a cogestão como um modo de dar aos trabalhadores – ou a seus representantes – um certo grau de influência sobre as decisões empresariais, mas cabe ressaltar que tal participação na gestão das empresas é construída sob uma ótica empresarial, dando aos próprios trabalhadores uma função na gestão de sua exploração.

> Os conselhos de empresa não pretendem substituir a autoridade do chefe da empresa ou enfraquecer a autoridade na hierarquia das funções. O chefe de empresa deve ser inteiramente responsável pelo empreendimento que dirige. Essa responsabilidade implica numa autoridade que, sem ser autocrática, deve ser suficiente para levar a tarefa a bom termo (LEBRUTON apud TRAGTENBERG, 1980, p. 81).

A cogestão também não elimina as diferenças de classe, e sim atrai uma parcela dos trabalhadores para a gestão de sua própria exploração. Todas as hierarquias dentro das empresas são mantidas, e ainda tem a vantagem de “naturalizar” as relações capitalistas perante os trabalhadores, pois sua participação na gestão da empresa ocorre mediante critérios estabelecidos pela direção da empresa, que naturaliza as divisões entre dirigentes e dirigidos.

De todo modo, o modelo russo de relações de propriedade foi adotado por amplos setores dos partidos comunistas de esquerda – a chamada “bolchevização” da década de 1920 – e do movimento operário internacional. Na Espanha, todos os partidos comunistas adotaram tal modelo. O PCE e o PSUC eram de orientação stalinista e filiados à III Internacional, e como tal, eram seguidores diretos do regime moscovita. Mesmo o POUM, divergia destes outros partidos apenas por questões

relacionadas ao campo político e questões econômicas menores – como o exagerado leque salarial defendido pelo PCE –, mas sem levantar suspeitas quanto à sua causa: a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, fruto da estatização, ou seja, da heterogestão.

1.3- Antecedentes da Revolução Espanhola

A Revolução Espanhola se iniciou em 1936 e sua origem está muito ligada ao surgimento de um vigoroso movimento operário no século XIX, mas também incidiram outras causas mais profundas, originadas a longo prazo, que podem ser buscadas na própria formação da sociedade espanhola durante o período da Reconquista[29]. Uma delas é a religião, que ocupou um papel muito importante nos debates políticos antes e depois de se iniciar o processo revolucionário e a Guerra Civil. O papel da religião foi tão importante que muitos interpretaram a Guerra Civil apenas como uma guerra religiosa, sendo considerada somente uma contenda entre os católicos e os anticatólicos ou ateus. Tais interpretações se esquecem de todos os outros fatores que levaram ao estalar do conflito, sendo uma simplificação e um reducionismo dos fatos. No entanto, também não podemos negligenciar o fator religioso, ainda mais porque durante muito tempo ele foi o grande elemento unificador e mantenedor da sociedade espanhola – e alguns dizem que ele foi o único. Entretanto, para os propósitos deste trabalho, nos focaremos no movimento operário e seu desenvolvimento na Espanha, além de suas relações com o Estado espanhol.

O movimento operário na Espanha nasceu no século XIX. As ideias socialistas, segundo José Peirats (1988), teriam penetrado na Espanha simultaneamente na Andaluzia e na Catalunha. A primeira sociedade de resistência de Barcelona nasceu em 1840. Em 1868-69 apareceu em Madri o primeiro núcleo internacionalista, e este se baseou em alguns documentos trazidos por um emissário de Bakunin. Um deles era um antimanifesto inaugural da Internacional, que se proclamava contra a conquista do poder político. A maioria dos sindicatos espanhóis se pronunciava como antiestatista, e utilizava como arma a ação direta e o federalismo. Em 1869 se formou em Madri a Federação Operária Regional

[29] A Reconquista foi a retomada da Península Ibérica, que estava sob domínio muçulmano, pelos povos cristãos, cuja retomada foi finalizada apenas no final do século XV.

Espanhola, que pouco depois se uniu à Internacional. Em 1871 veio à Madri Paul Lafargue, genro de Marx, que entrou um contato com Pi y Margall. Este lhe negou a intenção de fundar um partido político operário. Assim, nos debates entre Marx e Bakunin no seio da Internacional, a seção espanhola se pronunciou a favor deste último.

Na Espanha do século XIX, além deste incipiente movimento operário de tendência majoritariamente libertária, se desenvolveu também um importante movimento socialista. Este se concentrava no PSOE e em uma central sindical que era seu satélite: a UGT – União Geral dos Trabalhadores. O PSOE foi fundado em 1879 por membros que se posicionaram a favor de Marx nos embates com Bakunin no seio da Internacional. O partido queria conquistar o poder político por meios legais, e desde o início ele foi uma ramificação da Segunda Internacional. Já a UGT foi fundada em 1888, e muitos de seus membros eram quadros do PSOE, principalmente a fração mais radical dos socialistas, liderados por Largo Caballero.

No século XIX ainda, além do movimento operário que se desenvolvia, houve uma intensa luta para a introdução de reformas liberais na Espanha. As disputas entre liberais e conservadores produziu uma série de guerras e golpes militares. Entre 1814 e 1923 aconteceram 43 *pronunciamientos*[30] (THOMAS, 1964), vitoriosos ou não. Assim, em 1873 foi proclamada a Primeira República Espanhola, mas esta durou apenas até 1874, quando a Monarquia foi restaurada por outro *pronunciamiento*.

Enquanto isso, o movimento operário espanhol seguia se desenvolvendo e se radicalizando. Em 1909 ocorreu uma grande revolta em várias partes da Espanha, principalmente em Barcelona e na Catalunha, causada pela tentativa de se convocar reservistas para uma guerra colonialista no Marrocos que se iniciava – guerra na qual se podia não participar mediante o pagamento de certo valor em dinheiro, valor este muito além das condições dos trabalhadores. Tal episódio ficou conhecido como Semana Trágica. Houve greves, distúrbios e paralizações em várias regiões da Espanha. Segundo Hugh Thomas (1964), 48 igrejas e outras instituições a ela ligadas foram queimadas. Tropas de várias partes da Espanha foram trazidas para Barcelona e o saldo final foi de cerca de 70 mortos e 500 feridos. Após o final dos

[30] Um *pronunciamiento* é um levante militar de curta duração e com pouco derramamento de sangue. Este é efetuado por um General e tem como objetivo imediato a deposição do governo. Este tipo de golpe foi muito característico no século XIX, mas também houve vários *pronunciamientos* no século XX.

distúrbios o governo passou a perseguir as organizações dos trabalhadores. Vários periódicos, sindicatos e escolas ligadas às suas organizações foram fechados. Muitas prisões foram efetuadas, e alguns foram condenados à morte, como o pedagogo Francisco Ferrer, idealizador das Escolas Modernas[31], que foi acusado de ser o orquestrador da Semana Trágica de 1909 e acabou executado.

Findada a Semana Trágica, entre os anarquistas se sentiu a necessidade de se criar uma grande organização, e assim foi convocado um congresso para 1910, no qual foi fundada a CNT, que na verdade era uma confederação de vários sindicatos locais espalhados pela Espanha, e cuja maior força residia na Catalunha, onde ela quase monopolizava o movimento operário. No ano seguinte a CNT realizou seu primeiro congresso, mas seu efetivo funcionamento só começou em 1914. Desde o I Congresso a CNT foi posta na ilegalidade, pois se solidarizou com uma onde de greves violentas que ocorreram no país. Sua atuação, em toda a sua história, oscilou entre uma facção mais moderada e reformista e uma mais radical e revolucionária. Esta contenda entre as duas alas acabou gerando várias controvérsias no seio da organização, e inclusive foi um dos fatores da divisão da CNT em duas organizações após o final da Guerra Civil.

Durante a Primeira Guerra Mundial ocorreu um pequeno surto industrial na Espanha, e por conta do aumento da demanda de mão-de-obra o movimento operário passou à ofensiva, reivindicando melhorias para a classe. A Revolução Russa de 1917 também influenciou a classe operária, e as greves se espalharam. A influência da Revolução Russa foi tão grande que teve eco em todas as correntes políticas. O II Congresso da CNT, realizado em Madri em 1919, decidiu pela adesão provisória à III Internacional, acentuando que esta organização possuía um caráter revolucionário. Assim, a CNT enviou dois delegados ao Segundo Congresso da Terceira Internacional, que se iniciou em julho de 1920. No entanto, os delegados da CNT voltaram e recomendaram a desfiliação da Internacional, acusando a Internacional de ter um caráter “autoritário” [32]. No entanto, a organização ainda

---

[31] As Escolas Modernas eram escolas racionalistas e antiautoritárias voltadas para os filhos dos trabalhadores. Tais escolas se opunham à educação religiosa promovida pelo Estado espanhol. As Escolas Modernas se espalharam em várias regiões da Espanha, principalmente na Catalunha, mas também houve experiências nela inspiradas em todo o mundo, inclusive no Brasil.

[32] Pestaña, que esteve na URSS representando a CNT no II Congresso da Terceira Internacional e no início da Internacional Sindical Vermelha, redigiu um relatório para o Congresso da CNT em Saragoça, em 1922. Este dizia: “(...) Os princípios do Partido Comunista são precisamente o contrário do que êle afirmou e proclamou nos primeiros momentos da Revolução. A Revolução russa e o

participou do Terceiro Congresso da Internacional para só então se desligar oficialmente dela. Seguindo a mesma tendência o PSOE decidiu, após três congressos extraordinários entre os anos de 1919 e 1921, não se juntar à III Internacional, contrariando a tendência da "bolchevização" dos partidos de esquerda dos anos 1920. Assim, dissidentes da CNT e do PSOE que aderiram às ideias advindas da Revolução Russa deixaram suas organizações e fundaram duas organizações comunistas: o Partido Comunista Espanhol e o Partido Comunista Operário Espanhol. Ambos se filiaram à III Internacional, motivo pelo qual os dois partidos se fundiram no PCE. Tal organização foi minoritária entre a classe operária espanhola até o final da Guerra Civil. O partido sofreu um grande incremento durante o conflito, mas a grande maioria destes novos elementos provinha de setores que se opunham aos processos de coletivização que estavam em curso na Espanha, principalmente os pequenos proprietários.

Em 1923 o sistema da monarquia parlamentar estava em colapso, atacada pelo movimento operário revolucionário e por movimentos conservadores. Assim, acabou-se instaurando a Ditadura de Primo de Rivera[33] via golpe de Estado e com apoio de Alfonso XIII[34]. O Governo de Primo de Rivera teve como características a promoção de obras públicas, o que dava uma aparência de prosperidade, o final das guerras no Marrocos e a adoção do corporativismo, motivo pelo qual a CNT se dissolveu – se adiantando a uma possível dissolução por parte do governo –, pois ela não aceitava a arbitragem paritária implantada pelo novo regime. Assim, a CNT passou à ilegalidade. De modo contraditório, o PSOE participou do Governo de Primo de Rivera.

Durante a ditadura de Primo de Rivera a luta interna entre os anarquistas continuava. Por conta da situação política do país a facção mais moderada ganhava terreno, e por isso os mais radicais fundaram em Valência, em 1927, uma organização que seria mais tarde de extrema importância para a Revolução

---

Partido comunista são, pelos seus princípios, pelos seus meios e pelos seus objetivos finais, diametralmente opostos (...). O Partido comunista, uma vez dono absoluto do poder, decretou que aquele que não pensasse como comunista (à maneira, entenda-se), não tinha o direito de pensar (...). O Partido comunista negou ao proletariado russo os direitos sagrados que lhe haviam sido conferidos pela Revolução" (PESTAÑA apud GUÉRIN, 1968, p. 126).

[33] Miguel Primo de Rivera (1870-1930) foi um militar que ascendeu rapidamente na hierarquia e que acabou encabeçando a ditadura implantada na Espanha entre 1923 e 1930. De tendência conservadora, seu filho, o já citado José Antonio Primo de Rivera (1903-1936), acabou seguindo o mesmo caminho, sendo o fundador da Falange.

[34] Alfonso XIII (1886-1941) assumiu o poder em 1902, sendo rei da Espanha até a proclamação da República, em 1931. Durante a Guerra Civil ele apoiou ativamente os insurretos.

Espanhola: a FAI, cuja missão era “preservar” os ideais anarquistas dentro da organização. Alguns conflitos ocorreram entre a FAI e elementos da CNT, que acusaram a organização específica de “aparelhar” o sindicato. Durante a Revolução Espanhola era comum a inscrição CNT-FAI, fruto de um acordo entre as duas organizações.

A ditadura de Primo de Rivera durou até 1930, quando o rei Alfonso tentou encerrar a ditadura e voltar à normalidade constitucional. Em março de 1930 apareceu em Barcelona um manifesto político republicano assinado por vários partidos. As organizações anarquistas não assinaram, mas alguns membros de suas organizações assinaram enquanto indivíduos, o que fez com que a ala mais radical os acusasse de estarem desertando para o campo do comunismo. Após as eleições municipais de 1931, a vitória dos candidatos republicanos fez com que o rei fosse aconselhado a deixar o país antes que uma revolução o derrubasse. Assim, Alfonso XIII deixou o país e a República foi proclamada sem muitos incidentes.

Iniciado o período republicano, seus dirigentes sabiam que o novo regime somente se consolidaria se as bases de sustentação social da reação fossem destruídas e se as condições de vida dos trabalhadores melhorassem, afastando-os dos movimentos revolucionários. Assim, era preciso modernizar o país, acabando com o atraso econômico, com os caciques, com o domínio da Igreja sobre várias áreas, como a educação por exemplo, com o domínio dos latifundiários, com as péssimas condições de vida dos trabalhadores, etc. A condição de existência do Estado republicano dependia do êxito das reformas sociais. Por outro lado, a República trouxe um alento aos movimentos revolucionários, pois deu a estes um grau maior de liberdade do que o que existiu durante a ditadura de Primo de Rivera, como certa liberdade de imprensa, o direito de greve, etc. Cabe salientar que, quando da proclamação da República, os anarquistas a desprezavam, pois a julgavam incapaz de resolver os problemas da classe operária, o PSOE também a qualificava de “República burguesa” e o PCE propugnava por uma “República de Sovietes”.

O início da Segunda República foi marcado por agitações. As greves operárias se espalharam. Uma nova Constituição foi aprovada em 1931. Segunda esta, a Espanha era uma República democrática, laica, com um parlamento unicamerário – as Cortes –, com sufrágio universal, direto e secreto. A Constituição

também garantia a propriedade individual, mas abriu a possibilidade de se expropriar riquezas sem indenização, o que pode ser explicado pela influência dos socialistas na redação da Constituição. Alcalá-Zamora foi eleito presidente da República pelos próximos seis anos e ele indicou Manuel Azaña – o Presidente da República tinha esta prerrogativa – como Presidente do Conselho de Ministros, o que hoje chamamos de Primeiro-Ministro. Logo o governo partiu para ações com vistas a enfraquecer os opositores da República. Assim, a Igreja foi separada do Estado e se instituiu o ensino laico, o divórcio, a secularização dos cemitérios, o fim do ensino religioso obrigatório – as crianças seriam dispensadas se seus pais solicitassem –, etc. A Igreja logo viu estas medidas como um ataque a seus direitos fundamentais, se tornando uma grande inimiga da República. O Cardeal Segura, por exemplo, que era Arcebispo de Toledo, escreveu uma carta em 1930 com os seguintes dizeres:

> Se permanecermos "quietos e inertes"; se nos permitirmos "a apatia e a timidez"; se deixarmos livres o caminho àqueles que estão tentando destruir a religião, ou se esperarmos a benevolência de nossos inimigos para assegurar o triunfo de nossos ideais – não teremos direito algum de nos lamentarmos, quando a amarga realidade mostrar que tivemos a vitória nas mãos e, no entanto, não soubemos lutar como intrépidos guerreiros prontos a sucumbir gloriosamente (SEGURA, 1930 apud THOMAS, 1964, p. 45).

O governo também tomou medidas para proteger os trabalhadores, e os salários rurais dobraram entre 1931 e 1932. Outra medida importante foi o início de uma discussão sobre a reforma agrária. Isso acabaria com a base econômica dos caciques e melhoraria a situação dos trabalhadores rurais, protegendo assim o novo regime tanto dos reacionários como dos revolucionários. No entanto, a reforma deveria ser feita integralmente dentro da lei, mas ela encontrava enormes obstáculos por parte dos representantes dos proprietários de terras. Outra reforma importante foi aquela que se levava a cabo no Exército. Este sempre participou ativamente da vida política do país, com uma tradição de golpes que remontam ao século XIX, e era exatamente isso que o novo regime queria acabar. Além disso, o Exército espanhol sempre se sentiu como um "guardião" dos interesses da nação, sendo o protetor dos valores e das tradições espanholas. Havia também um excesso no número de oficiais, o que gerava muitos gastos para o governo, além de aumentar o perigo de golpes. Assim, o governo republicano tencionava diminuir os efetivos do Exército e ofereceu uma aposentadoria compulsória para os militares, mas antes de se aposentar eles receberiam uma promoção. Ao mesmo tempo, todas as

promoções feitas durante o período da ditadura de Primo de Rivera seriam revistas. Os militares enxergaram tudo isso como um ataque à corporação e como um abuso por parte do governo contra a instituição e os valores tradicionais. Outra medida importante tomada para tentar frear os militares foi a subordinação dos tribunais militares aos tribunais civis, diminuindo bastante o poder dos militares. Por tudo isso, desde o início, a República se viu cercada de inimigos por todos os lados, e toda tentativa de conciliação se tornava inútil.

Já para os trabalhadores, a República era tão opressora quanto os regimes anteriores. A Guarda Civil, criada nos anos de 1840 para manter a ordem pública, fazia o papel de protetores dos proprietários. Um General do Exército comandava a Guarda, e ela era usada muito mais contra os anarquistas e camponeses do que contra os reacionários. A República também criou sua própria força, a Guarda de Assalto, que tinha como missão defender o regime republicano, e era composta por soldados considerados leais, mas os "Assaltos" também eram usados muito mais contra os revolucionários do que contra os reacionários. Além disso, o governo criou uma "Lei de Defesa da República", que permitia a suspensão de todos os direitos por trinta dias.

> (…) el primer bienio social-azañista gobernó a los trabajadores que habían traído la República con leyes monárquicas; puesta en vigor la nueva Constitución, fueron gobernados con la "ley de Defensa de la República" y la de "Vagos y maleantes", las cuides permitían perseguir con saña a los trabajadores, amordazar su prensa, clausurar sus centros y hasta sitiarlos por hambre. En manos estas leyes del bienio radical-cedista, los socialistas conocieron por primera vez el rigor de un arma forjada por ellos mismos. La llamada ley de Orden público, que aparejaba los Tribunales de Urgencia, obra también de aquel desgraciado periodo, era la constitucionalidad de lo inconstitucional, sofisma que permitió convertir unas leyes draconianas de excepción en legislación permanente (PEIRATS, 1988, v.1, p. 81).

Em 1931 ocorreu um importante acontecimento no interior do movimento anarquista. No III Congresso da CNT, em Madri, alguns membros do sindicato lançaram o "Manifesto dos Trinta" – pois foram assinados por trinta pessoas –, acusando a FAI de "aparelhar" a Confederação. Este movimento ficou conhecido como "trintismo", e representava a ala mais reformista do movimento libertário. Sindicatos trintistas chegaram a deixar a CNT em 1932, mas voltaram à organização em 1936, pouco antes do início da Guerra Civil. Alguns de seus membros criaram um partido, o Partido Sindicalista, que se uniu à Frente Popular em 1936.

Enquanto o movimento operário se radicalizava os conservadores também se extremavam e se organizavam. Em Madri, em 1931, foi formado o Círculo

Monarquista Independente, centro de muitos atentados. Já em 1930 havia sido fundada as JONS – Juntas de Ofensivas Nacional-Sindicalista –, um movimento político de caráter fascista. A Falange foi fundada em 1933, e em 1934 ela se fundiu com as JONS, formando a Falange Espanhola das JONS. A Igreja Católica espanhola também atuava contra as reformas da República, imaginando estar sendo despojada de seus mais elementares direitos. Em 1932 o General Sanjurjo tentou um golpe contra a República, mas falhou e acabou detido. Ele foi condenado à morte, mas posteriormente teve sua pena comutada e se exilou em Portugal.

Em 1933 ocorreu um episódio importante, conhecido como "A Revolução de Casas Viejas". Em meio a uma onda de greves e insurreições promovidas pelos anarquistas, no pequeno povoado de Casas Viejas um grupo de anarquistas fez um levante[35]. Após confrontos com as tropas do governo eles foram brutalmente assassinados, inclusive algumas mulheres e anciãos. O caso foi um embaraço para o Governo de Azaña, que foi atacado tanto pela direita quanto pela esquerda. Foi criada uma comissão na Câmara para investigar os acontecimentos, e ela acabou reconhecendo os excessos. Alguns militares foram julgados e condenados pelo massacre.

É neste clima de disputas políticas que ocorreram as eleições de novembro de 1933. A lei eleitoral favoreceu as coalisões políticas, mas os partidos de esquerda disputaram as eleições de forma separada. Os anarquistas mantiveram sua tradicional posição de não votar. Assim, a direita venceu as eleições. A CEDA se tornou a maior força política do parlamento. No entanto, apesar disso, a direita era minoria, o que os obrigava a costurar acordos para poder governar. O novo governo foi formado com Lerroux como Primeiro-Ministro, mas sem a participação da CEDA – esta apenas o apoiava. Em 1934 esta retirou seu apoio e o governo caiu. Um novo gabinete foi formado em outubro, e a CEDA passou a ocupar três pastas. Isso foi interpretado por muitos revolucionários como o estabelecimento do fascismo na Espanha. No período de governo da direita deu-se início a um processo de reversão de muitas medidas tomadas pelo governo anterior. A reforma agrária foi paralisada junto com a construção de escolas laicas. Os envolvidos na tentativa de golpe de

[35] Levantes anarquistas eram muito comuns na Espanha. Geralmente seguiam os mesmos passos: desarmavam-se os guardas ou matava-os, se estes resistissem; tomavam-se as prefeituras e proclamava-se o comunismo libertário; queimavam-se os títulos de propriedade.

Sanjurjo foram anistiados. Os patrões comemoraram a vitória da direita reduzindo os salários, o que provocou novas ondas de greves e conflitos.

Em 1934 ocorreu uma grande revolução em outubro na região das Astúrias e na Catalunha, em parte motivada pela entrada da CEDA no governo. Nas Astúrias os trabalhadores proclamaram a República Socialista Austuriana, em Oviedo, capital da província. Tal movimento teve o predomínio dos socialistas, mas contou com forte participação dos anarquistas e, em menor medida, dos comunistas. Os trabalhadores foram derrotados pelas tropas do Exército com participação de tropas marroquinas. No mesmo mês, na Catalunha, também houve uma revolução. A Esquerra[36] proclamou o Estado Catalão dentro de uma República Federal Espanhola. O Exército foi enviado e os líderes da revolução acabaram presos, inclusive o líder da Esquerra e governador da Generalidad[37], Lluís Companys. Tal insurreição foi uma tentativa de conseguir, ao menos, a tão desejada autonomia, apesar de não se saber ao certo até que ponto a luta dos nacionalistas catalães era apenas pela autonomia ou se ia mais além, buscando a independência em relação à Espanha. A mesma coisa pode-se dizer de outro movimento separatista forte, o dos bascos.

A repressão que se seguiu a estes movimentos revolucionários foi brutal. A direita e a esquerda não mais se entendiam e a questão da punição dos envolvidos na Revolução dividiu o parlamento e as ruas. Os esquerdistas lembravam que os envolvidos no golpe de Sanjurjo também foram anistiados, mas a situação não melhorou. Criou-se uma Comissão nas Cortes para investigar os abusos na repressão. Alguns militares foram acusados de “excessos” e acabaram condenados. Isso causou a ira de sua própria base nas Cortes e as posições dentro do Parlamento se polarizaram ainda mais.

> A direita vociferava que o Governo estava a traiçoar a Espanha, batendo em retirada perante o marxismo maçónico internacional, e a esquerda comparava a comuna das Astúrias à revolta de Espártaco, à revolução parisiense de 1848, à Comuna de Paris, à resistência dos operários de Viena a Dollfuss e a outros episódios heroicos da luta do proletariado internacional (JACKSON, 1965, p. 31).

Em 1935 foi fundado um pequeno partido mas que teve uma grande importância: o POUM, formado pela união entre a ICE – Esquerda Comunista da

---

[36] Esquerra Republicana da Catalunha. Foi um partido catalão fundado em 1931. Um de seus propósitos era lutar pela autonomia da região.

[37] Generalidad ou Generalitat, em catalão, é como é chamado o governo autônomo da Catalunha.

Espanha – e o BOC – Bloco Operário e Camponês. O partido tinha como principais líderes Andreu Nin e Joaquin Maurín. Ambos pertenceram à CNT, aderiram ao modelo russo de comunismo e saíram da organização, sendo fundadores do Partido Comunista. Entretanto, com o advento do stalinismo, ambos discordaram das novas posições do partido e acabaram rompendo com este.

Foi neste clima que ocorreram as eleições de fevereiro de 1936, onde as esquerdas fizeram uma ampla aliança. Depois da virada política da III Internacional, que passou a propugnar por uma aliança com os partidos republicanos de esquerda, foi facilitada a formação da Frente Popular. Assim, uma ampla coalizão disputou as eleições, coalizão que incluiu os partidos republicanos, o PCE e o POUM. Os anarquistas, que tradicionalmente sempre fizeram propaganda em prol da abstenção, não o fizeram, embora oficialmente também não participassem da Frente Popular. Na verdade, o que a CNT e a FAI queriam era a libertação dos presos políticos – estes eram cerca de 30 mil –, promessa de campanha da Frente Popular, e dos quais muitos deles eram seus militantes. Assim, somado ao voto de muitos militantes anarquistas, a esquerda venceu as eleições. As comemorações pela vitória nas urnas fez com que muitos revolucionários começassem a abrir as portas das cadeias antes mesmo de ser decretada a anistia. O primeiro ato do novo governo, sob a presidência de Azaña, foi assinar o indulto. Todos os trabalhadores demitidos após as greves de 1934 seriam readmitidos e indenizados, e os empregados contratados no lugar dos demitidos teriam de ser mantidos ou também seriam indenizados. Ao mesmo tempo ocorreram muitas ocupações de terras, o que semeou o pânico entre os proprietários. A Falange intensificou os já tradicionais ataques de rua, e estes eram respondidos do mesmo modo. A situação ia ficando cada vez mais sem controle por parte do governo. Segundo Peirats (1988), entre fevereiro e julho ocorreram 113 greves gerais e 228 parciais; foram mortas 269 pessoas em choques contra as forças do governo ou em atentados, e 1.287 ficaram feridas; houve 213 atentados, a maioria efetuados pela Falange. Assim, após o assassinato de José Calvo Sotelo, líder da Renovação Espanhola, um partido de caráter monárquico, os militares se levantam contra a República, dando início à Guerra Civil.

Capítulo 2- A Autogestão na Prática: A Revolução Espanhola

Iniciado o golpe militar, os trabalhadores resistiram. Durante alguns dias houve combates em várias partes do território espanhol. Em Barcelona, centro do movimento anarquista e historicamente onde os operários eram mais combativos, o movimento golpista, que havia se iniciado no dia 19 de julho de1936, foi derrotado já no dia 20, dando início à revolução.

No entanto, para se entender a derrota dos militares em Barcelona e na Catalunha, além da formação das milícias e dos numerosos comitês, é preciso focarmos um pouco mais nos militantes anarquistas, motor da derrota dos militares e do início do processo autogestionário, além de se ter em conta suas discussões históricas.

Desde a fundação da CNT, em 1910, a organização passou por diversas fases. Após um período de legalidade e grande combatividade na década de 1910, a partir de 1919 se desenvolveu um tipo de militância bem menos unânime, os chamados "grupos de ação". Estes eram grupos de pistoleiros que se organizavam para o que eles chamavam de ação direta contra os representantes dos patrões e do Estado. Já há algum tempo os patrões contratavam pistoleiros para assassinarem os líderes grevistas e os elementos mais destacados do sindicato anarquista, e a estes ataques os grupos de ação respondiam na base do "olho por olho, dente por dente". Cada sindicato criava seus próprios grupos de ação, que faziam a segurança durante as greves e outros tipos de manifestações da classe trabalhadora. Esta tática de ação direta se desenvolveu principalmente após o assassinato de Salvador Seguí[38] em 1923, motivo pelo qual uma executiva aprovou a formação dos grupos de ação. Este tipo de organização atraia muitos bandidos comuns, que se escondiam por trás da máscara do anarquismo organizado, mas se não eram aceitos por todos os membros da organização pelo menos contavam com sua cumplicidade – do mesmo modo que os pistoleiros da patronal contavam com a simpatia ou cumplicidade das autoridades e das classes abastadas. Vários grupos de ação ficaram famosos durante a década de 1920, assim como alguns de seus membros. Talvez o mais famoso deles tenha sido o grupo Los Solidarios, formado em 1922, e alguns de seus integrantes se tornariam pessoas ilustres durante a

[38] Salvador Seguí (1886-1923): foi um dos anarquistas espanhóis mais famosos no início do século XX. Membro da CNT e instigador de numerosas greves, Seguí foi assassinado em Barcelona em 1923 por um pistoleiro ligado ao sindicato patronal. Existem várias homenagens a ele, e hoje há uma fundação na Espanha com seu nome.

década de 1930, como Juan García Oliver, Francisco Ascaso e Buenaventura Durruti.

Na década de 1920, durante o período de vigência da Ditadura de Primo de Rivera, a CNT esteve na ilegalidade, e os grupos de ação passaram a ter um importante papel na defesa dos trabalhadores e na resistência contra as autoridades do regime ditatorial. Entretanto, proclamada a República, os grupos de ação continuaram ativos, mas foram ficando cada vez mais fora de contexto. Sua existência desprestigiava a CNT e afastava muitas pessoas que simpatizavam com a organização, pois os grupos de ação eram associados com o banditismo. Além disso, alguns setores anarquistas, como os trintistas, diziam que tais grupos confundiam a revolução com delinquência armada, além de serem acusados de serem ineficazes – o balanço do pistolerismo seria negativo para os trabalhadores, pois o Estado e os patrões criminalizavam, junto com os grupos de ação, os sindicatos, ateneus e grupos de afinidades. Este último era a base da organização da FAI.

Em meio a estas polêmicas, somado às discussões entre os "trintistas" e a FAI a respeito dos métodos revolucionários[39], Alexander Shapiro, secretário da AIT[40], esteve na Espanha entre 1932 e 1933. Este escreveu um relatório sobre a situação no país. O relatório, segundo Agustín Guillamón (2011), criticava a falta de organização e preparação da insurreição de Casas Viejas em janeiro de 1933, dizendo que os quadros de defesa existentes tinham como única função a obtenção de armas, a organização de grupos de choques, etc. Também condenava a tática de insurreição conhecida como "ginástica revolucionária" [41], qualificando-a de localista, dizendo que ela não tinha uma preparação prévia e porque submetia os anarquistas à repressão. O informe ainda dizia que em outubro de 1934, quando havia as condições para uma revolta em escala nacional, esta não aconteceu por falta de

[39] Os trintistas acusavam a FAI de serem "dirigistas", de se intrometerem nos assuntos que seriam exclusivamente relacionados à CNT, enquanto a FAI acusava os trintistas de terem se voltado para o "sindicalismo puro", abandonando as ideias revolucionárias e se adaptando à República.

[40] Associação Internacional dos Trabalhadores. Organização internacional fundada em 1923 em Berlim. Reúne os sindicatos anarquistas e se coloca como continuadora do espírito da Primeira Internacional. Na época da Revolução Espanhola ela tinha a CNT como seu grande expoente, mas teve membros espalhados por vários países.

[41] A "ginástica revolucionária" era uma tática que se baseava em insurreições a fim de minar o sistema político vigente e ao mesmo tempo "educar" e "treinar" os trabalhadores na prática insurrecional e organizacional para que estes pudessem derrotar as forças repressivas do regime vigente. Assim, as insurreições não necessariamente visavam à vitória, mas também o processo "educacional", sendo considerado uma forma de ação direta.

armas, pois elas haviam sido usadas em janeiro. Era preciso substituir o localismo pelo planejamento global da revolução. Fazia-se necessário estudar os meios, inclusive econômicos, para que a revolução pudesse sair vitoriosa. Uma proposta do Comitê Nacional dos Comitês de Defesa estruturava os Comitês de Defesa com "militantes voluntários", de forma secreta, financiada pelos sindicatos – Guillamón (2011) diz que inclusive se fixou uma cota de 15% da arrecadação dos sindicatos para este fim, podendo ser maior, dependendo das circunstâncias – e sempre sujeitas às ordens da CNT. Cada grupo deveria ser pequeno, sendo o número de seis pessoas o ideal, facilitando sua clandestinidade e agilidade. As funções, sempre dentro do perímetro de atuação de cada grupo de defesa, deveriam ser: 1) secretário, que faria a ligação com outros grupos e auxiliaria na formação de novos comitês; 2) encarregado de fazer o levantamento de pessoas potencialmente inimigas, com nome, dados pessoais, costumes, etc.; 3) encarregado de estudar os edifícios e imóveis hostis, enfatizando sua vulnerabilidade, importância, etc.; 4) encarregado de investigar pontos estratégicos: pontes, saídas, passagens subterrâneas, etc.; 5) encarregado de investigar os serviços públicos, como água, luz, etc., visando a sabotagem ou o confisco; 6) encarregado de localizar lugares onde se obteria armas, dinheiro, víveres, etc.

> El grupo de defensa era la célula básica de esa estructura militar clandestina de la CNT, constituida por seis militantes. Su ámbito era una demarcación muy precisa dentro de cada barrio. En cada barrio se constituía un Comité de Defensa de la barriada, que coordinaba todos esos cuadros de defensa, y que recibía un informe mensual de cada uno de los secretarios de grupo. El secretario-delegado de barrio realizaba un resumen que entregaba al Comité de Distrito; y éste, a su vez, lo tramitaba al Comité Local de Defensa "y éste al Regional y al Nacional sucesivamente" (GUILLAMÓN, 2011, p. 15-16).

Estes comitês de defesa podem ser considerados como uma continuidade dos grupos de ação dos anos do pistolerismo. Estes quadros de defesa já existiam desde a proclamação da República, mas foram reorganizados. Diversos desempregados eram recrutados para estes grupos de forma rotativa, com o objetivo de se estender ao máximo possível de pessoas o conhecimento sobre o uso de armas, além de ajudá-los financeiramente, pois se recebia um soldo. No entanto, essa remuneração não deveria ser permanente, pois se pretendia evitar a profissionalização.

Na Catalunha, para ajudar na aplicação prática da nova estrutura dos comitês de defesa foi criado um Comitê Local de Preparação Revolucionária, cuja principal

função era o estudo dos meios e métodos de luta. Como não era possível obter as armas em quantidades necessárias para sustentar uma possível e previsível guerra civil revolucionária, o Comitê de Preparação deveria estudar como transformar determinadas indústrias civis em indústrias de materiais de combate. Estes Comitês de Preparação deveriam ser coordenados pelos comitês regionais da CNT, e nunca poderiam tomar a iniciativa.

Em 17 de julho de 1936 o Exército se insurgiu contra a República, inicialmente no Marrocos. Sem forças armadas – ou sem uma importante parte delas – para defender a ordem republicana, o governo ficou diante de um dilema: se entregasse as armas para as organizações operárias corria-se o risco de uma revolução; se as armas não fossem distribuídas a elas, ninguém poderia deter a queda da República. Nas primeiras horas o governo tentou fazer um acordo com os insurgentes, inclusive propondo um governo com participação de membros ligados ao golpe, mas não obteve sucesso. Enquanto isso, militantes dos sindicatos cercavam os quarteis onde os militares estavam entrincheirados, ou então os combatia nas ruas, em lugares onde já haviam deixado os quarteis. Diante da impossibilidade de acordo com os insurretos e das tentativas de assalto aos quarteis feitos pelas multidões de trabalhadores – e nestas investidas as massas conseguiam armas, que se somavam às que já estavam em sua posse –, o governo não viu outra alternativa a não ser distribuir as armas. Em Barcelona, García Oliver[42] dizia para os anarquistas entrarem em contato com seus respectivos comitês de defesa de bairro ou fossem para algum quartel, esperando a chance de se apropriar das armas ali depositadas.

> El 19 y 20 de julio de 1936, en plena lucha en las calles de Barcelona, al tiempo que se derrotaba a los militares sublevados, **los miembros de los comités de defensa empezaron a llamarse y a ser conocidos como "los milicianos"**. Sin transición alguna, los cuadros de defensa se transformaron en Milicias Populares. La estructura primaria de los cuadros de defensa había previsto su ampliación y crecimiento, mediante la incorporación de cuadros secundarios. Bastó con dar cabida en ellos a los millares de trabajadores voluntarios, que se sumaron a la lucha contra el fascismo, extendida a tierras de Aragón. Las milicias confederales se convirtieron en la vanguardia de todas las unidades armadas, que se desplazaban en busca del enemigo fascista que batir. (…) Fueron imitados por el resto de columnas obreras, incluidas las de origen burgués. Ante la ausencia de un

[42] Juan García Oliver (1901-80). Anarquista famoso no início do século XX e que foi membro do famoso grupo de ação Los Solidarios, junto com Buenaventura Durruti e Francisco Ascaso. Oliver foi um dos entusiastas da política de colaboração com o governo e os partidos políticos adotada pela CNT durante a Guerra Civil e chegou a ser nomeado Ministro da Justiça da Espanha.

> ejército único surgieron tantas milicias como partidos y organizaciones existían (GUILLAMÓN, 2011, p. 93).

Alguns quadros de defesa, agora nutridos de “militantes comuns”, formados em sua maioria por membros dos sindicatos, se transformaram em centúrias das Milícias Populares, e por isso se falava em centúria dos metalúrgicos, da construção, etc., pois eram formados por membros do mesmo sindicato. As milícias funcionavam como uma força armada dos sindicatos. Geralmente os sindicatos e organizações políticas criavam suas milícias, armavam-nas e enviavam-nas para o front. A adesão era voluntária, e durante um tempo não se recebeu nenhuma ajuda de custo. Os comandos das milícias eram, inicialmente, improvisados, mas se partilhava de certa democracia interna, como a eleição dos comandantes, a comida igual para todos, discussões sobre a situação e as medidas a serem tomadas, etc. As milícias foram o coração da luta revolucionária durante toda a sua existência, até serem despolitizadas e convertidas em um exército militarizado a serviço do Estado republicano. As disputas em torno delas e problemas político-ideológicos que elas causaram serão abordados no próximo capítulo.

Segundo Guillamón (2011), os quadros de defesa operaram uma dupla transformação: além das Milícias Populares, se transformaram também em comitês revolucionários, o que fez com que ambos estivessem sempre unidos. Depois da derrota dos militares, os comitês de defesa de bairro se transformaram em comitês revolucionários de bairro – isso nas cidades maiores e nos grandes centros, e em cidades menores ou povoados havia apenas um comitê destes, que abarcava todo o perímetro da cidade ou povoado. Estes acabavam incorporando todas as organizações operárias e antifascistas, apesar de em alguns lugares eles serem quase exclusivamente formados por anarquistas, como em Barcelona. Tais comitês refletiam as forças políticas locais, e exerciam funções como: requisição de uma sede para se instalar ou instalar armazéns de abastecimento, escolas, etc.; revista em qualquer local suspeito; instalação de centros de recrutamento de milícias, e que muitas vezes eram armadas, abastecidas e pagas com seu próprio dinheiro; custódia de armas e instalação de um armazém, onde funcionava o comitê de abastecimentos de bairro; imposição e arrecadação de um imposto no bairro ou cidade.

> La noche del 19 no había más poder real que el de “la federación de barricadas”, sin más objetivo inmediato que la derrota de los sublevados. El ejército y la policía, disueltos o acuartelados, desaparecieron de la calle,

> después del 20 de julio. Habían sido sustituidos por Milicias Populares formadas por obreros armados, que confraternizaban con soldados licenciados y guardias desuniformados en un solo bloque victorioso, que les había convertido en la vanguardia de la insurrección revolucionaria (GUILLAMÓN, 2011, p. 101-02).

Os comitês de defesa, transformados em comitês revolucionários, se desdobraram também em outras funções. Uma delas foi os comedores populares. Estes se formaram a partir do membro dos comitês de defesa ligado às tarefas de abastecimento, armas, etc. Eles haviam feito um levantamento, dentro de sua área, onde estavam os víveres, e após o início do conflito muitos gêneros foram confiscados na sua localidade ou se efetuaram trocas com o meio rural. Em 26 de julho se criou o Comitê Central de Abastecimentos – havia em Barcelona, segundo Guillamón (2011), 13 armazéns de abastecimento de bairro –, cuja função era alimentar as famílias dos milicianos, que ficavam sem seus salários e não recebiam soldo até setembro, além dos desempregados. Segundo Guillamón (2011), o Comitê Central de Abastecimento era um órgão revolucionário e complementar às milícias, motivo pelo qual não podia ser suprimido de forma imediata. As famílias dos milicianos e dos mais pobres eram totalmente dependentes de tais comedores, pois eles eram inicialmente grátis para milicianos, familiares de milicianos e desempregados, mas mais tarde se sentiram obrigados a introduzir o racionamento através da criação de bônus. No entanto, os comedores populares não suprimiram o comércio privado de gêneros alimentícios, e a pressão que estes exerciam sobre os primeiros era enorme. A disputa entre os dois setores foi se tornando cada vez mais acirrada, ultrapassando a questão econômica e chegando às divergências políticas. Os comunistas acusavam os comedores de serem os responsáveis pela alta nos preços dos alimentos, saindo em defesa dos varejistas.

Ao mesmo tempo em que os comitês de defesa se transformavam em comitês de bairro surgiram outros, os comitês de empresa. Encerrados os combates, foi decretado o final da greve geral e os trabalhadores retornaram ao trabalho. No entanto, ao se produzir a volta ao trabalho, constatou-se que muitos patrões haviam fugido, seja por medo, por sabotagem ou por estarem comprometidos com o golpe, abandonando suas empresas. Aos trabalhadores restavam apenas duas opções: ir para casa sem emprego ou assumir o controle das empresas. Assim sendo, por toda a parte os trabalhadores passaram a eleger comitês que assumiam a gestão da empresa em seu nome, dando início a autogestão. Tais comitês tinham funções

muito variadas, indo do completo domínio da empresa até a mais simples supervisão, nas empresas em que os patrões não haviam desaparecido. Estes casos ocorriam quando não se queria, podia ou não era conveniente a coletivização da empresa, como em empresas com maioria de capital estrangeiro, que eram respeitadas com o intuito de não provocar a intervenção estrangeira. Neste caso, falava-se de um comitê de controle. Os comitês de controle também possuíam atribuições variadas, mas em geral eles supervisionavam o empresário, que era obrigado a passar a este comitê todas as informações relevantes sobre a empresa, além de ter de obter sua aprovação nas questões mais importantes. Uma porcentagem dos lucros da empresa também tinha de ser distribuído entre os seus trabalhadores. Muitas vezes o surgimento do comitê de controle era uma primeira fase até ele se apossar da empresa de forma completa, transformando o controle em autogestão.

A autogestão também podia se formar sem a fuga do patrão. Nessas condições, o patrão era expulso da empresa, algumas vezes de modo violento, incluindo agressões físicas ou mesmo a morte, nos casos extremos. Também existiam empresas em que ele era simplesmente integrado ao trabalho como qualquer outro trabalhador, com os mesmos direitos e deveres. Em outras empresas ainda, o antigo patrão era admitido, mas não podia ascender a cargos de gestão. O destino do patrão e de seus comparsas provavelmente dependia da relação existente entre estes e os trabalhadores antes da coletivização, sendo mais violenta aonde os patrões eram mais truculentos. Mintz (1977) enfatiza um caso diferente, o da Federação de Patrões de Perucarias e Barbeiros de Barcelona e Povos Limítrofes, onde a iniciativa da coletivização partiu da patronal. Seu sindicato contatou o sindicato da CNT da categoria em 9 de agosto de 1936 para que se discutisse a coletivização. No dia 11 houve uma assembleia geral da patronal onde se decidiu que, ao se entrar em vigor a coletivização, a associação patronal passaria a fazer parte do Sindicato Único de Barbeiros e seus Contornos, com os mesmos direitos dos demais. No dia 14 a indústria foi oficialmente coletivizada, e os bens da patronal passaram para a coletividade. Cabe salientar também que em muitas empresas já existiam, antes do 19 de julho, comitês sindicais eleitos pelos trabalhadores, e que já se preparavam para se tornarem comitês de empresa. Assim, em muitas empresas, a coletivização se resumiu à sua tomada de posse por

este comitê sindical, previamente eleito para estudar a gestão da empresa e, num futuro, que se julgava ter chegado, tomar cargo dela. No entanto, ao falarmos da autogestão, por causa da sua complexidade e variedade, estamos falando de comitês que possuíam características muito diferentes se comparados uns com os outros, variando de acordo com a região onde se encontravam, o tipo de empresa onde ele se formava, se fosse no campo ou na cidade, etc. Inicialmente, começaremos a falar da autogestão no campo.

2.1- A Autogestão no Campo

Na área rural o principal foco da autogestão foi a província de Aragão. Aqui, segundo cálculos de Frank Mintz (1977), existiu algo em torno de 450 coletividades, envolvendo cerca de 300.000 coletivistas. No entanto, existem outros autores que colocam números muito superiores a estes, considerado exagerado por Mintz. A autogestão no campo geralmente se formava após as pessoas envolvidas no golpe serem mortas, presas ou expulsas do povoado, o que poderia ocorrer até com elementos da Frente Popular, pois eram considerados ligados à antiga ordem social. Após se convocar uma assembleia de todo o povoado decidia-se pela coletivização das terras e se elegia um comitê. Este acumulava funções econômicas e políticas nas localidades onde a coletivização havia sido total, pois o antigo conselho municipal, chamado de *ayuntamiento* – e que é o equivalente no Brasil ao poder municipal –, havia sido suprimido. Nos lugares onde nem todos os habitantes participavam da coletividade se constituía dois comitês: um econômico, da coletividade, e outro político, de todo o município ou povoado. Nas coletividades tomavam parte não apenas membros da CNT, mas também da UGT, em menor medida, e esporadicamente alguns membros de partidos da Frente Popular, refletindo a composição política de cada localidade. Apesar disso, há notícias de coletividades formadas por membros do PCE, republicanos e mesmo grupos católicos. Segundo Bernecker (1982), os comitês das coletividades eram eleitos por um tempo determinado, geralmente de dois anos, e era composto por um presidente, um secretário e um vice-secretário, além de um contador, tesoureiro, e uma série de outras funções, como os responsáveis pelas estatísticas, colheitas, etc. Os membros dos comitês continuavam trabalhando normalmente até o final do dia.

Segundo Bernecker (1982) ainda, em Tomelloso, em Castela-Mancha, os membros do comitê administrativo recebiam 25% a menos do que os demais, o que pode ser explicado como um zelo antiburocrático, visando que as pessoas não alçassem aos cargos administrativos com o intuito de obter vantagens pessoais.

A organização do trabalho nas coletividades obedecia a certo padrão. Geralmente se organizavam grupos de trabalho composto entre 5 a 10 membros, sendo um encarregado de organizar o seu grupo de trabalho e responsável ante ao comitê e a assembleia. Além disso, todos os encarregados de organizar o trabalho se reuniam no final do dia com o comitê administrativo para planejar os trabalhos do dia seguinte. Cabe salientar que nas coletividades o órgão com a máxima deliberação era a assembleia do povoado, onde participavam todos os membros da coletividade e por vezes até algumas pessoas de fora, algumas vezes apenas com direito a voz e outras vezes com direito de voz e voto. O comitê da coletividade era eleito pela assembleia e a ela era submissa. À assembleia cabia também julgar os casos em que os estatutos da coletividade não haviam previsto, cabendo a ela tomar alguma medida punitiva, administrativa ou qualquer outra. Somente a assembleia do povoado podia expulsar alguém da coletividade[43].

Para se ingressar nas coletividades era preciso doar seus bens – a não ser as coisas de uso pessoal – a ela. Geralmente se fazia um inventário sobre o que foi doado, e em caso de se deixar a coletividade – a saída era livre e poderia ser feita a qualquer momento – se recebia o total ou uma porcentagem do que havia sido doado quando se ingressou nela, variando de coletividade para coletividade.

Nas coletividades rurais toda a estrutura econômica acabou sofrendo uma modificação. Em muitas se implantou o comunismo integral, onde as pessoas retiravam da coletividade o que necessitavam, sem qualquer controle ou ingerência. Outras substituíram o dinheiro oficial por um dinheiro emitido pela coletividade, o que acabou gerando uma “fragmentação monetária”. Outras ainda, por se acharem na impossibilidade de implantar o comunismo total, criaram sistemas mistos, onde as pessoas retiravam o que necessitavam mediante um controle feito através de vales. Isso evitava o uso do dinheiro – muito mau visto entre uma grande parte dos

[43] A soberania da assembleia fica claro quando se lê o 12º ponto do estatuto da coletividade de Villa Galán, que diz: “Todo lo no previsto en este Reglamento será acordado en Asamblea general como, así como si se cree oportuno, rectificar alguno de los artículos del mismo.” (BOLETÍN DE INFORMACIÓN DE LA CNT-FAI, 24 fev. 1937, p. 8). Assim, é a assembleia da coletividade quem decidia, e não o comitê.

anarquistas, que eram os maiores impulsionadores do movimento coletivista e que viam o dinheiro como uma das causas da “mentalidade capitalista” – ao mesmo tempo em que não se adotava o comunismo total, em época de dificuldades e racionamento provocado pela guerra e suas consequências. No entanto, muitas coletividades seguiram usando a moeda oficial, principalmente no “comércio exterior” – o comércio com outras coletividades ou com empresas privadas. As coletividades mais radicais aboliram o uso do dinheiro mesmo em tais ocasiões, preferindo as trocas diretas.

Surgiu também um outro modo de remuneração intermediário entre o comunismo e o os vales: o salário familiar. Este foi adotado quando se percebeu que a igualdade formal se transformava em desigualdade na prática. O salário familiar tinha como objetivo, na impossibilidade de se adotar o comunismo, fornecer uma base igualitária prática. Esse modo de remuneração também tinha o intuito de se evitar o stakhanovismo[44], ao mesmo tempo em que a remuneração ganhava uma função social. Assim, o chefe de família recebia uma certa quantia, e a cada membro a mais na família era acrescentado uma outra quantidade de dinheiro. Segundo Peirats (1988), em Monzón, Huesca, na comunidade de Aragão, foi estabelecido o salário familiar da seguinte maneira: os solteiros recebiam 5 pesetas, os casados 9 e a cada filho se recebia 3,50, mas que subia para 4 se este filho fosse maior de 14 anos e ainda morasse com a família. Segundo Bernecker (1982), na Catalunha e no Levante, plenárias regionais da CNT em setembro e novembro de 1936 aprovaram o uso do salário familiar. Na Catalunha se aprovou que o chefe de família recebesse 50% a mais em suas remunerações quando houvesse um segundo membro na sua família. A um terceiro membro seria acrescentado mais 15% e a cada novo membro seria acrescentado mais 10%. Cabe salientar que tal modo de remuneração era considerado provisório e socialmente necessário devido às condições em que estavam se desenvolvendo as coletivizações. Este sistema de remuneração era

[44] Stakhanovismo foi um movimento surgido da URSS na década de 1930 e consistia na iniciativa operária individualizada para aumentar a produtividade. Tal movimento se difundiu bastante, havendo louvas internacionais que sublinhavam as “façanhas do socialismo” na URSS. No entanto, o stakhanovismo se baseou em uma maior divisão e racionalização do trabalho, tendo como uma de suas consequências o aumento da concorrência entre os trabalhadores, além de ampliar as diferenças salariais. Segundo o *Tierra y Libertad*, “(...) el movimiento ‘stajanovista’ es un nuevo peldaño en la escala del proceso ‘racionalizador’ de la economía soviética. (…) Los métodos aplicados por los ‘stajanovistas’ no presentan, pues, ninguna novedad. (…) eset método no sustituye ni elimina los otros sistemas precedentes de racionalización, y que en la U.R.S.S. se le incorpora simplemente a los métodos de racionalización más inhumanos ya copiados al capitalismo mundial.” (TIERRA Y LIBERTAD, 17 jul. 1936, p. 8).

muito difundido em várias partes da Espanha, de tal modo que, em 98 coletivizadas resenhadas por Bernecker,

> (…) 75 aportan datos acerca del sistema de remuneración puesto en práctica en ellas. Dieciocho localidades habían introducido el llamado salario familiar o una variante del mismo, que estaba en función no del rendimiento del trabajador sino del número de miembros de su familia (BERNECKER, 1982, p. 188).

A coletividade era responsável por seus membros, e lhes oferecia vários serviços, muitos de forma gratuita. Assim, numerosas coletividades possuíam seus próprios médicos e, caso contrário, elas eram as responsáveis pelo custeio de um especialista. Segundo Bernecker (1982), em 1938, todas as coletividades do Levante tinham suas próprias escolas, e em Segorbe, na província de Castellón, na comunidade de Valência, a cada falta na escola sem justificativa era descontado uma jornada de trabalho de seus responsáveis. Algumas coletividades forneciam gratuitamente energia elétrica, água, refeitório, lavanderia, e em caso de casamento, todo o enxoval. Outras ainda ofereciam serviços como barbeiros, que também estavam coletivizados, organizavam festas de fim de semana, e algumas tinham seus próprios "músicos coletivizados" – isto é, que pertenciam à coletividade. Isso demonstra que as atribuições da coletividade extrapolavam a questão econômica e o aumento da produtividade a todo custo, a simples questão do "pão com manteiga" (THOMPSON, 1987), abarcando também questões relacionadas à vida privada e a cultura geral dos trabalhadores. Isso porque se esperava que o socialismo elevasse não apenas o nível material das classes trabalhadoras, mas que ele também elevasse seu nível cultural, permitindo que os trabalhadores tivessem mais acesso a bens culturais do que sob o capitalismo. Assim, não se fazia uma ligação direta entre consumo e socialismo, pois

> Um incremento *per capita* em fatores quantitativos pode ocorrer simultaneamente a um grande transtorno qualitativo no modo de vida do povo, no relacionamento tradicional e sanções sociais. O povo pode consumir mais mercadorias e se sentir menos feliz ou livre (THOMPSON, 1987, p. 37).

O trabalho nas coletividades era obrigatório a todos os seus membros, com exceção das mulheres grávidas ou com crianças pequenas. Os homens trabalhavam a partir dos 16 anos, e em alguns lugares, a partir dos 14, até os 60, idade em que se podia aposentar. A coletividade continuava mantendo os maiores de 60 anos.

Um exemplo de coletividade bem sucedida foi a de Prat del Llobregat, cidade situada a pouco mais de 10 km de Barcelona. A coletividade foi formada no início de

outubro de 1936, quando as duas centrais sindicais convocaram uma assembleia geral com a presença de arrendatários – 90% dos que tinham acesso a terra –, proprietários – 10% – e camponeses. A pauta principal era a adoção do regime coletivo de propriedade, e este acabou sendo adotado por unanimidade. A coletividade se formou com 1.000 membros. Uma Junta Administrativa foi composta com 3 membros da CNT, 3 da UGT e 2 arrendatários, e um membro da CNT foi eleito presidente. O município foi dividido em 72 áreas, cada uma com um técnico e um responsável por distribuir o pessoal. O recém-formado caixa da coletividade carecia por completo de dinheiro, de modo que se recorreu a empréstimos particulares, levantando dessa maneira cerca de 70.000 pesetas. No entanto, segundo o jornal, em cinco meses havia em caixa um milhão e meio de pesetas, sendo uma das coletividades mais prósperas da Catalunha. A jornada inicial era de 10 pesetas, mas quando da reportagem ela já era de 25, subindo de acordo com o custo de vida. Em caso de doença ou acidente o coletivista continuava recebendo o salário. Houve um grande progresso técnico, ocasionando o aumento da produção. Pela primeira vez no município se comprou uma ceifadeira de trigo, além de tipos de adubos que nunca haviam sido usados na localidade. No entanto, a coletividade foi desfeita após os rabassaires[45] ingressarem com um pedido na Generalidad para que se voltasse ao cultivo individual. Mesmo assim, acabou se formando outra coletividade no município, desta vez com apenas 25% das terras ficando com a coletividade e 75% para os proprietários. A nova coletividade tinha 400 sócios, mas incluía também 250 mulheres que eram viúvas, evacuadas ou refugiadas (TIERRA Y LIBERTAD, 2 jul. 1938, p.4).

Outro exemplo de coletividade é o de um povoado chamado Simat de Valldigna, na província de Valência. Neste, a CNT e a UGT trabalharam de forma unificada, e

> Ya no depende la tal de la naranja únicamente; ahora se elabora carbón (…). Ahora el carbón, las patatas, el azafrán y el trigo constituyen la riqueza económica del mismo, cuya economía, pendiente antes casi exclusivamente de la naranja, hacia que al fallar una cosecha por cualquier causa, el pueblo pasara hambre hasta la cosecha próxima (BOLETÍN DE INFORMACIÓN DE LA CNT-FAI, 25 fev. 1937, p. 4).

Além disso, se fez uma canalização para evitar uma enchente, plano que, segundo o jornal, existia há quase 30 anos. A coletividade também tinha um papel

[45] Rabassaires era o nome que se dava aos arrendatários de terras na Catalunha. Eles tinham uma união sindical e tinham na Esquerra seu corpo político.

importante no tocante à guerra, pois partiram “Decenas de camiones de víveres servidos para el frente sin percibir un céntimo (…)” (BOLETÍN DE INFORMACIÓN DE LA CNT-FAI, 25 fev. 1937, p. 4).

Já no povoado de Cretas, situado na província de Teruel, em Aragão, a população era de 1.500 habitantes, dos quais 300 eram da CNT e 60 das Juventudes Libertárias. A coletividade contava com 1.053 aderentes, e ela

> (…) ha dado ya casi al traste con todas las pequeñas propiedades (…), satisfaciendo las necesidades donde sea que surjan, distribuyendo entre los trabajadores, equitativamente, todo lo que les hace falta y de acuerdo con las posibilidades que permite la guerra (…). El tabaco, la ropa, la bebida, la comida, hasta la fruta, todo se reparte entre todos por partes iguales y sin necesidad de dinero, que sólo obra en poder del Consejo Municipal para efectos de intercambio (SOLIDARIDAD OBRERA, 1 jun. 1937, p. 9).

Assim, a coletividade de Cretas adotou o sistema de comunismo integral, onde os produtos eram repartidos equitativamente entre seus membros.

Outro exemplo de coletividade é a de Villajoyosa, em Alicante, na comunidade de Valência. Aqui as fontes mostram apenas um quadro que explicita os ingressos e os egressos da coletividade – ver Tabela 1 –, sem maiores informações com relação a seu modo de funcionamento. No entanto, é possível extrair algumas conclusões a partir da tabela, que está embaixo.

Tabela 1- La Socialización en VillaJoyosa

Ingressos				Pagamentos				
Total	**Por vendas de pescado**	**Por vendas de vários materiais**	**Meses**	**Pessoal**	**Querosene Gasolina Lubrificantes**	**Saúde Aposentados**	**Conselho de Economia (imposto)**	**Total**
176.877,15	173.617,45	3.259,70	Setembro de 1936 (a partir do dia 14)	55.504,55	54.841,30	8.162,75	36.345,65	154.854,25
491.982,45	475.212,40	16.770,05		168.248,73	88.153,25	10.025,85	171.186,69	437.614,43
554.974,85	538.390,80	16.584,05	Outubro	209,634,35	44.605,00	23.013,85	176.950,49	454.204,60
576.487,85	564.892,85	11.595,00	Novembro	233.065,85	44.728,70	27.535,90	157.286,85	462.567,30
438.085,65	414.157,35	23.928,30	Dezembro	215.998,20	60.684,50	29.203,55	163.341,10	469.227,85
717.095,75	708.119,65	8.976,10	Janeiro	255.980,50	65.472,45	22.609,80	219.745,90	563.808,65
598.267,05	596.809,65	1.457,40	Fevereiro	244.774,40	59.777,55	25.580,35	180.958,85	510.391,15
612.807,55	611.443,70	1.363,85	Março	278.644,50	47.688,00	28.954,15	288.267,30	642.953,95
890.346,10	881.478,20	8.867,90	Abril	284.894,75	67.977,70	30.303,20	277.029,85	660.205,50
			Maio					
5.056.924,40	4.964.122,05	92.802,35		1.946.745,83	523.320,45	203.689,40	1.680.062,50	4.355.827,18

Total de ingressos	5.056.924,4
Total de saídas	4355.827,18
Remanescente	701.097,22

(Fonte: SOLIDARIDAD OBRERA, 6 jul. 1937, p. 8)

Segundo a tabela, a grande maioria dos ingressos da coletividade era feita através da venda de pescados. Além disso, percebe-se que houve um aumento nos custos, o que pode ser explicado pela crescente inflação do período. A exceção disso são os gastos com combustíveis, que sofreu uma variação mês a mês, ora

para baixo, ora para cima, talvez porque eles fossem se tornando cada vez mais raros, e muitas vezes não se conseguia comprar a mesma quantidade que havia se adquirido no mês anterior. O único mês, nesta tabela, onde se verifica que as contas estavam no vermelho foi em abril de 1937, quando houve um déficit de 30.146,40 pesetas, pois os custos subiram muito, principalmente o imposto. Em relação a este, muitas coletividades se negavam a pagá-lo, pois enxergavam o Estado como um inimigo. No entanto muitas coletividades enviavam para as frentes de combate muita quantidade de alimentos, e de forma gratuita, como a já citada coletividade de Simat de Valldigna, acreditando com isso estar ajudando a vencer o fascismo ao mesmo tempo em que não contribuíam com a reconstrução do Estado. Isso mostra que havia, em muitas coletividades, uma visão que separava a guerra da política institucional. Além disso, o fornecimento de víveres diretamente para as frentes era crucial para o andamento da guerra e da revolução, mas era uma afronta ao Estado, pois a maioria dos víveres ia parar nas mãos dos milicianos, principalmente os anarquistas. O sentido contrário também poderia ocorrer: os combatentes também enviavam fundos para as coletividades. Assim, nos primeiros dias de julho foram doadas 6.144 pesetas para a Federação Regional de Coletividades Agrícolas de Aragão (SOLIDARIDAD OBRERA, 6 jul. 1937, p. 9).

Uma das grandes discussões que ocorria no seio das coletividades era a relação que se deveria ter com os pequenos proprietários. Mesmo onde se adotou o comunismo integral era uma norma que este fosse respeitado, desde que não empregasse mão-de-obra que não fosse a familiar, não possuísse mais terras do que poderia se trabalhar e não “perturbasse a ordem socialista”. Estes eram chamados de individualistas, e em alguns lugares eles podiam usar os serviços que a coletividade fornecia, como médicos, restaurante, fornos, etc. Em algumas coletividades eles até podiam participar das assembleias, às vezes com voz, às vezes com voz e voto. No entanto, a meta das coletividades era atrair o pequeno proprietário para o trabalho coletivo, pois se acreditava que este era mais produtivo e menos estafante. Exatamente por isso também se acreditava que, cedo ou tarde, os pequenos proprietários acabariam ingressando na coletividade. No entanto, para atrair mais rapidamente os individualistas se aceitava algumas coerções indiretas, como forçá-los a vender seus produtos através da coletividade, o que era visto

também como um meio para se acabar com o comércio privado. De acordo com o *Tierra y Libertad*,

> Lo que se quiere y se busca es que no explote, que no especule con su dinero, o con su campo, que no acumule dinero, que no aumente el volumen de su propiedad, que no robe, que trabaje como todos los demás, que no sea un parásito, que sea un productor más entre la gran familia productora (TIERRA Y LIBERTAD, 5 jun. 1937, p. 2).

Assim, o trabalho individual era visto pelos coletivistas como justo, desde que não reproduzisse a exploração do trabalho.

Junto com o problema do pequeno proprietário vinha o problema da localização das terras. Em algumas localidades as coletividades se formavam com a participação de numerosos pequenos proprietários, que doavam sua propriedade e ingressavam na coletividade. No entanto, algumas vezes, ficavam propriedades de individualistas incrustadas no meio das terras coletivas, ou às vezes as terras coletivas ficavam divididas em várias partes, o que era ruim para a coletividade. Assim, nestes casos, procurava-se fazer a permuta de terras com os pequenos proprietários, de modo que as terras coletivas ficassem todas agrupadas em uma única massa. Procurava-se fazer a permuta de modo a não provocar o descontentamento entre os pequenos proprietários, aceitando que estes levassem certas vantagens na troca, desde que continuassem obedecendo às condições anteriormente colocadas, como utilizar apenas o trabalho familiar, não possuir mais terras do que se podia trabalhar, etc. Com isso, acreditava-se que o pequeno proprietário não ficaria descontente com o regime de propriedade, abrindo caminho para, num futuro próximo, poder ser incorporado à coletividade.

As coletividades não poderiam ser totalmente independentes umas em relação às outras, sendo necessária uma coordenação e planificação da produção. E isso foi feito em muitas regiões, criando-se federações de coletividades, que tentavam planificar a produção em escala regional, fase previa a uma futura coordenação em escala nacional. Assim, em Caspe, em Aragão, se celebrou um Congresso de Coletividades em fevereiro de 1937, cujo resultado foi a criação da Federação das Coletividades da Região Aragonesa. Segundo Peirats (1988), participaram do Congresso cerca de 500 delegados, e foi aprovado um estatuto definindo que a associação “tendrá como misión la defensa de los intereses colectivos de los trabajadores organizados en las mismas”. (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 297). Seria função da Federação:

> a) Propagar (…) las ventajas del colectivismo basándolo en el apoyo mutuo.
> b) Controlar las granjas de experimentación que puedan crearse (…)
> d) Organizar un equipo de técnicos que estudien en Aragón la forma de conseguir mayor rendimiento al trabajo (…)
> e) Buscar las expansiones comerciales en exterior de la región tiendo siempre a las condiciones de intercambio.
> f) (…) hacer las operaciones comerciales con el exterior, mediante el control, por estadísticas, de la producción sobrante de la región y por lo tanto tendrá a su cargo un caja de resistencia para hacer frente a todas necesidades de las colectividades federales, siempre en buena armonía con el Consejo regional de Defensa de Aragón (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 297-98).

Assim, cabia à Federação, dentre outras coisas, organizar as trocas internas, isto é, entre as coletividades federadas, e as externas, seja com outras coletividades, seja com empresas privadas. Além destas disposições, o 3º parágrafo do estatuto falava sobre as disposições culturais da Federação – que tinha como meta a "elevação cultural geral dos indivíduos", a organização de conferências e a promoção do cinema, teatro, etc. –, demonstrando uma vez mais que a ocupação das coletividades não se resumia à questão produtiva. Outros parágrafos, num total de 14, falavam da criação de um Comitê Regional de Coletividades, com os cargos de secretário geral, secretário de atas, contador, tesoureiro e dois vogais; que a Federação organizaria quantas Federações Comarcais estime necessário e que se estabeleceriam cartões de racionamento. Uma questão importante presente no estatuto é o estabelecimento de que deveria ocorrer um congresso a cada seis meses, mas que poderia ocorrer quantos congressos extraordinários se julgasse necessário. Em cada congresso deveria ser renovado metade do Comitê, favorecendo a rotatividade dos cargos e evitando a perpetuação. O último parágrafo dizia que "Todo cuanto se acuerde en los congresos y plenos que celebre esta Federación tendrá validez aunque no esté previsto en los presentes estatutos" (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 298). Dito de outro modo: era a assembleia das coletividades quem daria a última palavra. Assim, a autogestão dava um passo no sentido da coordenação regional, mas preservando a autonomia das coletividades. O mesmo Congresso das Coletividades emitiu um ditame onde se dizia que

> (...) Las colectividades harán una estadística veraz de la producción y consumo que enviarán al Comité comarcal respectivo, y éste, a su vez, remitirá la estadística comarcal al Comité regional, única forma de establecer la verdadera y humana solidaridad (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 299).

Assim, o Comitê Regional seria responsável pelas estatísticas e pelas trocas entre as coletividades membros, assim como os Comitês Comarcais, mas cada um

dentro de seu perímetro. Dessa maneira, já em 3 de março de 1937 a Federação emitiu um comunicado a todas as coletividades, pedindo que lhe enviasse

> Estadística general de la contidad de produtos sobrantes en cada localidade, hecho el apartado preciso para el abastecimiento de la colectividad de la misma (...). Estadística de los productos que en cada localidad hacen falta para el suministro (…) al efecto de importarlos de donde preceda el intercambio. Estadística del número de colectivistas que cada colectividad, puede y desea aumentar en su seno, igual que aquellas que (…) se hallen en la necesidad de disminuirlos o de aumentar el radio de tierras para su trabajo (…) y lo mismo deberá hacerse con los aperos del cultivo de la tierra, vehículos de transporte o caballerías de labor de todas las clases que sobren o falten cada localidad (BOLETÍN DE INFORMACIÓN DE LA CNT-FAI, 3 mar. 1937, p. 6).

Era o início de uma planificação das coletividades aragonesas. Cabe salientar, no entanto, que não foi apenas em Aragão que as coletividades procuraram se federar e se organizar. Isso aconteceu também em outras localidades, como na Andaluzia, Catalunha e no Levante.

Em Aragão, como em outras regiões, se criou um caixa de compensação, com a finalidade de diminuir as diferenças econômicas entre as coletividades. Assim, aquelas que não andavam muito bem teriam uma ajuda financeira das coletividades mais prósperas. As diferenças salariais que cada coletividade pagava a seus membros seriam diminuídas até que, num futuro pós-guerra, como tencionavam as coletividades, os salários estariam unificados.

Poucos meses antes da criação da Federação das Coletividades em Aragão havia se formado na província um importante Conselho, denominado Conselho Regional de Defesa de Aragão[46], cuja origem está no próprio início do conflito. Após a tentativa de golpe dos militares, algumas regiões caíram em poder dos rebeldes, como uma grande parte de Aragão. Entre as cidades importantes que caíram estava Saragoça, onde os anarquistas eram numericamente muito fortes. A sua queda, que de certo modo surpreendeu muita gente, provocou o desejo dos anarquistas de retomá-la rapidamente. Derrotado o golpe militar em Barcelona e em toda Catalunha, o primeiro objetivo militar dos anarquistas era retomar Saragoça, e para lá rumaram. Apesar de não conseguirem retomar a cidade, eles recuperaram aproximadamente metade da província de Aragão. Assim, no meio do caminho, foi aparecendo uma série de povoados coletivizados, o que era denunciado pelos comunistas como uma “coletivização forçada” dos anarquistas, se tornando uma “ditadura anarquista” na região. No entanto, o predomínio da CNT era tão grande em

[46] Ver cartaz p. 143.

Aragão que, segundo Bernecker (1982), a formação das coletivizações se deu de forma espontânea, o que não exclui o fato de, certamente, algumas coletivizações terem sido criadas com base na força. Por outro lado, a simples presença das milícias anarquistas na região provocava certa intimidação nos aragoneses, e muitos podem ter aderido às coletivizações por medo. Existia também em Aragão o problema dos “excessos” das milícias contra os pequenos proprietários e camponeses contrários às coletivizações, como requisições forçadas de gêneros, dissoluções de comitês eleitos, etc. Assim, com o intuito de acabar com tais abusos e de organizar a guerra na região, foi criado o Conselho Regional de Defesa de Aragão, geralmente referido apenas como Conselho de Aragão. Criado em setembro de 1936, inicialmente o Conselho era formado apenas por anarquistas, pois havia fracassado as negociações com as outras forças políticas. Mais tarde foram incluídas todas as organizações e partidos da zona republicana, mas os anarquistas sempre obtiveram o predomínio. O presidente do Conselho era Joaquín Ascaso, primo de Francisco Ascaso, anarquista histórico morto nos primeiros dias de combate em Barcelona. O Conselho de Aragão teve como sua primeira sede a cidade de Fraga, mas em novembro ela se mudou para Montejulia. Inicialmente o governo e os comunistas não reconheceram o Conselho, e estes últimos o qualificava de cantonalista e faccioso. A existência do Conselho de Aragão sempre foi problemática, sendo uma fonte de fricções entre comunistas e anarquistas, pois o Conselho era um ardente defensor e impulsionador das coletivizações aragonesas, além de nunca ter sido subjugado completamente pelo Estado republicano. No entanto, neste momento, tanto o Estado quanto os comunistas nada podiam fazer em relação ao Conselho, e ele seguia operando. No próximo capítulo voltaremos a falar do Conselho de Aragão e sua dissolução.

2.2- A Autogestão no Perímetro Urbano

Na cidade a autogestão também teve uma grande força, tanto no setor industrial quanto nos serviços, e o principal foco foi a cidade de Barcelona. Tal fato contradiz uma certa interpretação que se costuma a fazer em relação à autogestão, colocando-a como praticável apenas no campo e dizendo que ela não é adaptada a uma sociedade urbana e moderna. Isso porque, apesar da Espanha ser um país

periférico no contexto europeu naquele momento histórico, Barcelona era uma cidade industrializada, com um proletariado altamente numeroso e combativo. No entanto, cabe salientar que a autogestão urbana não se resumiu à cidade de Barcelona, tendo existido também em praticamente todas as cidades espanholas que não caíram em poder dos militares, em maior ou menor intensidade. No caso da autogestão urbana a presença sindical é sempre marcante, o que não acontecia no campo com o mesmo grau. De acordo com a teoria dos anarcossindicalistas, o sindicato – no caso, a CNT – era o órgão que deveria fazer a ligação entre os diversos comitês de empresa, de modo que estes deveriam ser integrados nos sindicatos, mas sem perder sua autonomia e controlando os órgãos superiores do sindicato, pois se buscava uma organização federalista e autogerida. No entanto, na prática, chegaram a ocorrer alguns conflitos entre as empresas autogeridas e os sindicatos.

Um grande exemplo de autogestão industrial[47] foi o da indústria têxtil na Catalunha. Este ramo tinha, segundo Bernecker (1982), 4/5 de todas as suas indústrias espanholas instaladas na Catalunha, e em 1927 seu valor de produção superava 3.000 milhões de pesetas, o equivalente a 56,6% da produção industrial catalã. Segundo Bernecker (1982) ainda, no começo da Guerra Civil havia em Barcelona 40.000 operários têxteis filiados à CNT, e na Catalunha este número chegava a 170.000 – de um total de 230.000 operários empregados neste ramo em toda a Catalunha. A indústria têxtil tinha ainda cerca de 20.000 empresários – 5.000 em Barcelona –, dos quais apenas 10% se tornaram empregados de suas empresas coletivizadas. Metade deles sumiram e fugiram e 40% foram, segundo Bernecker (1982), “eliminados da esfera social”. Em 1937 quase toda a indústria têxtil estava coletivizada.

A fábrica têxtil Espanha Industrial, fundada em 1847, foi coletivizada. Segundo Bernecker (1982) eram cerca de 2.000 trabalhadores, sendo 1.500 filiados à CNT e 300 à UGT. Foi eleito um comitê central para coordenar as várias unidades da empresa, como em Barcelona, Sabadell, Sants e Valência, e este comitê era formado por 19 membros, além das comissões e subcomissões. Os maiores problemas eram financeiros e de abastecimento, além das mercadorias que se acumulavam, pois a maior parte do mercado interno dos tecidos catalães estava nas

[47] Ver cartazes p. 144.

mãos dos militares. Além disso, as mudanças nos hábitos ocorridos após o início da revolução colaboraram para a diminuição das vendas, por exemplo o fato de as pessoas passarem a usar roupas de trabalho nas ruas ou pararem de usar chapéus, pois davam uma “aparência burguesa”.

Já em Alcoy, na província de Alicante, na comunidade de Valência, situado a 54 km da cidade de Alicante e 107 km da cidade de Valência, segundo o jornal *Tierra y Libertad* (24 jul. 1937), a indústria têxtil conheceu um importante revigoramento. Havia 129 indústrias deste ramo na cidade, e segundo os dados fornecidos, entre 1934-36 o total de vendas foi de 15.217.893,40, e em 1936-37 o total aumentou para 20.102.815,82. Nas primeiras semanas após o início da revolução os patrões deixaram de serem capazes de pagar as jornadas de seus empregados, motivo pelo qual o Comitê Revolucionário ter tido de desembolsar, em três semanas, 60.863,35 pesetas. O Sindicato da Indústria Têxtil e Fabril tinha criado um órgão complementar, a Comissão Técnica de Controle Têxtil, que estudou tudo o que estava relacionado a esta indústria. O Sindicato assumiu a gestão das empresas em 14 de setembro de 1936 e o Comitê Revolucionário de Defesa teve de facilitar ao Sindicato 1.050.000 pesetas, a fim de se iniciar a nova etapa. Foram criados comitês de fábrica nas 129 empresas unificadas, além dos departamentos de Vendas, Compras, Fabricação, Estatísticas, Contabilidades. Assim, na indústria têxtil de Alcoy, o que se desenvolveu foi uma gestão partilhada entre os comitês de fábrica e o Sindicato.

Outro setor importante que foi coletivizado foi o transporte. Em Barcelona, o sindicato único do transporte da CNT se apoderou dos transportes urbanos, onde tinha, segundo Bernecker (1982), 6.500 filiados num total de 7.000 funcionários. Em 24 de julho de 1936 os operários dos bondes realizaram uma assembleia geral e elegeram um comitê de controle. A fuga dos diretores dos bondes, metrô e linhas de ônibus fez com que a coletivização se tornasse inevitável. Um comitê conjunto dos três tipos de transporte foi formado. Segundo Bernecker (1982), até 1938 não houve variação nos preços médios dos bilhetes, além de se instituir a gratuidade do transporte noturno, aos escolares, aos inválidos de guerra e aos que sofreram acidentes de trabalho. Em abril de 1938 se chegou a uma tarifa única de 20 centavos, e mais tarde aumentou para 25, mas este aumento estava bem abaixo da inflação que se contava desde o início da guerra. Foram decretadas as 40 horas e a

organização se baseava em comitês eleitos diretamente pelos trabalhadores, desde os de seção até o de controle. Um dos problemas enfrentados foi o que se deveria fazer com as rendas que sobravam: a seção dos bondes queria que o lucro fosse para o caixa do Sindicato, enquanto a seção do metrô queria que os lucros fossem colocados em uma caixa comum de todas as empresas de transporte. Na verdade, o que motivava esta discussão era uma outra questão.

> En esta discusión estaba, en último término, también en juego el problema surgido asimismo en otros sectores económicos referente a la autonomía de decisión de las empresas colectivizadas. Con los acontecimientos del 19 de julio y la expropiación de las empresas capitalistas, el sindicato había perdido un ámbito esencial de sus funciones – su finalidad de lucha de clases y revolucionaria – y había asumido "funciones de propietario". No estaba clara la cuestión de a quién correspondía en último término la capacidad decisoria respecto a las empresas colectivizadas, si a los organismos sindicales o a los comités de control elegidos por los trabajadores, es decir, estaba en al aire la relación entre los comités y el sindicato. En el contexto de este problema de competencias, la cuestión del destino del dinero residual se solventó finalmente en favor del sindicato, que en los primeros nueve meses de guerra empleó en total cuatro millones de pesetas de los excedentes reunidos para financiar líneas deficitarias y pagó en el primer año de guerra un millón y medio de pesetas de impuestos a la Generalidad (BERNECKER, 1982, p. 360-61).

Segundo Bernecker (1982), os excedentes do ramo do transporte diminuíram 33,6% nos cinco primeiros meses de coletivização, se comparado com o ano anterior. Os gastos com salários aumentaram 46%, os de materiais 57% e os gastos com questões jurídicas[48] e viagens de serviços caiu 50%. Além disso, o número de usuários aumentou de 177.908.636 (1935) para 182.919.288 (1936) e 233.557.418 (1937). Nos cinco primeiros meses após a coletivização se percorreu 236.590 km a mais e se transportou 10 milhões de passageiros a mais do que nos cinco meses anteriores. Outro dado importante é o fato de o comitê de controle ter sido eleito novamente por três vezes até a legalização da coletivização – o assunto da legalização das coletivizações será abordado no próximo capítulo –, o que demonstra que os mecanismos de democracia direta funcionavam de forma dinâmica.

[48] Certamente a redução dos gastos com as questões jurídicas foi influenciada pela quebra do sistema jurídico institucional após o início da Guerra Civil, já que se tornou difícil entrar com processos contra as empresas, mas o grande motivo desta diminuição foi que, com os administradores da empresa controlados diretamente pela base, eles não podiam geri-la de modo autoritário, pois em caso de desentendimento com os trabalhadores o comitê poderia ser destituído. O controle da base sobre os administradores ocasionou uma diminuição drástica nas fricções entre os gerentes e os trabalhadores.

Uma entrevista com Pérez Combina nos fornece outras informações acerca do transporte coletivizado de Barcelona. Segundo o entrevistado,

> Fuimos los primeros en normalizar los servicios, como que fuimos los primeros en socializarlos. Después de las violentísimas luchas habidas en Barcelona a raíz de la sublevación militar y vencida ésta, los trabajadores del transporte reunidos en asamblea resolvieron reintegrarse cuanto antes al trabajo, comenzando por la reparación de las líneas de tranvías y material rodante de éstos y autobuses, muy afectados por las batallas callejeras. Baste decir que al tercero día de la sublevación circulaban ya los autobuses. Esto demuestra la capacidad organizativa de los Sindicatos y la conciencia de la responsabilidad que el nuevo estado de cosas hacía gravitar sobre los trabajadores.
>
> No quedaba en verdad otro remedio, si es que se quería atender seria y eficazmente las necesidades de la población y los imperativos de la guerra contra los facciosos que continuaba cruda e encarnizada en otras regiones de España (TIERRA Y LIBERTAD, 19 jun. 1937, p. 6).

O entrevistado acrescenta que, a partir daí, o setor sofreu apenas melhoras. Não apenas o *ayuntamiento* teve um incremento em seu caixa, de 700.000 para 1.500.000 pesetas, como também o consumidor se beneficiou, com medidas como a supressão de 5 centavos no preço após às 10 da noite, a criação de novas linhas e a criação de enlaces de bondes. Segundo o entrevistado, antigamente a empresa era formada em sua maioria pelo capital belga, mas em 19 de julho ela estava nas mãos de um truste bancário espanhol. As jornadas variavam entre 48 e 52 horas, sendo um grande sacrifício devido à guerra. Antes o município gastava de 80 a 90 mil pesetas anuais em passes para funcionários municipais, e depois, graças à implantação dos passes transferíveis e a um severo controle, não se gastava mais do que 60.000. O transporte para as crianças se tornou gratuito. Muitas melhorias foram feitas no interior da empresa: a introdução de um grupo de eletrogêneo, que permitiu carregar simultaneamente as baterias de 20 carros – antes não se podia carregar mais do que um; com exceção do chassi, passou-se a fabricar na oficina todo o material de que os ônibus necessitavam, sendo que antes a única coisa que se fazia era montar o motor, com peças trazidas de cinco países diferentes; reforma de um forno para cementar peças, diminuindo o tempo de 4 horas – para se chegar a 900º – para uma hora; além do aproveitamento dos materiais, que antes se desperdiçava. Um detalhe do artigo chama a atenção: a afirmação de que a fábrica não possuía engenheiros, ou seja, as melhoras introduzidas foram todas feitas diretamente pelos trabalhadores.

> Cada obrero lleva su iniciativa al delegado de su sección el cual lo somete a consideración de la asamblea del Sindicato, de todas las secciones. El obrero no es, pues, una pieza más, material muerto, sometido a las orientaciones o iniciativas de un director; cada uno de ellos es una

> inteligencia activa y una voluntad solidaria que contribuye con la más amplia libertad a la obra de todos (TIERRA Y LIBERTAD, 19 jun. 1937, p. 6).

Além disso, o jornal acrescenta que a fábrica contava com refeitório, banheiros e duchas para os operários, clínica geral, enfermeiros 24 horas e um serviço de farmácia com raios X, radiografias, cirurgia, etc. Se recebia os dias parados por questões de saúde, o que não acontecia anteriormente. Ao se iniciar o golpe militar eram 787 operários, e este número subiu para 1.180. Também este ramo foi o primeiro a pedir e conseguir às 40 horas, mas devido à guerra se trabalhava entre 48 e 52 horas semanais, com jornadas que variavam entre 10,50 e 12,50 pesetas, e os técnicos ganhavam entre 13,50 e 24,50.

Mas não foi apenas em Barcelona que o transporte foi coletivizado. Em Manresa, na província de Barcelona e situada a 55 km da capital, cujo censo colocava a população da época em 40.000 habitantes, segundo o jornal *Tierra y Libertad*, houve uma importante experiência de socialização do transporte. Manresa era uma das cidades mais ricas de sua comarca e das comarcas ao redor, e saíam da cidade sete ou oito linhas que iam para diferentes cidades destas comarcas. Entre estas linhas, segundo o jornal, a mais importante era a que saía de Manresa com destino a Berga e Guardiola, e que foi "*incautada*[49]" nos primeiros dias de Guerra Civil. Tal coletividade, segundo o jornal, estava integralmente filiada à CNT. Além disso, a coletividade enviou um delegado ao Congresso Nacional do Transporte, que ocorreu em Valência. Uma das petições levadas colocava que

> (…) dados los inconvenientes y a la carestía de los materiales de recambio, por ser en su mayoría procedentes del extranjero, se influenciara a la Industria Metalúrgica para que después del estudio necesario, procediera a la construcción de los mencionados artículos o piezas de recambios. También en una Asamblea, en la que tomaron parte las dos centrales sindicales, se nombró una Comisión de Enlace para redactar un informe relacionado con la colectivización y unificación total de la Industria del Transporte (TIERRA Y LIBERTAD, fev. 1937, p. 5).

Segundo o mesmo jornal, do ponto de vista econômico, a coletivização do transporte em Manresa ia se desenvolvendo cada vez mais, apesar da escassez de combustíveis e a situação difícil que se atravessava.

> La administración y organización colectiva lleva consigo una regularización de gastos generales cuya estabilización produce una economía considerable en la Empresa, reporta beneficios al público consumidor y a la Economía Nacional (…) (TIERRA Y LIBERTAD, fev. 1937, p. 5).

---

[49] Quando os operários tomavam cargo da produção ou dos serviços em uma determinada empresa geralmente se usava a palavra "*incautación*" para descrever o ato da tomada de posse.

No que tange às relações com a UGT, parece que elas não eram boas em Manresa.

> Colocados en una posición contrarrevolucionaria (a UGT) sus representantes oponen obstáculos a cualquier iniciativa que surja en pro de la colectivización. No aportan ninguna solución, ni siquiera una proposición por desacertada que sea, ni una idea. Únicamente dicen que no creen en la eficacia del colectivismo y que no se cuente con ellos para la unificación del Transporte (TIERRA Y LIBERTAD, fev. 1937, p. 5).

No entanto, a pesar das diferenças, o jornal se mostra otimista e diz que a unificação das forças ocorrerá no futuro. Outro dado importante é sobre a organização interna da empresa.

> La administración de la Empresa en poder de los accionistas era desastrosa por todos conceptos, habiendo encontrado deficiencias y desfalcos en los libros, a cargo del Gerente Gabriel de Semir, monárquico aventurero de una audacia sin límites, de cuya actuación quedaron muy malparados varios negociantes de Barcelona y los incautos accionistas de Maresa (TIERRA Y LIBERTAD, fev. 1937, p. 5).

Ainda segundo o *Tierra y Libertad*, ao se proceder a *incautación* existia uma dívida no caixa de 117.455,60 pesetas, dos quais até 31 de dezembro de 1936 haviam sido pagos 28.596,75 pesetas. Uma das primeiras medidas que foram tomadas foi o rebaixamento das tarifas, apesar de que mais tarde elas tiveram de ser aumentadas novamente, embora não na mesma proporção. Inicialmente se implantou o salário único, mas depois foram estabelecidas diferenças salariais devido a uma “falta de estímulo y una apatía (...) por parte de algunos de los obreiros (...)” (TIERRA Y LIBERTAD, fev. 1937, p. 5). No entanto, a meta de se adotar o salário único não foi abandonado, pretendendo ser adotado no futuro. Na coletividade do transporte em Manresa trabalhavam 41 funcionários, sendo motoristas, cobradores, mecânicos e pessoal de escritório. Além disso, existiam administradores nas diferentes cidades por onde passavam as linhas, que recebiam um soldo da coletividade e cuja função era ter em sua casa ou estabelecimento uma estação de espera para os viajantes, além de cuidar das encomendas e pequenos pacotes. O jornal diz também que, quando da reportagem, a empresa contava com 19 ônibus, sendo três movidos a óleo diesel, da marca Saurer. Contava-se também com “un garaje espacioso de capacidad más que suficiente (...), un taller de reparaciones con obreros competentes y un stock de neumáticos y material de recambio que asciende a un valor de 32,000 ptas (…)” (TIERRA Y LIBERTAD, fev. 1937, p. 5). Quanto às assembleias,

> Para nuestro mejor control y estímulo, celebramos una reunión mensual, donde se da a conocer la buena marcha de la colectividad, y donde se sanciona al que haya podido incurrir en alguna falta (cosa que no es frecuente), y de estas reuniones surgen iniciativas beneficiosas para la buena marcha de la obra socializante emprendida (TIERRA Y LIBERTAD, fev. 1937, p. 5).

Outro ramo industrial que foi coletivizado foi a indústria de leite, em Barcelona. Aqui carecemos de indicações sobre salários, estatísticas, etc., mas conseguimos ter acesso a algumas informações com relação às melhorias obtidas para o consumidor e as mudanças no processo de fabrico.

Segundo o jornal *Tierra y Libertad*, na Catalunha, antes de 19 de julho de 1936, "(...) las defunciones de la población infantil, hasta los doces meses, el 50 por 100 eran debidas a las malas condiciones en que se consumía la leche" (TIERRA Y LIBERTAD, 21 ago. 1937, p. 5). Isso porque o transporte do estábulo era feito em jarros de "dudosa limpieza, a los bordes de la carretera, donde a veces se llevaba varias horas antes de ser recogida por el camión que había de llevarla a Barcelona" (TIERRA Y LIBERTAD, 21 ago. 1937, p. 5). Assim sendo, a proliferação de bactérias era apenas uma consequência. Durante o verão mais da metade do leite coalhava, e a ele era acrescentado uma grande quantidade de bicarbonato e água. Segundo o jornal, isso mudou. A Indústria Láctea Socializada realizou um grande trabalho de higiene. Foram instaladas nas diferentes comarcas produtoras de leite sete estações refrigeradoras, onde se recebia o leite recém-ordenado. A partir daí o leite era levado por caminhões "cuba" às fábricas de pasteurização, que também foram reformadas.

Antes do 19 de julho os operários da indústria láctea apresentaram à patronal um plano de melhorias para a classe trabalhadora, e estas foram aceitas. Ao se iniciar o golpe militar os trabalhadores tomaram cargo da produção. Segundo o jornal, chegavam em Barcelona, quando se decidiu pela socialização, cerca de 180.000 litros de leite, e estes eram repartidos equitativamente entre os distribuidores. Das mais de cinquenta fábricas que se dedicavam à pasteurização, apenas nove estavam em condições medianas, sendo as outras "cuadras inmundas" (TIERRA Y LIBERTAD, 21 ago. 1937, p. 5), onde a produção média era de 350 litros, com o máximo de 1.000. Assim, a pasteurização passou a ser feita apenas nas nove fábricas que estavam em melhores condições, sendo elas colocadas, segundo o jornal, em "condiciones higiénicas perfectas" (TIERRA Y LIBERTAD, 21 ago. 1937, p. 5). Durante um tempo o leite continuava sendo entregue aos

varejistas, mas foi determinado que se extinguisse paulatinamente os intermediários, e para isso foram abertas cerca de 150 lojas, no centro da cidade e nos bairros. Muitos varejistas passaram a fazer parte da coletividade láctea. No entanto, uma pequena parte se opôs à socialização, pois queriam receber um soldo muito maior do que os outros trabalhadores da coletividade.

Afora estes problemas, segundo o jornal, havia outros. Primeiramente, ante a revolução, muitos camponeses sacrificavam as vacas com medo das requisições, de modo que começou a chegar menos leite à Barcelona. Além disso, as vacas que chegavam semanalmente do exterior, procedentes da Holanda e da Suíça, deixaram de chegar. Somado a isso, a falta de alimentos e despojos, que chegavam de Aragão, agravou o problema. A inflação destes produtos piorou ainda mais a situação: antes eles custavam 16 pesetas, mas chegaram a valer 66, o que fez com que aumentasse muito o preço do leite no campo. Assim, os 130.000 litros de leite, que segundo o jornal era o normal, ficaram reduzidos à 60.000, ou seja, uma redução de aproximadamente 54% na produção. Ainda segundo o jornal, os elementos que estavam contra a coletivização leiteira ingressaram no PSUC e formaram uma cooperativa, que era apoiada por tal partido como uma forma de contrabalançar e combater as coletivizações. Com relação à qualidade do leite, o jornal acrescenta:

> En la actualidad la leche que llega a Barcelona, llega en inmejorables condiciones de salubridad como no ha venido nunca. Pues la leche que antes llegaba con 24 y 25 grados de acidez, a sea propicia al cultivo de toda clase de microbios siendo una amenaza contra la salud pública, llega ahora, debido a las estaciones frigoríficas y a los camiones “cubas Thermo”, con 17 grados de acidez. Y la temperatura que ahora es de 5 a 7 grados, se elevaba anteriormente a 25 ó 30, que era la temperatura ambiente. Para llegar a esto, nosotros sacrificamos nuestra economía con dos céntimos por litro (TIERRA Y LIBERTAD, 21 ago. 1937, p. 5).

Também foram suprimidos alguns estábulos e fábricas que não tinham um rendimento suficiente ou que não possuíam as mínimas condições higiênicas, além de melhorias na maquinaria. O valor pago pelo leite aos camponeses foi aumentado de 30 a 35 centavos para 68. O aumento da soda e dos combustíveis e outras matérias-primas fez com que subisse também o valor do leite, sendo vendido a 1,10 a granel e a 1,20 o leite engarrafado, mas segundo o jornal existiam planos de baratear e aumentar a produção de leite após o final da guerra, e tal medida seria viabilizada importando vacas, criando animais próprios, etc. Calculava-se que Barcelona necessitava de cerca de 300.000 litros de leite diário.

Outro ramo industrial em que a autogestão se fez presente e foi muito importante foi a indústria bélica. Na Catalunha, este ramo era praticamente inexistente antes de 19 de julho, pois o governo espanhol evitava deixar as fábricas de armas próximas ao maior foco do movimento operário e revolucionário do país. A maioria das fábricas de guerra espanhola estava no Norte do país ou na Andaluzia. Assim, quando houve a tentativa de golpe dos militares, muitas empresas foram convertidas para a produção de guerra, principalmente a indústria metalúrgica, mas houve diversos outros ramos que também foram convertidos para a produção bélica[50]. Bem antes de o governo tomar cargo das indústrias – assunto que será abordado no próximo capítulo – já existiam armas fabricadas pelas empresas geridas diretamente pelos trabalhadores, produzindo veículos, bombas, ambulâncias, etc. Segundo o jornal *Tierra y Libertad*, na primeira semana de agosto, oito fábricas já trabalhavam na produção bélica, e pagavam cerca de 150.000 pesetas em jornadas semanais. A Comissão de Indústria de Guerra foi criada em 15 de agosto de 1936, e em 15 de setembro já existiam 24 fábricas que pagavam 268.000 pesetas semanais. Quando da reportagem, havia 290 fábricas, com um total de 3,5 milhões de pesetas semanais, distribuídos entre os 150.000 trabalhadores do setor (TIERRA Y LIBERTAD, 7 ago. 1937, p. 4).

A indústria de guerra na Catalunha surgiu como uma necessidade da luta logo nos primeiros dias, pois as armas que os revolucionários tinham à sua disposição não eram suficientes para fazer frente ao inimigo. Assim, surgiu uma indústria bélica improvisada, controlada por comitês eleitos pelos trabalhadores. No entanto, não foi fácil fazer esta conversão no setor industrial. Na falta de meios adequados, qualquer sugestão era bem-vinda. Se um operário tivesse alguma ideia que pudesse ser útil ele simplesmente se dirigia ao comitê com sua sugestão, e ela poderia ser acatada imediatamente, a não ser que precisasse passar pela aprovação da Assembleia. Na indústria bélica os trabalhadores chegavam a trabalhar 56 horas por semana, bem acima dos outros setores, mas segundo Bernecker (1982) eles não poupavam esforços. No entanto, como será examinado no próximo capítulo, a indústria bélica catalã quase sempre conviveu com a presença da Generalidad, através da Comissão de Indústria de Guerra, apesar de as empresas gozarem de amplas

[50] A indústria do batom, por exemplo, foi adaptada para a fabricação de balas logo que se percebeu que a máquina que fazia o furo da cápsula do batom, que na época era feito de metal, poderia fazer o furo da bala.

liberdades. Mais tarde a indústria de guerra da Catalunha foi assumida pelo governo central e militarizada, acabando com a democracia interna que existia até então. A perda da autonomia das indústrias bélicas teve um grande impacto na guerra ao produzir certa apatia entre seus trabalhadores, fruto de fricções entre os trabalhadores e os novos "gestores". Tal fato pode ser considerado resultado da perda de autonomia das indústrias bélicas ao se produzir a nacionalização. No entanto, não podemos esquecer que foi exatamente esta indústria bélica surgida da improvisação e de forma espontânea que tornou possível a resistência no início da Guerra Civil. No próximo capítulo voltaremos a tratar da indústria de guerra catalã e suas consequências para a luta revolucionária e para a Guerra Civil.

Um último exemplo de socialização da qual trataremos é o do mercado municipal de Borne, em Barcelona, onde se vendia frutas e verduras. Segundo o jornal *Solidaridad Obrera*, antes de 19 de julho, o espaço era ocupado por um monte de indivíduos chamados de "*patentistas"*, que pagavam um aluguel ao município segundo o espaço que ocupavam.

> Existía asimismo, una sociedad de obreros que hacía la carga y descarga de mercancías, trabajadores mal pagos y peor tratados (…). Sus trabajadores cobraban sueldos irrisorios que oscilaban entre treinta y cincuenta pesetas semanales (SOLIDARIDAD OBRERA, 28 mai. 1937, p. 4).

Aqui também existia o caciquismo, pois as multas que os inspetores aplicavam raramente eram pagas, já que a influência dos multados ante as autoridades falava mais alto. Assim, quando se produziu a tentativa de golpe militar, os *patentistas* fugiram, motivo pelo qual o mercado foi coletivizado. A Subseção do Sindicato de Transportes se encarregou do mercado. De acordo com o jornal,

> La colectivización del Mercado Central trajo como primera consecuencia el acoplamiento a sus plantillas obreras de más de quinientos trabajadores que se hallaban en paro forzoso. Seguidamente los sueldos de treinta y cincuenta pesetas se convirtieron en un sueldo único de cien pesetas semanales a todos los obreros que en el Mercado prestan sus servicios (SOLIDARIDAD OBRERA, 28 mai. 1937, p. 4).

Além disso, o jornal diz que a coletividade facilitava o trabalho do filho maior quando a família do trabalhador em questão era grande. Também diz que os antigos burgueses cobravam 10% de lucro sobre a batata, lucro este que foi diminuído para 6%. O preço cobrado no mercado seria parecido com o de épocas anteriores, apesar dos aumentos que ocorreram em vários produtos. As vendas nas lojas socializadas se davam com um preço 50% menor do que as outras. Também se

passou a comprar os produtos dos camponeses diretamente, eliminando-se os intermediários, sendo este um dos motivos pelo qual os preços não se alteraram. Além disso, pelas novas normas, os produtores passaram a ter o direito de fiscalizar os preços de venda, pois a partir de então seus ganhos estavam em consonância com os preços disponíveis ao consumidor. Quando da reportagem, estava-se procedendo a socialização das vendas em pequenas quantidades. O Mercado de Borne, além de atender às colunas que operavam na frente de Aragão, hospitais, clínicas, refugiados e outros, atendia também preferencialmente à indústria gastronômica coletivizada, lhes entregando todos os tipos de comida, acreditando que com isso se contribuía para a normalização da retaguarda e se criava uma rede entre as coletividades afins, o que ajudaria o movimento coletivizador.

Para encerrar a exposição da autogestão, cabe ressaltar que existiam trocas intensas entre as empresas coletivizadas, seja no campo, seja na cidade. Assim, o mercado de Borne comprava preferencialmente seus produtos de coletividades rurais, em detrimento dos individualistas. Algo parecido acontecia com as trocas entre as coletivizações do campo e entre as diversas indústrias coletivizadas, além das trocas das indústrias com o campo. Várias delas, como a indústria bélica que surgiu na Catalunha, procuravam comprar maquinarias novas de outras indústrias coletivizadas, favorecendo as trocas entre elas e criando um mercado coletivizado por elas controlado, paralelo ao mercado capitalista e fora do controle estatal. Fora da Espanha, acontecia algo parecido. Muitas pessoas que apoiavam a Revolução Espanhola ou mesmo apenas aqueles que queriam contribuir com o antifascismo procuravam comprar produtos agrícolas espanhóis provenientes das coletivizações, como as frutas cítricas produzidas na região do Levante, que segundo Guérin (1968) eram 50% do total produzido nesta região e 70% de sua comercialização. Assim, o *Boletín de Información de la CNT-FAI* diz que a SAC – *Sveriges Arbetares Centralorganisation*, ou Organização Central de Trabalhadores da Suécia, em português –, uma federação sindical sueca de tendência anarcossindicalista, fez um manifesto conclamando as pessoas a comprarem apenas laranjas espanholas, acreditando com isso estar ajudando o desenvolvimento da autogestão e a luta antifascista na Espanha (BOLETÍN DE INFORMACIÓN DE LA CNT-FAI, 16 fev. 1937, p. 6-7).

Capítulo 3- O Processo Revolucionário: do 19 de Julho à Derrota Final

3.1- O 19 de Julho e os Comitês[51]

Em Barcelona, imediatamente após a derrota dos militares, a CNT e a FAI se tornaram donas da cidade. Inicialmente a Generalidad tentou impedir que a população conseguisse se armar – nos dois dias anteriores, quando os militares já haviam se sublevado no Marrocos, as armas foram negadas pelo governo à população que as reclamava –, mas como foi ela quem derrotou os militares, os armamentos que se encontravam dentro dos quartéis foram apropriados e distribuídos. Guardas de Assalto foram enviados para impedir a população, mas chegaram tarde e decidiram não enfrentá-la, pois agora ela estava armada, embora os armamentos não fossem suficientes para fazer frente aos sublevados por muito tempo.

Com o Estado virtualmente em ruinas, Companys, presidente da Generalidad, chamou os líderes anarquistas para uma conversa no escritório do governo. Ao que consta, ao final da conversa, os líderes anarquistas decidiram pela colaboração com as outras organizações antifascistas, entendendo que, caso contrário, acabaria por se criar uma "ditadura anarquista". Para eles o momento proporcionava apenas duas opções: estabelecer uma ditadura ou partir para a colaboração. Cabe ressaltar que esta decisão se deu a expensas das bases das organizações anarquistas, pois não houve uma ampla consulta a elas, apesar de que, segundo Bernecker (1982), uma plenária da CNT em 20 de julho de 1936 decidiu pela colaboração. Essa falta de consulta às bases foi se tornando cada vez mais frequente no seio das organizações anarquistas, em parte devido aos rápidos acontecimentos, que exigiam respostas igualmente rápidas. Assim, cada vez mais, o papel da base se resumia a respaldar as decisões tomadas pelos comitês superiores, criando uma separação entre os representantes das organizações e sua base. Além disso, a decisão pela colaboração equivalia a dizer que os anarquistas ou não vislumbravam a possibilidade de implantação imediata do comunismo libertário ou simplesmente abriram mão de seus objetivos finais. Segundo Peirats (1988), a grande maioria das bases anarquistas também viam as coisas dessa maneira, com poucas exceções, e a posição colaboracionista logo prevaleceu. Tal situação ocorreu de forma similar fora da Catalunha.

---

[51] Neste terceiro capítulo são usadas também uma série de documentos citados na íntegra por José Peirats em seu livro *La CNT en la Revolución Española*.

Decidido os anarquistas pela colaboração, esta tem sua primeira expressão no Comitê Central de Milícias Antifascistas da Catalunha, criado em 21 de julho de 1936. Este foi constituído por decreto da Generalidad, e englobava todas as principais forças políticas e sindicais da Catalunha: CNT, FAI, POUM, UGT, PSUC, Esquerra, União Republicana e União de Rabassaires. Suas principais funções eram organizar a luta no campo militar, recrutando as milícias que seriam enviadas para o front, seja em Barcelona, seja nas outras comarcas catalãs, e garantir a "ordem revolucionária". Desde o início o Comitê de Milícias se ocupou de assuntos relacionados à guerra, e não lançou consignas pela revolução. Sua primeira declaração à população dizia:

> Constituido el Comité de Milicias antifascistas de Cataluña, de acuerdo con el decreto publicado por el gobierno de la Generalidad en el *Boletín oficial* de hoy, ha tomado los siguientes acuerdos, cuyo cumplimiento es obligatorio para los ciudadanos:
> 1º Se establece un orden revolucionario, para el mantenimiento del cual se comprometen todas las organizaciones integrantes del comité.
> 2º Para el control y la vigilancia, el comité ha nombrado los equipos necesarios para hacer cumplir rigurosamente todas las órdenes que de éste emanen. Con tal motivo, los equipos llevarán la credencial correspondiente que atestiguará su personalidad.
> 3º Estos equipos serán los únicos acreditados por el comité. Todo aquel que actúe al margen será considerado faccioso y sufrirá las sanciones que el comité determine.
> 4º Los equipos nocturnos serán rigurosos contra los que alteren el orden revolucionario.
> 5º Desde la una a las cinco de la madrugada, la circulación quedará limitada a los siguientes elementos:
> a) A todos los que acrediten pertenecer a cualquiera de las organizaciones que constituyen el Comité de Milicias.
> b) A las personas que vayan acompañadas por alguno de estos elementos y que acrediten su solvencia moral.
> c) A los que justifiquen el caso de fuerza mayor que les obliga a salir.
> 6º A fin de reclutar elementos para las Milicias antifascistas, las organizaciones que constituyen el comité quedan autorizadas para abrir los correspondientes centros de alistamiento y de adiestramiento. Las condiciones de este reclutamiento serán detalladas en un reglamento interior.
> 7º El comité espera que, dada la necesidad de constituir un orden revolucionario para hacer frente a los núcleos fascistas, no tendrá necesidad, para hacerse obedecer, de recurrir a medidas disciplinarias (In: SANTILLÁN, 1977, p. 97).

O Comitê de Milícias, conforme o segundo parágrafo de sua declaração, criou as chamadas Patrulhas de Controle. Esta tinha por volta de 700 homens, dos quais aproximadamente metade eram anarquistas, e respondiam somente às ordens do Comitê de Milícias, apesar de seus salários serem pagos pela Generalidad. Eram destinadas a manter a "ordem revolucionária", já que a maioria dos corpos armados

estatais havia desertado ou se dissolvido. Já no sexto parágrafo a declaração deu liberdade para que os partidos e sindicatos existentes no campo republicano pudessem criar suas próprias milícias. Segundo Santillán (1977), inicialmente não se queria que se operasse essa divisão nas milícias, mas logo se teve que a aceitar.

A existência do Comitê de Milícias não causou a desaparição do Estado, e a Generalidad continuou existindo, com atribuições como a formação de um Exército próprio, a caça aos inimigos infiltrados na retaguarda, o pagamento de salários, etc. Assim, criou-se uma situação em que existiam na Catalunha dois poderes diferentes, mas que, segundo Guillamón (2011), não era uma situação de duplo poder, e sim de duplicidade e complementaridade de poderes, pois não havia uma luta entre eles. No entanto, neste momento, a Generalidad nada podia fazer, a não ser tolerar a existência do Comitê de Milícias e buscar recompor sua autoridade perdida, e ela procurou fazer isso desde o início – já no dia 6 de agosto, por exemplo, a Generalidad criou representantes nas empresas, buscando trazê-las para seu controle, mas tal decreto foi tão improvisado que este não tinha nenhuma atribuição até o dia 24, demonstrando que tal medida foi tomada às pressas numa tentativa de controlar os comitês de empresa.

Imediatamente após o golpe militar ter sido derrotado na Catalunha, com seu poder em frangalhos, a Generalidad, numa tentativa de voltar a legislar, aceitou uma série de reivindicações dos sindicatos que eram feitas antes de 19 de julho, como às 40 horas, além de elevar os salários em 15% e diminuir os aluguéis entre 25 e 50% (BERNECKER, 1982). Além disso, no início de agosto ela convocou os reservistas dos anos de 1933, 1934 e 1935, muitos dos quais se negaram. Os anarquistas protestaram, adotando uma posição antimilitarista, mas no dia 6 a CNT aceitou através do Comitê de Milícias, acrescentando que isso não poderia conduzir à restauração do Exército.

Enquanto isso começava a tomada das empresas pelos comitês, dando início à autogestão. Foi também neste momento que começaram a aparecer os comitês políticos. Cabe ressaltar que na Catalunha isso foi feito principalmente por militantes anarquistas, mas por sua base, sem receberem nenhuma consigna de ocupação dos comitês superiores da CNT e da FAI. Estes, desde o começo, se dedicaram apenas às tarefas relacionadas à guerra.

No dia 11 de agosto a Generalidad criou o Conselho de Economia da Catalunha, que segundo o texto do decreto tinha o objetivo de “estructurar y normalizar convenientemente la economia catalana y dar solución a los graves problemas que logicamente se han planteado” (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 191). Tal Conselho tinha como presidente o Conselheiro de Economia da Generalidad, além dos 15 membros de partidos e sindicatos antifascistas, todos nomeados pela Generalidad. Ele era um órgão deliberativo e subordinado ao Conselho de Economia da Generalidad, um órgão misto estatal-sindicalista, sendo portanto um passo no sentido de se promover o controle estatal das empresas. Os partidos republicanos e o PSUC entraram no Conselho para tentar reforçar o controle da Generalidad sobre as empresas, enquanto o POUM e os anarquistas queriam consolidar as conquistas revolucionárias. No entanto, isso significava que se abandonava, ou pelo menos se adiava, a meta de se coletivizar toda a economia, ou seja, de se alcançar a socialização global, pois impedia que os comitês de empresa se federassem. Mais tarde isso foi justificado pelos anarquistas dizendo que da revolução nasceu uma estrutura econômica e social original, que não era “(...) ni la caótica economía liberal ni la rígida y dictatorial economia (...) (e sim) (...) una economia ‘coordinada’ por los Sindicatos y ‘orientada’ por el Estado” (SOLIDARIDAD OBRERA, 25 mai. 1937, p. 4).Tempos depois, quando a força do Estado catalão já tinha sofrido um grande incremento e quando a autogestão já havia passado para a defensiva, o Conselho teve sua composição modificada, aumentando a participação dos comunistas e republicanos e diminuindo a autonomia dos comitês. No entanto, neste momento, a liberdade que se dava aos Comitês de Empresas ainda era muito grande, e a composição do Conselho de Economia fazia com que ele atuasse no sentido de impulsionar as coletivizações. O Conselho de Economia não tinha um programa definido, sendo fruto da improvisação, e cada vez mais foi assumindo funções de direção, deixando ao Comitê de Milícias somente competências militares.

Por estas bandas os comitês políticos, de bairro ou povoados, eram os verdadeiros donos da situação. A Generalidad e o Comitê de Milícias eram dependentes destes, e nada se podia fazer contra sua vontade.

> Esos comités revolucionarios locales se habían constituido en auténticos estados-ciudad, o comités-gobierno, estableciendo multas y tributos, enrolando milicianos para el frente, formando patrullas de control para imponer su autoridad, realizando obras públicas financiadas con impuestos revolucionarios para resolver el paro masivo, expropiando fábricas y talleres

> que eran colectivizados, imponiendo un nuevo modelo educativo racionalista, incautando edificios y alimentos, comprando armas en el extranjero, sosteniendo hospitales y comedores gratuitos, y un largo etcétera. Los ayuntamientos habían sido sustituidos por esos comités locales, arrebatando a la Generalidad la menor influencia. (…). Las consignas del CCMA (Comité Central de Milicias Antifascistas) eran acatadas por los comités locales y de barrio si no eran contrarias a los intereses revolucionarios, pero encontraban enormes resistencias cuando se consideraba que eran fruto del compromiso con la burguesía y el gobierno de la Generalidad. Al mismo tiempo el CCMA tenía que contar con esos comités locales, si quería que se hicieran realidad sus mandatos. El conflicto interno de los dirigentes de la CNT-FAI, entre los partidarios y los contrarios a la colaboración, se extendía a las problemáticas relaciones entre el Comité Central y los organismos revolucionarios locales. El gobierno de la Generalidad se limitaba a legalizar la realidad social y económica de las colectivizaciones y "conquistas revolucionarias", como único medio de ir adquiriendo un prestigio y aceptación del que carecía. El CCMA apenas podía gobernar, ni disponer nada, fuera de la ciudad de Barcelona, sin la aceptación y colaboración de los comités locales, o los sindicatos. La debilidad de éstos radicaba en la imposibilidad de consolidarse como un auténtico poder alternativo, a escala de toda Cataluña, sin el apoyo coordinador y centralizador de una organización obrera, y mucho menos en cuenta de todas las organizaciones existentes (GUILLAMON, 2011, p. 119-20).

Devido a esta dependência da Generalidad e do Comitê de Milícias em relação aos comitês políticos, logo começou a aparecer duas expressões que ficaram muito difundidas durante toda a Guerra Civil: os "incontrolados" e "armas para a frente". Os primeiros eram assim chamados a todos os elementos que não se submetiam às consignas de colaboração propugnada pelos líderes anarquistas e pelos comunistas do PSUC, sendo assim qualificados principalmente os militantes anarquistas de base e os comitês, especialmente os comitês políticos, que eram um obstáculo para a reconstrução do poder de Estado. Assim, toda e qualquer pessoa que não se submetia a nova legalidade constituída poderia ser qualificada de "incontrolado". Já a consigna de "armas para a frente" unia questões políticas com o desenvolvimento da guerra: desde o início do conflito as organizações partidárias e sindicais alimentavam uma desconfiança mútua entre si[52], de modo que todos os partidos e sindicatos estocavam armas para um possível – e até certo ponto previsível – enfrentamento entre as diversas organizações. Acontece que as armas que estavam estocadas na retaguarda faziam falta na frente de batalha, onde se tinha uma

[52] Já no dia 1 de agosto o *Tierra y Libertad* escreveu que "Desde el último miliciano a los comités, deben estar prevenidos contra el resabio autoritario" (TIERRA Y LIBERTAD, 1 ago. 1936, p. 3). Esta frase provavelmente foi dirigida ao PSUC e ao PCE, e ao longo de todo o conflito os jornais anarquistas repetiam essa mensagem.

enorme carência de armamentos[53]. Assim, parece lógico que a consigna "armas para a frente" tenha sido adotada rapidamente por todas as organizações partidárias e sindicais. No entanto, a situação se complica quando se percebe que esta consigna na verdade era voltada mais para tentar desarmar a população da retaguarda, principalmente os membros dos comitês políticos, do que para armar as frentes de batalha. O que estava em jogo não era apenas uma questão militar, o abastecimento de armas à frente, mas também uma contenda política e a própria finalidade da luta. Enquanto os comunistas e seus aliados republicanos atacavam os anarquistas e os "incontrolados" por reterem armas que faziam falta na frente de batalha, os anarquistas retrucavam dizendo que existiam diversos corpos armados na retaguarda sob controle do governo, e estes deveriam ser enviados à frente. Para os comitês políticos, que criavam e armavam suas próprias milícias, a consigna de "armas para a frente[54]" significava o fim de seu poderio militar, enquanto que para a Generalidad significava mais um passo para seu fortalecimento, para a formação de um Exército regular e de uma força policial. A contenda poderia ser resumida em uma questão: a quem caberia o direito de organizar os corpos armados, aos comitês ou ao Estado? Enquanto isso os representantes anarquistas e os Comitês da CNT e da FAI tentavam fazer um meio termo, sempre buscando manter a unidade no campo republicano. Santillán (1977) relata que ele dizia aos anarquistas que era preciso entregar as armas ou que se fosse à frente com elas, pois os anarquistas eram os que mais tinham armas e se elas fossem entregues, no outro dia as outras organizações e corpos armados seriam desarmados também. Os anarquistas se negavam dizendo que só entregariam as armas quando as outras organizações o fizessem também, temendo deixar a retaguarda desguarnecida. Assim, as expressões "incontrolados" e "armas para a frente" na verdade eram dirigidas contra os comitês e eram repetidas por todas as organizações, sendo mais uma ofensiva contra autogestão.

---

[53] Para se ter uma ideia de como este problema das armas era grave, Durruti, sempre quando voltava para a retaguarda, reclamava do número de armas que havia nas ruas, enquanto elas faziam falta na frente. Ele chegou a planejar um assalto à cidade de Sabadell, onde ficou sabendo que havia 8 ou 10 metralhadoras, que lhes foram negadas, mas antes de levar a cabo seu plano se chegou a um acordo. Segundo Santillán (1977), na frente de Aragão havia 30.000 fuzis, enquanto que existiam 60.000 destes na retaguarda, além das munições e outros armamentos.

[54] Ver cartaz p. 145.

3.2- A Legalização da Revolução

Em 27 de setembro os periódicos espanhóis surpreendem – surpreendem se levarmos em conta seus princípios, e não sua evolução após 19 de julho – ao anunciar a incorporação de representantes anarquistas no governo catalão. Assim sendo, o Comitê de Milícias perdeu o sentido de existência, pois os únicos que de fato o sustentavam, os anarquistas, agora estavam também representados na Generalidad, e no dia 1 de outubro ele se autodissolveu – inicialmente os anarquistas procuraram mantê-lo, mas depois se decidiu por sua dissolução. Isso ocorreu devido à pressão exercida pelo Governo Central para que se acabasse com a existência de dois poderes distintos na Catalunha, caso esta quisesse receber ajuda financeira e armas. Os anarquistas, por outro lado, achavam que procedendo desta maneira se conseguiria mais facilmente a colaboração do Governo Central, e como eles agora tinham representantes no Governo Catalão, talvez pudessem usar os recursos fornecidos por Madri para seus fins. Outra motivação importante para que os anarquistas entrassem no governo era que eles acreditavam que sua intervenção poderia frear os ataques que se fazia às coletivizações. Muitos anarquistas justificaram a intervenção no aparelho de Estado dizendo que a este cabia apenas a direção da guerra, ficando os assuntos econômicos e sociais a cargo das organizações proletárias. Assim, no fundo, os anarquistas partidários da intervenção no Estado desejavam uma situação em que a revolução fosse "congelada", esperando até que os militares insurretos fossem derrotados, o que equivale a dizer que eles priorizavam a guerra em detrimento da revolução.

O governo que se formou na Catalunha foi o seguinte:

Presidência do Conselho e Fazenda: José Tarradellas, Esquerra

Cultura: Ventura Gassol, Esquerra

Segurança Interior – Gobernación –: Artemio Ayguadé, Esquerra

Economia: Juan Fábregas, CNT

Abastecimento: Juan Domenech, CNT

Saúde e Assistência Social: Antonio Garcia Birlán, CNT

Serviços Públicos: Juan Comorera, PSUC

Trabalho e Obras públicas: Miguel Valdés, PSUC

Agricultura: José Calvet, Rabassaires-Esquerra

Justiça e Direito: Andreu Nin, POUM

Defesa: Díaz Sandino, técnico

Sem pasta: Rafael Closas, Ação Catalã

O novo Governo Catalão lançou a seguinte declaração política:

> (...) El programa inmediato del Consejo es el siguiente: a) Concentración del máximo esfuerzo en la guerra, no ahorrando ningún medio que pueda contribuir a su fin rápido y victorioso. Mando único, coordinación de todas las unidades combatientes, creación de las milicias obligatorias y refuerzo de la disciplina. b) Reconstrucción económica del país, a cuyo fin se llevará inmediatamente a la práctica el programa del Consejo de Economía creado por decreto del 11 de agosto pasado (…) (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 207).

Nesta declaração se concedeu ao Governo Catalão o direito de organizar a guerra. Desde o início do conflito militar se sentiu a necessidade de se coordenar as diversas milícias. Uma das funções do Comitê de Milícias era exatamente esta. No entanto, quando o Comitê de Milícias foi dissolvido, parecia lógico que ao Governo Catalão deveria recair a tarefa de exercer o comando único[55], sendo isso um grande passo para a constituição de um Exército regular. Outro passo importante nesse sentido foi a criação das milícias obrigatórias, ou seja, elas deixavam de ter um caráter voluntário, sendo isso o germe de uma futura militarização. Esta declaração também reconheceu ao governo o direito de reconstrução da economia, o que seria feito através do Conselho de Economia.

Em 9 de outubro veio o maior golpe contra os comitês políticos. Um decreto dissolveu os comitês locais, e a resistência a ele seria considerado um crime gravíssimo, sendo passível de julgamento ante um "tribunal revolucionário". Os antigos poderes municipais, que haviam desaparecido com o surgimento dos comitês políticos, foram restaurados, mas com novas composições. A justificativa

---

[55] Um número do *Tierra y Libertad* disse: "(...) el gobierno central, su ministerio de guerra, debe, forzosamente, coordinar las acciones, combinar las operaciones de envergadura, ejercer el control, sin dejar de reconocer la independencia de los mandos establecidos en regiones como las de Cataluña y Aragón" (TIERRA Y LIBERTAD, fev. 1937, p. 8). Esta posição foi justificada se dizendo que o Estado deveria ser transitório, ou seja, ele deveria existir apenas enquanto durasse a guerra. Isso, no entanto, era apresentado pelos jornais anarquistas como uma tese diferente da tese marxista da desaparição do Estado: "El Estado es una realidad transitoria. Esta afirmación no tiene nada que ver con la afirmación de Marx y Engels, ni con la tesis que Lenin sostuvo en su discusión polémica con Kautsky. Es una realidad transitoria por razones de guerra. Nada más. (…) El Estado ha permanecido en pie, porque no están solos los anarquistas en España, porque la unión de todas las fuerzas era cuestión previa para no ser derrotados, porque mediaron una serie de circunstancias que en su oportunidad se conocerán. Y al Estado han ido los anarquistas, como han ido a los frentes, como han aceptado la estructuración militar, como han decidido luchar hasta morir o vencer, por todos los medios, contra el fascismo. Su misión en el aparato gubernamental terminará con el fin de la guerra. (…) Para nosotros, el Estado debe dar paso a una organización política que responda a la nueva economía socialista y – sobre todo – que tenga presente a todas las fuerzas antiestatales que están dispuestas a hacer respetar la voluntad del pueblo." (TIERRA Y LIBERTAD, fev. 1937, p. 5).

para esta posição foi de que era preciso existir organizações que tivessem representação de todas as organizações políticas e sindicais, afim de se manter o equilíbrio na retaguarda. Cabe salientar, no entanto, que por mais que os anarquistas predominassem nos diversos comitês, e em muitos casos eles serem formados exclusivamente por anarquistas, estes tinham representantes de todas as organizações antifascistas, e de certo modo refletiam a composição política de sua localidade. Como não haveria tempo e nem condições para se realizar eleições, o decreto da Generalidad garantiria o equilíbrio entre as diversas forças. Isso significava que a composição dos novos poderes municipais não seria legitimada pelo voto das bases das organizações, e sim por um acordo entre os representantes das organizações que faziam parte do Governo Catalão, sendo um grande golpe na democracia de base. A implementação desta resolução acabou atrasando, pois muitos comitês se negaram a se dissolver e seguiram com suas atividades normalmente. Também era difícil dissolvê-los a força, pois eles estavam respaldados por sua base, não ocorrendo o mesmo com os restaurados poderes municipais, que não necessariamente eram um reflexo da composição política de sua localidade. Em muitas localidades os comitês seguiram existindo por alguns meses junto com os novos poderes municipais, até que estes acabaram se impondo. Cabe salientar que tal medida foi pelo menos tolerada pelos representantes anarquistas no governo, e ela acabou por beneficiar comunistas e republicanos, que tiveram sua representatividade inflada, já que eram pouco numerosos na Catalunha e tinham escassas representações nos comitês. Mais tarde, no ano seguinte, a Generalidad mudou a composição dos poderes municipais. Os que agiram contra os comitês desde o início, o PSUC e a Esquerra, tiveram sua representação aumentada face à exclusão do POUM, ficando eles com maioria representativa. No dia 22 de outubro o antigo Conselho Municipal de Barcelona foi restaurado, e havia a participação de nove membros anarquistas. Em Alicante este número era sete.

Em 3 de outubro o Conselho de Economia criou uma comissão para elaborar um decreto sobre as coletivizações. Este acabou saindo[56] em 24 de outubro de 1936 e seu resultado foi fruto de negociações entre todas as organizações representadas no Conselho de Economia, e de certa forma refletia a correlação de forças daquele momento. Segundo Bernecker (1982), o PSUC e a UGT queriam coletivizar apenas

[56] Ver decreto na íntegra na p. 146.

as grandes empresas, com mais de 250 trabalhadores, enquanto o POUM e os anarquistas queriam coletivizar as que tivessem mais de 50 trabalhadores. Em seu segundo artigo o Decreto estabeleceu esse número em 100. De acordo com o segundo artigo ainda, as empresas com menos de 100 trabalhadores poderiam ser coletivizadas se houvesse um acordo entre estes e o(s) patrão(ões), se seus donos fossem declarados facciosos por um tribunal popular ou abandonassem a empresa. As empresas com mais de 150 e menos de 1.000 empregados poderiam ser coletivizadas se 2/3 de seus empregados assim decidissem. O Conselho de Economia também poderia "coletivizar" uma empresa se isso fosse conveniente, o que abria a possibilidade de se estatizar qualquer empresa. O 10º artigo regulava os conselhos de empresa, dizendo que eles deveriam ser escolhidos em assembleia e que seu número deveria ficar entre 5 e 15 membros. O 11º artigo dizia que os conselhos de empresa deveriam ser responsáveis ante seus trabalhadores e ante seu respectivo Conselho Geral de Indústria – mas estes somente começaram a funcionar após maio de 1937. O 12º artigo estabelecia que os conselhos de empresa deveriam se adaptar ao plano geral de seu respectivo Conselho Geral de Indústria, que regularia as condições gerais de venda, a obtenção de matérias-primas, etc. O artigo 14 dizia que o conselho de empresa deveria nomear um diretor, e que nas empresas com mais de 500 operários, com um capital superior a um milhão de pesetas ou que se relacionasse com a defesa nacional, a nomeação do diretor tinha de ser aprovada pelo Conselho de Economia. O artigo 15 introduziu um interventor da Generalidad no conselho de empresa, e este deveria ser nomeado pelo Conselho de Economia. O 20º artigo dizia que os conselhos de empresa poderiam ser destituídos total ou parcialmente pela assembleia dos trabalhadores ou pelo Conselho Geral de sua respectiva indústria. No caso de o Conselho Geral de indústria destituir o conselho de empresa, se a assembleia geral dos trabalhadores quisesse, poderia recorrer ao Conselheiro de Economia, que teria a palavra final.

Todas essas medidas eram uma clara ingerência da Generalidad no interior das empresas, com vistas a controlá-las. Dessa maneira, o Decreto de Coletivização tinha um duplo aspecto. Por um lado ele legalizava as coletivizações já constituídas, protegendo-as das tentativas de ataque por parte de seus adversários – era o que queria os anarquistas no governo. Por outro lado a Generalidad teria seu representante no seio do Conselho de Empresa, além de estabelecer as diretrizes

gerais pelas quais estes comitês de empresa teriam que se orientar – como queriam os comunistas e republicanos, apesar de que esse era apenas o início de seus planos. Além disso, a simples existência de um Decreto de Coletivização trouxe consigo o fortalecimento da Generalidad, pois ela passou a legislar sobre as coletivizações, o que possibilitou a chance de, no futuro, quando a correlação de forças se alterasse, se operar uma modificação no Decreto a fim de aumentar o controle sobre as empresas. Somado a isso está o fato de o Decreto pôr um fim na espontaneidade das coletivizações, pois agora, para se proceder às coletivizações, era preciso atender aos requisitos da lei, sob pena de ser declarada ilegal. Também passou a se ter o problema das coletivizações que não se adequavam ao Decreto, ou seja, às coletivizações que não aceitavam a ingerência, que poderiam ser declaradas ilegais e serem desfeitas. Cabe salientar, no entanto, que tal Decreto foi fruto de todas as organizações que estavam representadas no governo, incluindo os anarquistas, o que até facilitou sua implementação, pois os comitês, em sua maioria formados por anarquistas, tinham seus representantes no governo. Apesar de tudo isso, deve-se ter em mente que o Decreto de Coletivização não foi aplicado de forma total e uniforme em todos os lugares. Em muitas localidades a Generalidad não tinha força suficiente para fazer cumprir suas determinações, o que possibilitava a existência de empresas coletivizadas que não estavam de acordo com o Decreto, e pelo mesmo motivo acabavam sendo toleradas pelo Governo Catalão. Também existiam casos de aplicação parcial das disposições do Decreto, o que ocorria pelos mesmos motivos descritos.

O Decreto de Coletivização ainda regulamentou os comitês de controle, estabelecendo como suas funções:

> a) El control de las condiciones de trabajo, o sea el cumplimiento estricto de las condiciones vigentes en cuanto a sueldos, horarios, seguros sociales, higiene y seguridad, etc., así como también de la estricta disciplina en el trabajo. Todas las advertencias y notificaciones que tenga que hacer el gerente de la empresa al personal serán dirigidas por medio del comité. – b) El control administrativo en el sentido de fiscalizar los ingresos y pagos, tanto en efectivo como por conducto de Bancos, procurando que respondan a las necesidades del negocio, interviniendo a la vez todas las demás operaciones de carácter comercial. – c) Control de la producción, consistiendo en la estrecha colaboración con el patrono a fin de perfeccionar el proceso de la producción. Los Comités obreros de control procurarán mantener las mejores relaciones posibles con los elementos técnicos, a fin de asegurar la buena marcha del trabajo (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 343).

Os patrões também passaram a ser obrigados, segundo o artigo 23, a apresentar ao comitê de controle todos os balancetes anuais, que por sua vez deveriam repassar as informações ao Conselho Geral da Indústria respectiva.

Outra importante legislação criada pelo Decreto de Coletivização se referia aos Conselhos Gerais de Indústria. O artigo 24 regulava sua formação: este seria formado por 4 representante dos conselhos de empresa, 8 das centrais sindicais, de forma proporcional aos afiliados em cada uma delas – o que nunca ocorreu na prática, ficando sempre 4 representantes da CNT e 4 da UGT –, além de 4 técnicos nomeados pelo Conselho de Economia. O presidente seria o representante do Conselho de Economia da Catalunha. O artigo 25 explanava suas atribuições:

> Los Consejos generales de la Industria formularán los planes de trabajo de la industria respectiva en carácter general, orientando a los Consejos de empresa en sus funciones, y, además, cuidarán de regular la producción total de la industria, unificar los precios de coste en aquello que sea posible, a fin de evitar la competencia, estudiar las necesidades generales de la industria, estudiar las necesidades de consumo de sus productos, examinar las posibilidades de los mercados peninsulares y extranjeros, observar, asimismo, la marcha global de la industria y fijar en cada caso los límites y el ritmo de la producción para cada clase de artículo; proponer la supresión de fábricas o su aumento, según las necesidades de la industria y del consumo o bien la fusión de determinadas fábricas; proponer la reforma de determinados métodos de trabajo, de crédito y de circulación de productos, sugerir modificaciones en los aranceles y en los tratados comerciales; organizar centrales de venta y adquisición de utillaje y de materias primas; gestionar determinados asuntos con las industrias de otros lugares de la península o del extranjero; gestionar facilidades bancarias y crediticias; organizar mancomunadamente laboratorios de ensayos técnicos; formular estadísticas de producción y de consumo; tender a la substitución de las materias de procedencia extranjera por otras nacionales. Además, los Consejos generales de Industria podrán estudiar y adoptar las medidas que crean necesarias y de interés para el mejor desenvolvimiento de la labor que les está confiada (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 344).

Além disso, o artigo 27 do Decreto dizia que os Conselhos Gerais de Indústria deveriam estar em constante contato com o Conselho de Economia da Catalunha, que lhes forneceria as normas a que se deveria se ajustar em todos os momentos. Um artigo de extrema importância para as empresas coletivizadas é o artigo 26, que dizia:

> Los acuerdos que adopten los Consejos generales de Industria serán ejecutivos, tendrán fuerza de obligar y ningún Consejo de empresa ni empresa privada podrán desatender su cumplimiento, bajo ningún pretexto que no sea plenamente justificado. Solamente podrá recurrir contra ellos ante el Consejero de Economía, la decisión del cual, previo informe del Consejo de Economía, será inapelable (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 344).

Dessa maneira, o artigo 26 era mais um passo no sentido de se acabar com a autonomia dos comitês de empresa, pois os Conselhos Gerais de Indústria eram

qualificados como órgãos executivos, o que quer dizer que as determinações por eles emanadas tinham caráter obrigatório para as empresas. Somente para relembrar, os Comitês de Empresa tinham apenas 4 membros nos Conselhos Gerais de Indústria, sendo os outros representantes dos sindicatos – 8 membros – e de técnicos – 4 membros – nomeados pelo Conselho de Economia. Os Conselhos Gerais de Indústrias seriam intermediários entre o Conselho de Economia e as empresas coletivizadas e privadas. Cabe lembrar que as diretrizes sob as quais os Conselhos de Indústria se movimentariam seriam emanados pelo Conselho de Economia. Dessa maneira, podemos dizer que se dava um primeiro passo importante rumo a um capitalismo de Estado.

O artigo 32 do Decreto ainda obrigou as empresas coletivizadas a fazerem um inventário com o balanço da situação da empresa, e que seria revisado por uma comissão constituída por seis membros técnicos e contábeis designados pelo Conselho de Economia, que informaria e submeteria o documento à aprovação do Conselho.

Enquanto isso, poucos dias antes, em 16 de outubro de 1936, o Governo de Madri, presidido por Largo Caballero, havia decretado a unificação e integração de todas as milícias no Exército regular, dando início à criação do novo Exército Popular, o Exército republicano. Os comitês de soldados foram substituídos por comissários políticos. No entanto, tal medida demorou a ser implementada e gerou muita resistência, principalmente entre as milícias anarquistas. Muitos milicianos começaram a abandonar as frentes de batalha ou voltavam até a retaguarda para se enfrentar com o que denominavam de contrarrevolução. Esse era o caso da Coluna de Ferro, que várias vezes foi até Valência para fazer frente aos que eles consideravam elementos hostis à revolução. No entanto, a causa já estava perdida. Caso as milícias não aceitassem a militarização elas teriam o acesso às armas negado, além de perderem os pagamentos dos milicianos e o fornecimento de alimento. Assim, a militarização se tornou inevitável. Muitas milícias aceitaram a militarização adaptando-a a seus propósitos. Tentava-se obter os benefícios da militarização – principalmente o fornecimento de armas, víveres e o pagamento do soldo – sem perder o que se tinha de democracia de base, como as discussões sobre as estratégias, a eleição dos comandantes, a igualdade de distribuição de víveres, etc. Tais medidas tiveram um sucesso parcial, mas conforme a guerra

caminhava, o avanço da militarização era cada vez mais visível, até que se chegou a um Exército convencional. Cabe ressaltar também que a resistência à militarização se deu através das milícias que se debatiam no front, mas ela foi aceita pelos representantes anarquistas e pelos comitês superiores das organizações anarquistas, que tudo faziam para manter a unidade na retaguarda.

Em 4 de novembro de 1936 foi anunciado um novo governo em Madri, que incluía a participação de quatro ministros anarquistas. Essa incorporação estava de acordo com os novos postulados dos anarquistas espanhóis, que queriam intervir no Estado para poder influenciar na direção da guerra. O governo formado era o seguinte:

Presidência e Guerra: Francisco Largo Caballero, PSOE
Estado: Julio Alvarez del Vayo, PSOE
Marinha e Ar: Indalecio Prieto, PSOE
Fazenda: Juan Negrín, PSOE
Instrução Pública: Jesús Hernández, PCE
Justiça: Juan García Oliver, anarquista
Agricultura: Vicente Uribe, PCE
Segurança Interior: Angel Galarza, PSOE
Trabalho: Anastasio de Gracia, PSOE
Obras Públicas: Juan Just
Comunicações: Bernardo Giner de los Ríos
Indústria: Juan Peiró, anarquista
Comércio: Juan López Sánchez, anarquista
Saúde: Federica Montseny Mañe, anarquista
Propaganda: Carlos Esplá, Esquerda Republicana
Ministros Sem Pasta: José Giral, Esquerda Republicana; Manuel Irujo, Partido Nacionalista Basco; e Jaime Ayguadé, Esquerra Republicana da Catalunha

Enquanto isso, as organizações políticas e partidárias continuavam buscando um entendimento para o bom andar da guerra, que estava em um momento crucial. Em novembro de 1936 os nacionalistas se encontravam às portas de Madri, e poucos acreditavam que a capital resistiria à sua investida. O Governo Republicano se retirou para Valência em 6 de novembro, e se criou a Junta de Defesa de Madrid sob o comando do General Miaja. Isso é importante para se ter em conta também os efeitos que a guerra produzia sobre todas as organizações e sobre a autogestão, o

que muitas vezes é esquecido pelos historiadores. O inverso também é corrente, quando se credita as derrotas sofridas pelos movimentos autogestionários apenas ao andamento da guerra, ignorando as contendas internas do campo republicano e do próprio movimento autogestionário. À medida que vinham as derrotas militares – e estas estiveram presentes desde o início, pois o bando republicano praticamente viveu de recuos durante todo o conflito –, parecia inevitável que a unidade antifascista deveria ser mantida a qualquer preço, sob pena de ocorrer um desastre militar. Assim, muitos membros dos comitês aceitavam as medidas centralizadoras[57] – as consignas de comando único sob a égide estatal, a centralização econômica e política, etc. –, apesar de conceberem-nas como temporárias, até que a situação de guerra terminasse. O *Boletín de Información de la CNT-FAI* disse:

> La guerra civil española ha entrado en una fase decisiva. El fascismo internacional no está dispuesto a que, lo que consideró fácil presa, se le escape de las manos. (…) Si queremos triunfar, si aspiramos a que la victoria sea nuestra, hemos de estrechar aún más los lazos de unión entre todos los proletarios; (...) Somos partidarios de la socialización inmediata de la industria y de las grandes propiedades agrícolas (…). Por otra parte, la situación grave (…) nos hace comprender que ha pasado ya la época de organizar columnas de partido o de Sindicatos, cosa propia de la primera etapa de la Revolución, cuando nuestros enemigos eran los requetés, falangistas y tradicionalistas. Hoy, frente al nuevo enemigo, que forma un conjunto aguerrido, disciplinado, preparado militarmente y con mando único, no sería lógico oponerle las primitivas milicias. Hemos de superar nuestra primitiva organización militar, y esto lo conseguiremos movilizando a toda la juventud, creando el ejército popular, estableciendo el servicio militar obligatorio e incorporando inmediatamente a los cuarteles a todos los jóvenes (BOLETÍN DE INFORMACIÓN DE LA CNT-FAI, 27 jan. 1937, p. 2).

Somado a isso existia o problema do fornecimento de armas. Os maiores fornecedores de armamentos para o bando republicano eram os russos, mas estes também controlavam sua distribuição dentro da Espanha, favorecendo seus aliados em detrimento de potenciais inimigos. Isso fez com que as milícias sempre estivessem em uma situação de penúria de armas, o que era usado politicamente pelos comunistas. Estes se perguntavam, por exemplo, porque não se avançava em Aragão, onde as tropas majoritariamente eram formadas por anarquistas e pelo POUM. No entanto, estas tropas mal tinham armas para se defenderem, quanto mais para lançarem ataques de grandes proporções. Muitas vezes se dava a impressão de que estes sabotavam a guerra, pois as tropas comunistas avançavam mais do que estas (PEIRATS, 1988). No entanto, a distribuição de armas sempre desfavorecia esta região, o que impossibilitava qualquer avanço. Assim, romper com

[57] Ver cartazes p. 156.

os comunistas ou com os russos podia significar o fim do fornecimento de materiais bélicos, o que fatalmente desembocaria em uma derrota militar. Isso contribuía muito para que se pensasse duas vezes antes de se romper com os comunistas ou com os soviéticos.

Para manter a unidade entre o bloco antifascista, os Comitês da CNT e da UGT tentavam um acordo entre as duas organizações[58]. A busca por uma unidade entre as duas centrais sindicais não era uma novidade. Há muito se negociava para uma fusão entre os sindicatos, mas questões relacionadas à finalidade e estratégia revolucionária, além de interesses políticos e rancores proporcionados por greves e outras lutas sempre impediu a união. No entanto houve alguns acordos, como no caso das Astúrias em 1934, mas isso não apagou as desavenças. A Guerra Civil mudou tudo, e já em 5 de agosto, na Catalunha, chegou-se a um Comitê de Enlace entre a UGT, CNT, FAI e PSUC. No texto do pacto se dizia que

> Este comité tendrá la misión de buscar puntos de coincidencia que existan entre esos organismos, sometiéndolos a la discusión y aprobación de ellos, para lanzar después las orientaciones y consignas públicas (In: PEIRATS, 1988, v.1, p. 193).

Além deste, se fez um pacto também com as mesmas organizações em outubro, e em novembro os comitês nacionais da CNT e da UGT fizeram outro pacto, que foi qualificado por Caballero como “um pacto de não agressão”. No entanto, tais pactos eram acertos entre as cúpulas das organizações, e muitas vezes se contrastavam com a realidade vivida por seus militantes de base, cujas disputas chegavam inclusive a embates violentos e assassinatos. Isso é demonstrado pelos chamamentos que a imprensa fazia pedindo calma a seus militantes e para que se acabasse com as disputas entre os sindicatos.

3.3- A Derrota de Maio e o Avanço da Centralização

Nos primeiros meses de 1937 a situação na retaguarda ia ficando cada vez mais tensa. Um clima de guerra fria tomou conta das diversas organizações. Assim, em 25 de fevereiro de 1937 o *Boletín de Información de la CNT-FAI* acusa:

> Se sabotea miserablemente nuestra guerra y revolución de manera escandalosa; en el frente de Aragón hay todo un ejército inactivo, inutilizado

[58] Ver cartazes sobre a unidade antifascista e unidade sindical na p. 157.

> porque se le niegan sistematicamente los elementos bélicos indispensables (…) (BOLETÍN DE INFORMACIÓN DE LA CNT-FAI, 25 fev. 1937, p. 6).

Em 4 de março um decreto extinguiu as Patrulhas de Controle, que havia sobrevivido à dissolução do Comitê de Milícias, integrando-as em um novo corpo único de segurança. Também se proibiu que os guardas aderissem a partidos e organizações, sendo isso um passo para a formação de uma guarda despolitizada a serviço do Estado. Pouco antes, no Primeiro Congresso de Trabalhadores da Terra, realizado pela UGT da Catalunha em 23 de janeiro de 1937, havia uma faixa escrito "menos ensaios coletivistas e mais produtos". Isso porque a UGT catalã, que era quase nula até o início da Guerra Civil, havia sofrido um grande incremento em seu número, em sua grande maioria proveniente de setores proprietários que estavam descontentes com as coletivizações. Destes, muitos se identificavam com as posições políticas do PSUC, o que fez com que a representatividade deste partido aumentasse no interior do sindicato, em detrimento de elementos ligados à ala caballerista dos socialistas e do POUM. Este último criticava muito as políticas stalinistas do PSUC, acusando-os de praticar uma política contrarrevolucionária.

Por estas horas se iniciou na prática o plano de desarmamento da retaguarda. Qualquer um que estivesse armado seria detido e sumariado. Isso dividiu a militância anarquista. Por um lado, era evidente que as armas faziam falta no front, mas por outro lado isso seria mais uma ofensiva contra os comitês e a autogestão, como já foi assinalado anteriormente. O *Boletín de Información de la CNT-FAI* escreveu:

> No es preciso repetir lo que se ha dicho en todos los tonos, referente a los frentes. La guerra exige armas y municiones. No se puede seguir permitiendo que existan armas sin rendir el fruto que exigen las circunstancias y el momento por que atravesamos. Las armas son la expresión de la fuerza y éstas puestas al servicio de la inteligencia, son invencibles. Pedimos, pues, a esa abnegación e inteligencia de la militancia revolucionaria, disponga y predisponga el envio rápido e inmediato a los frentes de combate, de todos aquellos elementos que aun pupulan por la retaguardia armados, tal vez mejor, que el más valiente de los milicianos que se juega la vida en la avanzadilla, en espera de dar el último toque de muerte al ogro (BOLETÍN DE INFORMACIÓN DE LA CNT-FAI, 15 fev. 1937, p. 1).

Apesar da posição do jornal e dos dirigentes anarquistas, que propugnavam pela entrega das armas, estava ocorrendo uma polarização na retaguarda. A base anarquista, devido à rápida recomposição do Estado, que se dava em detrimento dos processos autogestionários, pedia que seus representantes na Generalidad tentassem barrar os últimos decretos. Isso irritava os comunistas e republicanos no

governo. O POUM apoiava os anarquistas e também denunciava as políticas dos comunistas espanhóis. Incidentes entre membros das diversas organizações e das forças públicas ocorriam em várias partes. Um destes ocorreu em 23 de janeiro em uma pequena cidade chamada La Fatarella. Nesta cidade, que contava com 600 habitantes na época, com maioria anticoletivista, a população pegou em armas contra um grupo que havia penetrado na cidade para fazer agitações. Logo se espalhou a notícia de que a “Quinta Coluna” havia se levantado. Foram enviadas tropas para combatê-la, somando algumas dezenas de mortos. Descoberta a verdade dos fatos, esta gerou uma onda de acusações entre comunistas e anarquistas, o que acabou levando a uma crise no governo da Generalidad. Esta foi resolvida apenas em 26 de abril, com a formação de um novo governo, que tinha a presença de três ministros da CNT e quatro da UGT.

Outro incidente importante acirrou ainda mais os ânimos. No dia 25 de abril um militante do PSUC chamado Roldán Cortada foi assassinado. Dois dias depois três anarquistas foram mortos em Puigcerdá. O PSUC acusou os “incontrolados da FAI”, e vários membros da CNT foram presos, entre eles o conselheiro municipal de Hospitalet de Llobregat. Na verdade, segundo Peirats (1988), o que houve foi uma tentativa de ocupar militarmente a região, feita após o decreto de 4 de março, que dissolveu as Patrulhas de Controle, e isso causou as mortes. Os dois lados enviaram reforços e a situação ficou tensa. Com a intervenção do Comitê Regional da Catalunha da CNT se chegou a uma mediação, e a cidade foi ocupada pelas forças públicas.

Após estes e outros incidentes e com um clima hostil, chegou o 1º de maio, o primeiro após o início da Revolução. Ironicamente a data foi considerada dia de trabalho, e as operações e detenções aos que portavam armas continuavam, fazendo com que os ânimos estivessem mais exaltados ainda. Um sintoma do clima que pairava foi a negativa dos comunistas em celebrar a data conjuntamente com outras forças. Qualquer incidente, grande ou pequeno, possivelmente desencadearia uma luta nas ruas, o que poderia gerar uma guerra civil dentro da guerra civil. E o incidente logo veio.

O estopim ocorreu dia 2 de maio de 1937 por volta das 15:00. Nesta hora, sob o comando de Rodríguez Salas, Comissário Geral de Ordem Pública da Catalunha, e com ordens de Artemio Ayguadé, Conselheiro de Segurança Interior, a força pública

tentou ocupar o edifício da Telefônica em Barcelona, que estava sob o controle de um comitê CNT-UGT, onde a CNT predominava mas que estava de acordo com o Decreto de Coletivizações. Segundo Vernon Richards (1977), a ordem foi dada sem o consentimento do governo, ou pelo menos sem que os ministros anarquistas fossem consultados. Os trabalhadores que estavam no primeiro andar foram pegos de surpresa, mas os que estavam nos andares acima resistiram, iniciando os combates. Imediatamente a notícia de que havia começado uma luta se espalhou, e barricadas foram erguidas por toda cidade. Foi declarada também uma greve geral. A divisão dos combatentes era a seguinte: de um lado estavam a CNT, a FAI, o POUM e as Patrulhas de Controle, que controlavam os subúrbios e a maior parte dos distritos do centro; do outro lado estavam as forças públicas – Guardas de Assalto, Guarda Nacional Republicana, etc. –, os nacionalistas catalães – Estat Català – e o PSUC, que ocupavam principalmente prédios públicos, lugares estratégicos e as sedes dos partidos. A justificativa para a investida contra a telefônica era que ela estava fora do Decreto de Coletivização, sendo portanto ilegal, mas na realidade ela se deu porque os trabalhadores da Telefônica escutavam as conversas do governo e de seus adversários políticos – e de qualquer outra pessoa que eles queriam, já que nessa época as conversas necessariamente eram feitas com fio –, o que os possibilitava tomar medidas para se adiantar em relação a estes. Os Comitês de Defesa da CNT foram os que dirigiram a resistência. Segundo Richards (1977), os tiroteios só começaram no dia seguinte, quando o Palácio da Justiça foi também ocupado pelas forças de ordem pública, demonstrando que tudo se tratava de uma ofensiva planejada para tomar posições dos trabalhadores e lugares estratégicos.

Começada a luta, imediatamente se iniciaram também as negociações para um cessar-fogo. Os trabalhadores que lutavam nas ruas exigiam a retirada das tropas e a imediata demissão dos responsáveis por iniciar o incidente. Companys se negou e a luta prosseguiu. Os comitês da CNT e os anarquistas que estavam no governo, como García Oliver, faziam reiterados pedidos pelo “cessar-fogo”, conclamando a todos a “unidade antifascista”, o que provocou certa confusão entre os combatentes. Segundo Peirats (1988), corriam boatos de que os anarquistas no governo e o secretariado do Comitê Nacional da CNT, que haviam ido à Generalidad para tentar negociar, haviam sido feitos reféns, o que explicaria suas consignas demasiado

conciliadoras. As negociações fracassaram até o dia 4 de maio, pois Companys colocava como condição prévia a retirada dos combatentes das ruas. Isso foi ao mesmo tempo um blefe e uma atitude de coragem por parte do Presidente da Generalidad e de seus aliados, pois os trabalhadores que resistiam eram muito mais numerosos do que as forças públicas. Estava-se diante de um momento crucial para os comitês de empresa e para a autogestão de uma forma mais ampla.

No dia 5 a luta continuou. Neste dia foi assassinado o anarquista italiano Camilo Berneri, que era um crítico da política colaboracionista dos anarquistas. Ele editava em Barcelona um jornal em língua italiana cujo nome era Guerra di Classe. Seu assassinato provavelmente foi obra da NKVD[59]. Neste dia também se teve a notícia de que a Ordem Pública foi assumida pelo Governo Central, o que era uma violação da autonomia catalã[60]. Tropas deveriam ser enviadas à Barcelona para acabar com os combates e restabelecer a Ordem Pública. No entanto, na última hora, a anarquista Federica Montseny[61], Ministra da Saúde e Assistência Social em Madri, propôs sua intervenção pessoal. As tropas somente deveriam ser enviadas com seu consentimento, o que queria dizer que, em última instância, ela decidiria se os trabalhadores catalães seriam reprimidos pela força. Montseny viajou para Barcelona sem escolta – ela se negou a isso –, mas em seu trajeto foi interceptada e escapou por pouco de ser fuzilada. Havia notícias de que a esquadra britânica se dirigia à Barcelona, o que tornava a situação ainda mais tensa.

---

[59] A NKVD, Comissariado do Povo para Assuntos Internos, era uma instituição soviética que tinha diversas atribuições. Uma delas se relacionava à "segurança interior", fazendo trabalhos de espionagem e repressão contra inimigos – reais ou potenciais – internos. Durante a Guerra Civil ela atuou na Espanha eliminando dissidentes da política propugnada pelos comunistas. Mais à frente voltaremos a falar da NKVD.

[60] As relações entre o Governo Central e o Governo Catalão sempre foram problemáticas, pois não se sabia até que ponto estes lutavam pela autonomia ou se queriam chegar até a independência. O próprio Santillán (1977) disse que se chegou a analisar uma possível declaração de independência da Catalunha, mas que se desistiu da ideia. Desde a aprovação do Estatuto de Autonomia da Catalunha, em setembro de 1932, a Catalunha passou a ter um Presidente, um Parlamento e um Conselho Executivo próprio. Também tinha autonomia em questões como a Justiça e a Ordem Pública. Em 1934 o Estatuto foi suspenso após Companys tentar se insurgir contra o Governo Central, mas o Estatuto retornou em 1936. Assim, quando o Governo Central se apoderou da Ordem Pública na Catalunha, ele estava violando o Estatuto de Autonomia. Cabe salientar que os anarquistas aceitaram tal fato, mas acrescentando que "(…) sólo lo acepta (...) como cuestión transitoria que debe cesar cuanto antes, para recobrar la plena autonomía que siempre fué cara al proletariado catalán y que condiciona la solidaridad demostrada en forma indiscutible a toda la España libre del fascismo." (TIERRA Y LIBERTAD, 15 mai. 1937, p. 2).

[61] Federica Montseny Mañé (1905-1994) foi uma influente militante anarquista espanhola, filha de dois importantes militantes anarquistas: Soledad Gustavo e Federico Urales. Montseny foi uma das entusiastas da política colaboracionista dos anarquistas, assumindo o Ministério da Saúde e Assistência Social – foi a primeira mulher a assumir um cargo ministerial na Europa Ocidental.

No dia 6 o General Pozas foi nomeado pelo governo central como o chefe da 4ª Divisão Orgânica, da Catalunha. Esta divisão passou a depender do Governo Central, e não mais da Generalidad. Enquanto isso os comitês da CNT e da FAI, além dos ministros anarquistas, continuavam fazendo propostas de paz e pedindo que os trabalhadores deixassem as ruas e voltassem ao trabalho. Assim, sem o apoio dos ministros anarquistas e dos comitês da CNT e da FAI, cada vez mais isolados e cansados, os trabalhadores da Telefônica cederam e aceitaram se retirar do prédio, enquanto as autoridades prometeram retirar as forças públicas. No entanto, quando os trabalhadores deixaram o prédio, as tropas o invadiram, e membros da UGT foram trazidos para ocupar o lugar dos que saíram. Não houve reação a esta violação do acordo. As lutas de rua continuaram, até que no dia 7 elas cessaram. Os trabalhadores haviam sido derrotados, não pelas armas e sim politicamente. O saldo de mortos e feridos em combate varia de acordo com as fontes, mas Hugh Thomas (1964) diz que as estimativas oficiais estavam na casa dos 400 mortos e 1.000 feridos. A CNT lançou neste mesmo dia o seguinte manifesto:

> Terminado el trágico incidente que ha llenado de luto a Barcelona, y para que todo el mundo sepa a qué atenerse, el Comité regional de la CNT y la Federación local de Sindicatos Unicos manifiestan su voluntad unánime de colaborar con la mayor eficacia y lealtad al establecimiento del orden público en Cataluña, cesando con la etapa de actuación partidista que llevó precisamente a la situación insostenible que desencadenó la tragedia.
>
> Nos complacemos, por tanto, en reiterar nuestro concurso al gobierno de la Generalidad y al nuevo delegado del Orden público mandado por el gobierno central, teniente coronel Torres, del que hemos podido comprobar la excelente disposición de ánimo con que viene a ejercer tan delicado cometido en Cataluña.
>
> Unidad y confianza, lealtad e igualdad de derechos y deberes para todos los sectores antifascistas en todos los aspectos. He aquí la consigna del momento que todos deben atender y secundar al unísono. El Comité regional de la CNT. La Federación local de Sindicatos Unicos (In: PEIRATS, 1988, v.2, p. 155).

Durante as “Jornadas de Maio”, uma parcela da base anarquista começou a manifestar seu descontentamento em relação aos Comitês das organizações libertárias e sua política de conciliação a qualquer preço. Esse foi o caso da agrupação “Os Amigos de Durruti”. Esta nasceu oficialmente em 17 de março de 1937, formada por anarquistas que estavam descontentes com os rumos que a revolução estava tomando e com os comitês superiores das organizações anarquistas. O grupo foi formado por Jaime Balius após o Decreto de Militarização das Milícias. Sua existência demonstrava que havia uma atmosfera de inquietação

entre as fileiras anarquistas, provocada pela política de colaboração e as sucessivas derrotas que os trabalhadores vinham sofrendo, notadamente a perda de elementos de democracia de base em prol de um processo centralizador que poderia desembocar em um capitalismo de Estado. Seu periódico se chamava “El Amigo del Pueblo”, tendo sido publicado o primeiro número em 19 de maio. Este seguiu sendo publicado pelo menos até 1 de fevereiro de 1938. O jornal fazia chamadas pela volta ao espírito de 19 de julho de 1936 e denunciando o estrangulamento da revolução, inclusive pelos comitês das organizações anarquistas. Logo que apareceu a agrupação foi alvo de críticas dos comitês das organizações anarquistas e também de alguns elementos de base. No *Solidaridad Obrera* lê-se:

> Dando cumplimiento al acuerdo recaído en el Pleno Regional de Locales y Comarcales celebrado en Barcelona el día 23 de los corrientes sobre el comportamiento de los componentes de la entidad denominada “Los Amigos de Durruti”, quienes en diferentes manifiestos hechos públicos (…) reitera gravísimas calumnias contra el Comité Regional de la C.N.T. y contra algunos militantes de ambas organizaciones (confederal y especifica), y habiendo finido en más del doble el plazo dado por el mencionado Pleno Regional de Locales y Comarcales para que presentasen las pruebas acusatorias pertinentes, (…) COMUNICAMOS a las dos organizaciones, confederal y anarquista, que deben proceder a la expulsión del seno de las mismas de todos los pertenecientes a la dicha entidad (…) (SOLIDARIDAD OBRERA, 28 mai. 1937, p. 1).

No decorrer das lutas de rua na Catalunha algumas colunas propuseram abandonar a frente e voltar à retaguarda para se enfrentarem com a contrarrevolução. A Coluna “Vermelha e Preta” e a 29ª Divisão do POUM se concentraram em Barbastro, próximo a frente aragonesa, onde anarquistas e poumistas predominavam, esperando por movimentos das tropas comunistas. Já a Coluna Durruti, segundo Thomas (1964), havia se reunido em Lérida com cerca de 500 homens. A esta possibilidade os dirigentes da CNT e da FAI ameaçaram com o fuzilamento dos que abandonassem as frentes. Terminado os combates, a autogestão, que já estava sofrendo diversos ataques, passou definitivamente para a defensiva. Agora, o governo, que cada vez mais se transformava em títere do PSUC – no caso da Catalunha – e do PCE – o Governo Central –, se achava forte o suficiente para iniciar uma caça aos “culpados” pelos acontecimentos de Barcelona e no restante da Catalunha. Os que foram eleitos culpados não é difícil de se imaginar: o POUM, qualificado pelos stalinistas de “trotskista”, e os “incontrolados” da CNT e da FAI. Os dirigentes anarquistas, guiados pelo compromisso e pela política de união antifascista a qualquer custo, se apressaram a dizer que nada

tinham a ver com a eclosão da violência. Ainda no dia 8 de maio o jornal *Tierra y Libertad* procurou compreender os acontecimentos e tirar lições. Segundo o periódico existia uma "campaña dirigida contra la C.N.T. y la F.A.I. y contra las conquistas revolucionarias del proletariado" (Tierra y Libertad, 8 mai. 1937, p. 1), e completou:

> Hemos coincidido con la U.G.T. en el cese de hostilidades y la vuelta al trabajo. En bien de la causa que defendemos contra el fascismo, deseamos con todo fervor que nada ni nadie ponga trabas a los propósitos de armonía y de unidad que han sido manifestados públicamente por las dos Sindicales proletarias (TIERRA Y LIBERTAD, 8 mai. 1937, p. 2).

Isso demonstra, mais uma vez, a preocupação em se manter a todo custo a unidade antifascista, mesmo que isso implicasse na perda das conquistas de 19 de julho. No entanto, no mesmo artigo, se faz uma advertência às outras organizações, dando a entender que os anarquistas não aceitariam que se fizessem mais ataques ao que consideravam conquistas dos trabalhadores:

> (...) advertimos, para que nadie se llame a engaño ni se interprete torcidamente nuestra posición, que ni la C.N.T. ni la F.A.I. tolerarán que se juegue con ellas. A la lealtad en la convivencia, responderán con la lealtad, que ha sido su norma en todo momento. A la provocación y a la maniobra, contestarán con la energía precisa, porque no hay, no puede haber tolerancia para quienes intenten persistir en su política obscura de asaltantes de posiciones en desmedro de las organizaciones sindicales (TIERRA Y LIBERTAD, 8 mai. 1937, p. 2).

Enquanto isso as imprensas comunista, anarquista e do POUM faziam acusações mútuas sobre as responsabilidades ante as "Jornadas de Maio". Os comunistas viram os combates como uma provocação consciente dos "incontrolados" e trotskistas com vistas a dividir as forças antifascistas e facilitar a vitória das forças nacionalistas[62], enquanto os anarquistas e o POUM acusavam os comunistas de estarem estrangulando a revolução e de servirem a interesses estrangeiros. O *Tierra y Libertad* de 15 de maio disse:

> (...) se está haciendo un juego desleal en torno a los hechos acaecidos. Lo está haciendo sobre todo los que dirigen las organizaciones del Partido Comunista (…). Se pretende que todo lo sucedido (…) no fué obra sino de algunos provocadores o "incontrolados", y a la vez que se piden represalias "definitivas" contra cierto sector marxista, incluso el exterminio, se insinúa, con demasiada claridad (…). ¿Se olvida acaso que la provocación inicial (…) partió de arriba (…), de los que manejaban la fuerza pública, quién sabe con qué intenciones? (…) ¿No fué un acto de simple acción defensiva el que hizo salir a los obreros a la calle? (TIERRA Y LIBERTAD, 15 mai. 1937, p. 1)

[62] Essa posição foi facilitada pelos próprios militares insurretos, que ao serem indagados se havia sido a Quinta Coluna que havia se levantado em Barcelona, responderam positivamente.

Outra consequência das Jornadas de Maio foi a formação de um novo governo na Catalunha. Este foi formado ainda durante as lutas, em substituição ao governo anterior, que havia se demitido no dia 5, mas tinha um caráter provisório. No novo governo cada ministro contava com várias pastas e tinha participação da CNT, da UGT e da Esquerra.

A partir das Jornadas de Maio o processo de centralização se acelerou. Qualquer coisa que lembrasse uma revolução deveria desaparecer. O Estado já se encontrava forte o suficiente para poder se impor e recuperar suas atribuições normais – apesar de que este processo somente se completou de forma total após a conquista da Espanha pelas tropas de Franco. Uma das formas encontradas neste momento para se atacar as coletivizações foi o lançamento da consigna favorável à municipalização dos serviços – como o comércio do Mercado Central de Borne, em Barcelona, a Central de Pescado, as propriedades urbanas e os transportes públicos –, que nada mais era do que a passagem destes às mãos do revigorado poder municipal republicano. Esta consigna conseguiu atrair inclusive muitos anarquistas. Isso porque, segundo alguns teóricos do anarquismo, como Isaac Puente (2003), o município deveria ser o órgão de gestão dos serviços públicos. No entanto, o que estes designavam como órgão da gestão dos serviços públicos era o Município Livre, e este certamente em nada se parecia com os revigorados poderes municipais, mas sim com os comitês políticos, que a essas alturas já tinham desaparecido na maioria das localidades. Entretanto, como a política de colaboração dos anarquistas fez com que estes assumissem cargos nos poderes municipais, muitos passaram a entender a municipalização como um meio eficaz de se organizar os serviços públicos. Assim, pode-se ler nos jornais anarquistas palavras como:

> La idea de municipalizar los organismos que del interés general dependen no guarda el menor antagonismo con las aspiraciones de los trabajadores. Antes bien es una idea que responde al programa de los máximos ideales del proletariado y va a favor de corriente de los pensamientos de nuestra organización. Conviene destacar este aspecto de la cuestión para que cuantos por ella se interesen aprendan que la municipalización, con garantía en los Municipios, es el alma y el credo de las normas de la C.N.T. (SOLIDARIDAD OBRERA, 26 mai. 1937, p. 4).

Por outro lado, não havia consenso sobre esta questão, e no mesmo órgão de imprensa, poucos dias depois, lê-se:

> Por la “nacionalización” (...) y por la “municipalización” (…) se pretende privar a los trabajadores de su sus conquistas; se pretende quitarles su

> gestión en las empresas incautadas. En una palabra: se les quiere expropiar (SOLIDARIDAD OBRERA, 30 mai. 1937, p. 3).

Assim, a municipalização passou a ser mais uma arma contra as empresas coletivizadas, uma forma de estatizar as empresas que estavam sob controle dos trabalhadores, entregando sua gestão ao poder municipal. Um artigo no *Solidaridad Obrera* denunciou que

> (…) proponen ya municipalización absoluta y total del Mercado Central de Borne y después la del Central del Pescado. Es decir, que proponen la municipalización de las entidades que están en manos de los trabajadores (…) (SOLIDARIDAD OBRERA, 8 jun. 1937, p. 6).

Seguindo a tendência centralizadora, dia 13 de maio foi publicado um decreto proibindo o porte de armas longas – fuzis, mosqueteiros, rifles, etc. – e de qualquer tipo de explosivo, dando um prazo de 72 horas para que estes fossem entregues. Quem desobedecesse e fosse pego portando armas poderia ser preso e responderia ante um tribunal. Nos meses de abril e maio foram recolhidos 1.665 fuzis, mosquetes e carabinas, além de escopetas, 4 metralhadoras, 575 pistolas de vários calibres etc., totalizando 12.863 armas (SOLIDARIDAD OBRERA, 15 mai. 1937, p. 6).

Dia 15 de maio o Governo de Caballero caiu. Segundo Peirats (1988), isso se deveu à pressão exercida pelos comunistas após as “Jornadas de Maio”. Para esse autor os detalhes foram os seguintes: em uma reunião do Gabinete do Governo Republicano para se discutir a situação da Catalunha, os comunistas Vicente Uribe e Jesús Hernández exigiam uma punição para os responsáveis pelas lutas de rua. Caballero teria concordado, mas sempre que os responsáveis fossem identificados. Na verdade, a CNT, a FAI e o POUM eram os candidatos a serem responsabilizados pelos acontecimentos, mas Caballero se negou a dirigir uma repressão indiscriminada contra os membros de tais organizações. Dessa maneira, Uribe e Hernández se levantaram e abandonaram a reunião. Segundo Peirats (1988), após a retirada dos dois ministros, Caballero teria dito: “O Conselho de Ministros continua”. No entanto, de forma surpreendente, os outros Ministros foram se levantando e se retirando um a um, incluindo Prieto, Negrín, Álvarez del Vayo, Giral e Irujo. Ficaram apenas Caballero e mais seis Ministros, entre eles os quatro anarquistas. Foi sugerido que a reunião continuasse, mas Caballero teria retrucado que isso equivaleria a uma ditadura, e ele não queria ser um ditador. No entanto, essa crise ministerial provocada pelas Jornadas de Maio foi apenas o estopim de

uma crise maior que já vinha se arrastando entre Caballero e os comunistas. Caballero pertencia à ala mais a esquerda do PSOE, o que fez com que ele se aproximasse do PCE após o início da Guerra Civil, quando o governo anterior se dissolveu. O momento era de euforia, e para os comunistas era preciso legalizar o quanto antes as conquistas revolucionárias e reconstruir rapidamente o poder de Estado, e Caballero era a pessoa certa para cumprir tal desígnio. Por esta época ele foi aclamado pelos comunistas como “o Lênin espanhol”. No entanto, logo a lua-de-mel acabou. Caballero era uma pessoa vaidosa, se negava a cumprir muitas consignas dos comunistas e não aceitava de bom grado a intervenção dos conselheiros enviados pela URSS, entrando em conflito com estes. Somado a isso, Caballero acumulava as pastas de Primeiro-Ministro e da Guerra, o que dificultava aos comunistas e conselheiros russos terem o controle total sobre as operações militares. Caballero também tinha uma resignação em relação às Brigadas Internacionais, por serem ligadas a um partido e porque elas eram receosas a serem submetidas a um controle estritamente técnico. Assim, por tudo isso, na primavera de 1937 as relações entre Caballero e os comunistas já haviam se deteriorado. O deslocamento da política do PCE para uma posição mais conservadora afetou as relações entre Caballero e os comunistas, que passaram a preferir outros dirigentes do PSOE por considerarem que eles praticavam uma política “responsável” ante a uma situação de Guerra Civil.

Segundo Carr (1984), em uma reunião secreta do PCE, realizada em 4 e 5 de março de 1937, se propôs a queda de Caballero e a busca por um novo Primeiro-Ministro. Por outro lado, após a queda de Málaga, em 8 de fevereiro de 1937, Caballero também havia perdido a confiança na capacidade dos comunistas e conselheiros soviéticos. No mês de abril ele tentou submeter os comissários políticos a seu total controle, aumentando as discórdias. Foi então que veio o mês de maio e os combates nas ruas de Barcelona. Após o restabelecimento da ordem, o PSUC e o PCE imediatamente culparam os “trotskistas” do POUM como os maiores responsáveis, e estariam agindo em conluio com o fascismo, além dos anarquistas “incontrolados”, e que agora estavam acusando seus dirigentes de traição. Caballero se negou a efetuar prisões indiscriminadas e acabou perdendo a confiança dos comunistas.

Com a implosão do Ministério, o Presidente Manuel Azaña encarregou Caballero de formar um novo gabinete. Este apresentou um projeto de governo para todos os partidos e sindicatos. O PCE, o PSOE e a CNT negaram. O Presidente, então, convocou uma reunião com os líderes de vários partidos. Os comunistas disseram que, em um governo sob a presidência de Caballero, o Ministério da Guerra teria de estar separado da Presidência do Conselho, o que significava exigir que Caballero não tivesse um controle direto sobre as operações militares. Este se opôs, e então os comunistas se negaram a participar do governo – o que tornaria impossível qualquer governo, pois a República, neste momento, já estava muito dependente de materiais bélicos da Rússia e também de seus conselheiros, técnicos e militares que atuavam na Espanha. Assim, o encarregado de formar o novo gabinete foi Negrín, do PSOE. O novo governo formado foi o seguinte:

Presidência, Fazenda e Economia: Juan Negrín, PSOE
Defesa Nacional: Indalecio Prieto, PSOE
Segurança Interior: Julián Zugazagoitia, PSOE
Estado: José Giral, Esquerda Republicana
Justiça: Manuel Irujo, nacionalista basco
Instrução Pública e Saúde: Jesús Hernández, PCE
Agricultura: Vicente Uribe, PCE
Obras Públicas e Comunicações: Giner de los Ríos, União Republicana
Trabalho e Assistência Social: Jaime Ayguadé, Esquerra

O novo Governo Republicano foi formado sem a presença das centrais sindicais. A correlação de forças havia se modificado e o Governo Central claramente deu uma guinada para a direita. A fração mais esquerdista do PSOE, ligada à Caballero, perdeu espaço para a ala mais conservadora do partido, além do aumento da representatividade dos partidos republicanos. Este governo passou a ser chamado pelos comunistas de “governo da vitória”. A dupla Negrín-Prieto havia se formado, e assim seria até o final da guerra. Sem a presença de Caballero, e com a guinada à direita, a perseguição aos “culpados” pelas Jornadas de Maio foi facilitada, o que ocorreria nos próximos meses. Tribunais especiais foram montados afim de legalizar tais perseguições.

Os ministros anarquistas que deixaram o governo após sua reorganização trataram de prestar contas. O *Solidaridad Obrera* publicou algumas notas sobre uma

série de conferências organizadas pela CNT para que Federica Montseny falasse sobre sua gestão a frente do Ministério da Saúde e Assistência Social em Madri. Esta, além de explanar seus "feitos" no governo – como o fato de os funcionários de seu Ministério terem se negado a marchar para Valência junto com o governo, evitar epidemias, a questão dos refugiados, etc. –, trousse algumas informações que demonstram o que pensavam estes dirigentes anarquistas e o quanto eles estavam alijados de sua base. Primeiramente Montseny disse que não era um paradoxo o fato de os anarquistas terem entrado para o governo, "pues habiendo sido las masas confederales las que tuvieron parte principal en la derrota del fascismo, era lógico que aceptaran las responsabilidades de dirección del movimento revolucionario y de la guerra" (SOLIDARIDAD OBRERA, 8 jun. 1937, p. 4), e completou dizendo que no início "Lo principal era vencer al fascismo, que se extiende, no sólo por España, sino por todo el Mundo. Ello era más importante que poner en práctica, por el momento, nuestros ideales" (SOLIDARIDAD OBRERA, 8 jun. 1937, p. 4). Montseny também revelou que "Cuanto los sucesos de Barcelona, estábamos tan absorbidos por las atenciones de nuestros respectivos Ministerios, que no supimos lo que ocurría y nos sorprendió cuando lo supimos" (SOLIDARIDAD OBRERA, 8 jun. 1937, p. 4). Ela concluiu dizendo que sem os sindicatos não seria possível governar a Espanha. Quatro dias antes o mesmo jornal havia publicado algumas notas a respeito das declarações de Peiró[63] sobre sua gestão frente ao Ministério da Indústria. Dentre suas falas chama atenção o fato dele dizer que a CNT e a FAI contribuíram para a criação do Exército Popular, para manter a ordem pública e para resolver a crise em Barcelona, o que equivale a reconhecer que as organizações anarquistas contribuíram para reconstruir o poder de Estado. Ele também disse que o Ministério da Indústria, em novembro de 1937, era

> (…) una especie de agencia que se encargaba simplemente de suministrar algunos productos, y al poco tiempo comenzó la gran labor de adquirir cuantas materias eran precisas para las industrias de guerra ayudando a la organización y creación de muchas (SOLIDARIDAD OBRERA, 4 jun. 1937, p. 6).

[63] Juan Peiró Belis (1887-1942) foi um anarquista espanhol de extrema importância. Durante a Guerra Civil ele ocupou o importante cargo de Ministro da Indústria entre 4 de novembro de 1936 e 17 de maio de 1937. Depois da Guerra Civil, Peiró se refugiou na França, mas após a invasão nazista ele foi capturado e extraditado para a Espanha em 1941, onde foi interrogado e torturado. O Governo franquista propôs que ele dirigisse os sindicatos verticais franquistas, e ante sua negativa ele foi condenado à morte e executado em 1942.

Também chama a atenção quando Peiró afirmou que “En enero de este año (1937), había once mil instancias solicitando la incautación o intervención de las industrias; pero la realidad era que se trataba de once mil peticiones al Estado de ayuda económica” (SOLIDARIDAD OBRERA, 4 jun. 1937, p. 6), o que demonstra o tamanho das dificuldades financeiras por que passavam os comitês de empresa, que acabavam recorrendo ao governo em busca de financiamento. Também na mesma página, na mesma edição, o jornal coloca breves notas sobre a passagem de Garcia Oliver no Ministério da Justiça, falando de suas “conquistas” como Ministro da Justiça, como o direito de o cidadão se defender sozinho ante qualquer Tribunal, a punição aos comerciantes e especuladores que agiam de “má fé”, a anulação de todos os delitos penais cometidos antes de 15 de julho de 1936, a criação dos campos de trabalho, o reconhecimento das uniões livres dos milicianos, etc.

Em 25 de maio o novo Ministro da Justiça, Manuel Irujo, lançou uma importante questão. Nesta data ele excluiu a FAI dos tribunais populares, sob a alegação de que essa participação era ilegal, o que de fato era correto. A FAI, fundada em Valência em 1927, sempre foi uma organização clandestina – clandestina na medida em que não estava legalizada –, mas não secreta – ela atuava publicamente. Ao longo da primeira metade da década de 1930 ela e a CNT foram se aproximando, pois quase todos os membros da FAI eram também membros da CNT. Quando começou a Guerra Civil, a FAI e a CNT se aproximaram ainda mais, de modo que se chegou a um acordo para que se usasse uma sigla comum: CNT-FAI, que foi muito difundida durante toda a Guerra Civil. Quando os anarquistas resolveram partir para a colaboração com as outras forças políticas a FAI foi integrada primeiramente no Comitê Central de Milícias da Catalunha e mais tarde no próprio aparelho de Estado em processo de reconstrução. A FAI não apenas obteve cargos ministeriais mas também passou a intervir nas forças públicas, prefeituras, tribunais, etc. No entanto, tudo isso foi feito à margem da lei, já que a FAI não existia juridicamente. Agora, com a reconstrução estatal atingindo um grau já bastante avançado e com os anarquistas e os revolucionários em geral tendo passado à defensiva, o que o novo Ministro Irujo fez foi cobrar a aplicação da lei, o que significava dizer que a FAI teria de se retirar do aparelho de Estado, ocasionando a diminuição da já decadente influência anarquista dentro dos órgãos governamentais. Isso causou uma grande discussão entre os anarquistas da FAI. Em uma plenária de julho de 1937 a FAI já

havia abandonado a tradicional organização dos “grupos de afinidade”, adotando a organização por território. Agora, devido ao contratempo iniciado por Irujo, se criou um novo problema: como seguir com a política de intervenção nos órgãos estatais se a organização não era legalizada? Mais tarde, em uma plenária nacional de regionais do Movimento Libertário[64], em outubro de 1938, foi proposto por Horacio Prieto que a FAI se transformasse em um Partido Socialista Libertário, com vistas a intervir nos órgãos governamentais. Tal proposta foi rechaçada, mas caso isso ocorresse, a FAI teria se transformado, legalmente, em um partido político, apesar de que ela já vinha atuando dessa maneira há algum tempo. Cabe ressaltar, no entanto, que essa proposta era vista pelos anarquistas como circunstancial, ou seja, deveria durar enquanto durasse a guerra e as “circunstâncias especiais”.

Seguindo a tendência, em 28 de junho foi formado um novo governo na Catalunha sem a participação dos sindicatos. Isso se deu por conta de um ajuste no governo. O governo anterior havia sido formado ainda durante as “Jornadas de Maio”, e depois de passado algum tempo, era hora de reorganizá-lo. Foi formado um governo com três representantes da CNT, três da Esquerra e quatro do PSUC, além do Presidente Companys. No entanto, segundo Peirats (1988), a CNT havia acordado paridade com a Esquerra e o PSUC, além de não ter sido consultada sobre a participação de um ministro sem pasta, incluído por Companys no governo. Assim, por conta destas divergências, a CNT se negou a participar do governo, sendo formado o seguinte governo:

Presidente: Luis Companys, Esquerra

Governo e Assistência Social: Antonio María Sbert, Esquerra

Fazenda: José Tarradellas, Esquerra

Cultura: Carlos Pi y Suñer, Esquerra

Trabalho e Obras Públicas: Rafael Vidiella, PSUC

Economia: Juan Comorera, PSUC

Abastecimentos: Miguel Serra Pamies, PSUC

Justiça: Pedro Bosch Gimpera

Agricultura: José Calvet, Rabassaire

[64] Em meados de 1937 uma plenária anarquista constituiu um Comitê de União entre a CNT, a FAI e as FIJL – Federação Ibérica de Juventudes Libertárias, que era a organização juvenil anarquista. Esta espécie de fusão dos diversos ramos do anarquismo organizado mais tarde ficou conhecido como o Movimento Libertário.

Dessa maneira, o Governo da Catalunha também sofreu uma virada à direita, como ocorreu com o Governo Central, passando a ser controlado por partidos e organizações que, desde o início, se opuseram à autogestão e ao desenvolvimento da revolução. As portas para que se perseguissem os revolucionários foram abertas também na Catalunha, exatamente onde a revolução foi mais extensa e profunda.

Em 9 de julho de 1937 o Governo Catalão promulgou um decreto estruturando os Conselhos Gerais de Indústria. Entre outras coisas este decreto dizia que cada Conselho de Indústria deveria convocar uma Assembleia Geral de representantes das empresas coletivizadas por ano. No entanto, tal assembleia não poderia elaborar suas diretrizes gerais – esta seria emanada pelo Conselho de Economia –, mas apenas escolher seus quatro representantes no Conselho Geral. Entretanto, nem isso foi colocado em prática, pois em 13 de setembro se estabeleceu a constituição provisória dos mesmos, sem a representação dos Conselhos de Empresa e com paridade sindical ao invés de ser proporcional ao número de filiados. A constituição definitiva dos Conselhos Gerais de Indústria nunca foi feita. Mais tarde, no mês de outubro, se constituiu uma série de Conselhos Gerais de Indústria, como o das Indústrias Têxteis e Anexas, dos serviços de Eletricidade e Gás, etc. Também foram constituídas Federações Econômicas de Indústrias – como a Federação Econômica da Borracha, a Federação Econômica do Vidro e Porcelana, etc –, que teria a função de orientar as empresas de sua agrupação e seria ligada a um Conselho de Indústria. Todas as empresas, coletivizadas ou não, deveriam obrigatoriamente pertencer a uma Federação Econômica de Indústria.

> En definitiva, la constitución de los C.G.I. y de las Federaciones, promovida por el Departament d'Economia, representaba un paso importante para la desposesión de los trabajadores de la dirección y control de los medios de producción – que a raíz del 19 de julio de 1936 venían ejerciendo en la mayor parte de la industria y los servicios – en favor del Estado, es decir para pasar de la colectivización-socialización a la estatización de la economía, lo cual implicaba a su vez un importante aumento de la burocracia (…) (DURAN, 1996, p. 63).

3.4- Da Derrota da Autogestão à Derrota no Campo de Batalha

A partir de maio de 1937, com o avanço das forças contrarrevolucionárias, se iniciou uma campanha na imprensa contra o Conselho de Aragão, que era acusado de ser "cantonalista" – pois ele nunca foi totalmente controlado pelo Estado republicano. No começo de agosto os partidos da Frente Popular de Aragão se

reuniram em Barbastro e concluíram que a política do Conselho – que se pautava pelo impulso às coletivizações na região – era prejudicial, e resolveram pedir ao governo que designasse um governador para a região. Enquanto isso se preparava um Decreto de Dissolução do Conselho de Aragão de forma sigilosa. Tropas comunistas comandadas por Enrique Líster estavam em torno de Caspe, sede do Conselho, em 6 de agosto. Na madrugada de 10 para 11 Líster recebeu a notícia de que o Decreto seria publicado ainda no dia 11, mas como o Conselho usava o mesmo teletipo de Líster, seus membros tiveram tempo para fugir. O Conselho foi dissolvido sem se disparar um tiro. Nos dias posteriores muitos anarquistas foram presos. O periódico do Conselho, Nuevo Aragón, foi proibido. Juan Ignacio Mantecón, um republicano de esquerda, foi nomeado governador de Aragão. Várias coletividades também foram atacadas e destruídas, o que causou inclusive um problema econômico na região. Muitas delas voltaram a se formar após a retirada das tropas. O texto do Decreto justificava a ação desta maneira:

> Las necesidades morales y materiales de la guerra exigen de una manera imperiosa ir concentrando la autoridad del Estado, de suerte que pueda ser ejercida con unidad de criterio y de propósito. La división y subdivisión del poder y de sus facultades ha desvanecido en más de una ocasión la eficacia de acción, que aun siendo puramente administrativa en su origen, tiene, como no puede menos, repercusiones profundas en los negocios de la guerra.
>
> La región aragonesa, capaz por el temple de sus hombres de las más altas contribuciones humanas y económicas a la causa de la República, padece con mayor rigor que ninguna otra los defectos de la dispersión de la autoridad, de donde se sigue un daño a los intereses generales e ideológicos.
>
> El Consejo de Aragón, cualesquiera que hayan sido sus esfuerzos, no ha alcanzado a remediar el mal. En tanto que el resto de la España va centrándose en una nueva disciplina, hecha de responsabilidades y eficacia, en la que en muchos casos no está ausente el sacrificio, Aragón permanece al margen de esa corriente centralizadora, a la que debemos en buena parte la victoria que nos está prometida.
>
> El gobierno estima, al disponerse a acudir en remedio de la crisis de autoridad que se advierte en Aragón, que sólo alcanzará sus propósitos concentrando el poder en sus manos (In: PEIRATS, 1988, v.2, p. 277-78).

Após a publicação do Decreto, Joaquín Ascaso, Presidente do Conselho de Aragão, foi preso acusado de contrabando de joias, ficando detido por aproximadamente um mês. Muito se falou sobre o final do reinado despótico do Conselho de Aragão, da libertação dos camponeses que estavam sob jugo de uma “ditadura anarquista”, etc. É importante colocar também que os comitês das organizações anarquistas pouco ou nada fizeram quando da dissolução do Conselho de Aragão. Estes já estavam na defensiva há algum tempo e tentavam agora voltar

a ter alguma influência sobre os acontecimentos. No entanto, neste momento, sem o poder de Estado, nada podiam fazer, a não ser protestar.

> La disolución del Consejo de Defensa fue no sólo un paso más en el restablecimiento del estado, sino también un éxito importante de los comunistas y de sus aliados socialistas de derecha y republicanos en el afianzamiento de sus posiciones de poder. Los enfrentamientos ideológicos que habían ido creciendo sin cesar en los últimos meses y que, al final, se saldaron en repetidas ocasiones por la fuerza de las armas, iban emparejadas con la tendencia del gobierno a lograr la centralización del poder de estado; sin lugar a dudas, éstos fueron unos de los más importantes factores que determinaron la disolución del Consejo de Aragón. La ausencia de reacción por parte de los anarquistas arroja una elocuente luz sobre su ingenuidad política. Aunque el general comunista Valentín González el Campesino ya en la primavera y el verano de 1937 destruyó colectividades de Castilla la Nueva, y aunque las colectividades agrícolas e industriales encontraban cada vez más obstáculos administrativos y financieros y desde mayo de 1937 las fuerzas revolucionarias se vieron sometidas a una arbitraria persecución, el ala izquierda de la UGT, la CNT-FAI y el POUM, para su desgracia, no encontraron ninguna plataforma común de oposición a la política del Frente Popular. La disolución del Consejo de Defensa ha de verse también en este contexto, de manera que la cuestión de si disolviendo el consejo el gobierno trataba de ayudar a los campesinos forzados a la colectivización pasa a un segundo plano si se la compara con otra de mucho mayor alcance, a saber, la del papel que esta acción política podía tener en el contexto más global – y que acabó dominándolo todo – de la cuestión del poder; a pesar de la ideología justificatoria propaganda por el PCE, esta acción estuvo determinada por condicionamientos de poder, y no económicos o militares (BERNECKER, 1982, p. 430).

Em 15 de agosto de 1937 foi criado o SIM – Serviço de Investigação Militar –, via decreto do Governo Central. Este era um serviço que deveria se dedicar à repressão da espionagem franquista na retaguarda, o que é comum em tempos de guerra, ainda mais após a queda de Bilbao, quando o engenheiro responsável pelo projeto do Cinturão de Ferro[65] havia desertado e passado para o lado inimigo, levando consigo informações preciosas sobre tal rede de fortificações, o que facilitou a queda da cidade. No entanto, com o contexto de rápida centralização e de perseguição aos revolucionários, o SIM logo teve sua função desviada. Cada vez mais ele se voltava contra o “inimigo interno”, o que equivaleria dizer que se virava contra os anarquistas “incontrolados” e os membros do POUM. O SIM, legalmente dependente do Ministério da Defesa, passou a atuar cada vez mais de forma independente. Em meados de 1938 ele passou a ser controlado, na prática, pelo PCE e por agentes russos da NKVD que atuavam na Espanha. Seus métodos eram os mesmos que

[65] Inspirada na Linha Maginot, o Cinturão de Ferro era uma linha de defesa constituída por trincheiras, bunkers e com várias linhas de metralhadoras, que protegia a capital basca, Bilbao. Sua construção se iniciou em novembro de 1936, e quando da ofensiva nacionalista sobre a cidade ela ainda não havia sido terminada.

eram usados na URSS: se efetuavam prisões sem acusações formais; as celas eram inadequadas; faziam-se chantagens; utilizava-se sistematicamente da tortura para se obter confissões; praticava-se assassinatos. No entanto, cabe salientar que o SIM não inaugurou estas práticas durante a Guerra Civil. Elas já vinham sendo utilizadas por praticamente todos os partidos e organizações. A NKVD atuava na Espanha desde a chegada dos primeiros russos, e suas Chekas[66] logo se espalharam.

Um caso muito famoso de atuação da Cheka, até por conta da importância da vítima, foi o de Andreu Nin. Este, principal dirigente e teórico do POUM, já que Joaquín Maurín havia sido preso pelos franquistas logo no início da rebelião militar, e que havia sido Ministro da Justiça da Generalidad até dezembro de 1936, foi detido em 16 junho de 1937, no contexto da ofensiva contra os revolucionários após as Jornadas de Maio. Nin foi preso pela polícia, mas logo foi levado para uma Cheka da NKVD. Ele foi interrogado e torturado durante alguns dias, numa tentativa de se obter uma confissão de que seria ligado ao Governo de Burgos e aos alemães. No entanto, como Nin não assinou nenhuma confissão e diante da impossibilidade de simplesmente libertá-lo – Nin poderia dizer que foi torturado ou denunciar a existência das tchecas comunistas –, decidiu-se por seu assassinato. Cabe ressaltar, no entanto, que na versão oficial Nin foi resgatado de uma Cheka pelos alemães, tendo então fugido para Salamanca ou Berlin.

Em 30 de novembro de 1937 a sede do Governo Republicano mudou novamente, desta vez para Barcelona. Isso se deveu à aproximação da frente de combate da cidade de Valência, onde o governo estava sediado. Essa mudança teve um efeito importante. O processo de centralização em torno do Governo Central, com a consequente perda da autonomia catalã, foi acelerado, de modo que o Governo Central ia tomando para si muitas atribuições que segundo o estatuto de autonomia seria do Governo Catalão.

Em janeiro de 1938 houve uma importante Plenária Nacional Econômica da CNT em Valência. O processo de centralização que estava ocorrendo na Espanha não se deteve às portas das organizações anarquistas. Isso ocorria, em parte, devido aos rápidos acontecimentos, que exigiam soluções imediatas, além do fato de as

[66] Cheka era o nome que se dava às diversas prisões clandestinas sob controle soviético que existiam na Espanha durante a Guerra Civil. Nas Chekas também se praticava tortura, julgamentos sumários, execuções, etc.

organizações terem assumido funções de gestão no aparelho de Estado. No entanto, esta perda de elementos de democracia de base era vista como momentânea, até que a situação de guerra e as dificuldades provocadas por esta se extinguisse. Nesta plenária a CNT aprovou, por exemplo, a constituição de inspetores de trabalho, que deveriam fiscalizar o cumprimento das disposições dos Conselhos da qual dependem. Cabe salientar que após o 19 de julho de 1936 as plenárias iam se tornando cada vez mais referendo sobre as decisões tomadas pelos comitês, de modo que é difícil saber até que ponto as decisões tomadas realmente refletiam as posições da base – o que é piorado na media em que vemos várias manifestações contrárias da base anarquista em relação a seus dirigentes. Um dos sintomas disto é o fato de os comitês passarem a tomar posições durante as plenárias, o que era inconcebível antes de 19 de julho.

Enquanto isso, o Governo Republicano havia começado, em dezembro de 1937, uma importante ofensiva sobre Teruel. Inicialmente a operação foi bem-sucedida, conseguindo alguns avanços. A cidade de Teruel foi capturada, mas logo os nacionalistas lançaram um contra-ataque, culminando na retomada da cidade em 22 de fevereiro de 1938. Esta importante batalha abriu caminho para que os nacionalistas avançassem sobre Aragão, Catalunha e o Levante. Agora estava claro que uma derrota militar do bando republicano era uma possibilidade real, o que fazia com que a unidade antifascista fosse ainda mais imperativo. Assim, começou-se a costurar uma nova aliança entre a CNT e a UGT. O acordo saiu em 18 de março de 1938 (In: Peirats, 1988, p. 36-41). Este falava dos progressos na formação do Exército Popular, reconhecendo que se deveria facilitar de todos os modos a criação de um Exército Regular; se acordou que a Subsecretaria de Armamentos deveria assumir a direção das indústrias de guerra; que deveria se proceder à nacionalização de várias indústrias, como a ferroviária, os bancos, etc., e que deveriam ser coordenadas por um Conselho Superior de Economia, que seria constituído no seio do Estado, e por Conselhos Nacionais de Indústria; se reconheceu a necessidade da municipalização dos serviços urbanos e das propriedades urbanas; colocou que era preciso legalizar juridicamente as coletividades, sendo necessário uma legislação sobre elas, que determinaria quais deviam continuar existindo e quais as normas para que se proceda à intervenção do Estado; se aceitou o princípio stakhanovista de salário relacionado com a

produtividades do trabalhador: diz o tratado que devia-se estabelecer um salário mínimo, que seria um valor que se levasse em conta o custo de vida, e a partir deste mínimo seria acrescentado um montante de acordo com a categoria profissional e o rendimento do trabalhador, e para se regular isso deveria ser criado uma Comissão Nacional de Salários e Preços, com representantes dos sindicatos da CNT e da UGT; diz também que devia-se criar uma lei sobre o controle operário, onde se fixasse as atribuições de cada parte; propugnava a nacionalização da terra, que deveria ser entregue em usufruto preferencialmente às coletividades e às cooperativas. No final do acordo se dizia que, devido a pedidos da CNT para que as centrais sindicais sejam incorporadas ao governo, apesar de a UGT se sentir representada nele pelo PSOE e pelo PCE, a UGT decidiu reconhecer que o mesmo não acontece com a CNT, e por isso ela não seria um obstáculo ao retorno desta ao governo. Assim, tal acordo é basicamente um pedido da CNT para voltar ao governo e uma adaptação desta aos desígnios da UGT, de modo que Luis Araquistáin, membro do PSOE, disse que com este pacto Marx e Bakunin se dariam um abraço.

Desde a saída de Caballero do Governo Central a CNT deu várias mostras de que gostaria de voltar a ostentar cargos ministeriais. Assim, em diversas ocasiões, os jornais anarquistas escreveram que após a queda de Caballero se formou um “governo político”, pois não tinha participação das centrais sindicais. O *Tierra y Libertad*, por exemplo, escreveu que em uma Plenária Regional de Locais e Comarcais da Catalunha se pactou que a CNT “no renuncia a su derecho a participar diretamente en las funciones de gobierno” (TIERRA Y LIBERTAD, 10 jul. 1937, p. 3), e somente não fez isso na Catalunha por divergências ministeriais. Agora, com a aceitação do programa de nacionalização e de estatização da economia através do último acordo entre as duas centrais sindicais, o caminho para a volta ao governo estava pavimentado. Assim, em 6 de abril de 1938, após vários pedidos e devido à gravidade da situação militar, o Governo Central foi reorganizado, e a CNT foi reincorporada nele, sendo formado o seguinte governo:

Presidência e Defesa Nacional: Negrín, PSOE

Justiça: Ramón González Peña, PSOE

Segurança Interior: Paulino Gómez Sáez, PSOE

Obras Públicas: Velao, Esquerda Republicana

Instrução Pública: Segundo Blando, anarquista

Fazenda e Economia: Méndez Aspe, Esquerda Republicana

Agricultura: Vicente Uribe, PCE

Comunicações e Transportes: B. Giner de los Ríos, União Republicana

Trabalho: Jaime Ayguadé, Esquerda Republicana

Ministros sem Pasta: José Giral, Esquerda Republicana; Manuel Irujo, Partido Nacionalista Basco

Em 15 de abril de 1938 os nacionalistas conseguiram capturar a cidade de Vinaroz, na Comunidade Valenciana, chegando até a costa do Mar Mediterrâneo. Assim, a Espanha Republicana foi dividida em duas, ficando a Catalunha separada de Valência, Madri e do centro do país. Chegava-se ao ápice da criticidade da situação militar.

Em 11 de agosto de 1938 as indústrias de guerra catalãs foram militarizadas pelo Governo Central, em parte por conta da situação desesperadora por que a República passava. No entanto, desde o início da Guerra Civil a indústria de guerra criada pelos trabalhadores já convivia com a intervenção do governo. Em 21 de julho de 1936 Antonio Vallejo havia sido designado pelo sindicato metalúrgico da CNT para organizar tais indústrias. Entretanto, em 7 de agosto de 1936 foi criado por decreto da Generalidad a Comissão de Indústria de Guerra catalã, que deveria coordenar e controlar as indústrias de guerra e que teria como presidente o Conselheiro de Economia da Generalidad. Todavia, apesar de a Generalidad ser quem designava as coordenadas, dentro das empresas era o comitê quem mandava. Assim, surgiu uma forma mista estatal-coletivista, onde as diretrizes eram emanadas pela Generalidad através da Comissão de Indústria de Guerra mas a administração no interior das empresas era feita pelos comitês. Alguns comitês de empresa resistiram a esta coordenação pela Comissão[67], mas o conflito era evitado para não impactar a produção de guerra. Por outro lado, a Generalidad procurou ao máximo preservar a autonomia dos comitês no tocante às questões internas das fábricas, buscando apenas estabelecer diretrizes gerais e fornecer os meios para que a produção pudesse ser feita da melhor forma possível. Outro ponto importante é que mesmo essa coordenação feita pela Comissão era vista pelos trabalhadores e

[67] Em uma carta de Companys a Prieto, datada de 13 de dezembro de 1937 Companys disse: "(...) este deseo de la Generalidad de coordinar toda nuestra industria, chocó con una resistencia (...) por parte de aquellos comités que desde el primer momento se habían apoderado de las fábricas y que creían de buena fe que solamente ellos podían llevar adelante la fabricación de material de guerra". (In: PEIRATS, 1988, v.2, p. 100-07).

comitês como transitória, até que a guerra terminasse, devendo depois da guerra se voltar à produção civil – lembremos que esta indústria de guerra catalã surgiu a partir de várias indústrias civis que foram adaptadas à fabricação de material bélico. Além disso, facilitou a aceitação dessa ingerência nas fábricas a presença dos anarquistas no Governo da Generalidad e no interior da Comissão da Indústria de Guerra. A Comissão também se apossou de algumas indústrias que não se relacionavam diretamente com a guerra, as chamadas empresas auxiliares, como a indústria têxtil.

O Governo Central também já intervinha diretamente em muitas empresas de guerra coletivizadas desde o início. Ele também intervinha de modo indireto, boicotando as indústrias de guerra autogeridas, o mesmo ocorrendo com os comunistas do PCE e do PSUC. Além de negar divisas para essas indústrias – cabe lembrar que a Catalunha era o epicentro da revolução, e uma indústria bélica vigorosa ali poderia criar um corpo militar fora do controle do Governo Central, seja controlado pela Generalidad, seja controlado pelos trabalhadores –, preferindo-se, muitas vezes, comprar armas do estrangeiro do que encomendar armamentos de tais indústrias, existia o boicote puro e simples, como no caso da fábrica de Toledo[68]. Mas foi somente com o Decreto de Militarização das indústrias bélicas que o Governo Central se apossou definitivamente dessas empresas, sendo, na prática, uma expropriação dos trabalhadores. As fábricas passaram a depender da Subsecretaria de Armamentos. Isso fez com que os ministros catalão e basco, respectivamente Ayguadé e Irujo, se demitissem, alegando uma violação da autonomia regional garantida pelo estatuto. Cabe acrescentar que tal Decreto foi feito em um governo com participação da CNT e que contou com a aprovação dos comitês superiores da CNT e da UGT, o mesmo não acontecendo com as bases, que chegaram a escrever alguns manifestos contra a requisição das fábricas pelo governo.

A militarização das fábricas de materiais bélicos teve grandes consequências para os trabalhadores destas empresas. Primeiramente, muitos técnicos, engenheiros e administradores passaram a serem impostos “de fora”, muitos dos quais não tinham

[68] Em Toledo, Castela Nova, havia uma das mais importantes fábricas de cartuchos da Espanha. Com a proximidade das frentes de combate os catalães solicitaram a mudança desta fábrica, total ou parcialmente, para a Catalunha. No entanto, o Governo Central negou, e em 27 de setembro de 1937 a cidade foi tomada pelos nacionalistas. Assim, a fábrica acabou indo parar nas mãos dos franquistas.

conhecimento prático sobre o funcionamento de tais fábricas. Além disso, algumas vezes eles se comportavam de forma autoritária, de modo que o descontentamento entre os trabalhadores deu um grande salto, o que tinha impacto na produtividade, no número de faltas, de afastamentos, diminuição do número de horas extras, etc., o que por sua vez influenciava na produção de materiais bélicos, causando impacto no próprio desenvolvimento da guerra. Em uma carta do Sindicato da Indústria Siderometalúrgica de Onil, Alicante, datada de 5 de setembro de 1938, se diz que "(...) se está implantando um régimen de disciplina terrorífera y contraria a todo principio, que ni en tiempo de la fatídica ditadura fue puesta em práctica por los patronos más déspotas" (In: PEIRATS, 1988, v.3, p.150). A carta acrescenta que às vezes se descontava 50% dos ganhos diários por um atraso de 10 minutos, e dependendo da gravidade do delito pode-se descontar 6, 15 ou mesmo 30 dias de ganhos.

> La incautación de la industria de guerra por el gobierno central tuvo como consecuencia no sólo la multiplicación del aparato burocrático, sino también una clara disminución en la disposición a entregarse por parte de los trabajadores, que ya no se identificaban con "su" producción. De golpe dejaron de hacerse muchas horas extras, las jornadas perdidas (por enfermedad, accidente, etc.) aumentaron el doble, menudearon las discusiones entre los trabajadores y los representantes del estado y se impuso un nuevo y más duro sistema de disciplina para prevenir el creciente descontento entre los trabajadores (BERNECKER, 1982, p. 372).

Outro importante documento sobre as indústrias de guerra é a carta de Companys a Prieto (In: PEIRATS, 1988, v.2, p. 100-07), datada de 13 de dezembro de 1937. Dentre vários assuntos tratados em tal carta, como o histórico das fábricas de materiais de guerra que surgiram após o 19 de julho, a questão da fábrica de armas de Toledo, que caiu em mãos inimigas, etc., Companys diz que havia sido fabricadas na Catalunha 60 milhões de cápsulas, 76 milhões de balas Mauser, 718.000 projéteis de canhão – até 30 de setembro de 1937 –, 566.442 espoletas, além de pólvoras, motores, caminhões e outros materiais. Cabe salientar que muitas matérias-primas e produtos químicos importados foram substituídos por outros fabricados na Espanha pela primeira vez. Também é preciso destacar que as promessas efetuadas pelo Governo Central ao se proceder à militarização das indústrias de guerra, como o fato de que não faltariam matérias-primas, não foram cumpridas.

No mês de outubro de 1938, entre os dias 11 e 22, ocorreu os processos contra o POUM e muitos de seus membros, como Julián Gómez – conhecido como Gorkín –,

que colocou a foto de Andreu Nin em um banco, simbolizando seu julgamento. Ao final do processo muitos dirigentes foram condenados à prisão, fruto de sua participação direta ou indireta nas Jornadas de Maio, embora nenhum tenha sido condenado à execução. O POUM foi considerado culpado pelo crime de “associação secreta”, o que implicou em sua dissolução legal.

Deste momento até o final da Guerra Civil não houve grandes mudanças para as empresas que ainda estavam em autogestão. A situação militar – que beirava o desespero – era a única preocupação de todas as organizações políticas e sindicais. Tudo havia sido submetido a ela. A Batalha do Ebro, que havia se iniciado em julho de 1938 com esperanças para o bando republicano, acabaria com a derrota deste em novembro, abrindo caminho para o avanço nacionalista até Barcelona. No entanto, Franco preferiu avançar primeiro até os férteis campos do Levante. Uma possível internacionalização da Guerra Civil foi frustrada com a crise dos Sudetos, que acabou com mais um triunfo de Hitler. Logo Franco retomou o avanço rumo à Catalunha. Barcelona caiu em 26 de janeiro de 1939, quase sem resistência. Depois as cidades do centro e do Levante foram sendo tomadas uma a uma: Madri caiu em 26 de março, Valência e Alicante no dia 30, Múrcia no dia seguinte. Dia 1º de abril Franco declarou que “não havia chegado a paz, e sim a vitória”, iniciando o período de ditadura, que duraria até 1976, um ano após a morte do ditador.

Considerações Finais

A Guerra Civil Espanhola se iniciou simultaneamente a um processo revolucionário com características libertárias e autogestionárias. Houve a formação de comitês de empresa, comitês políticos, milícias de sindicatos, de organizações políticas e de comitês políticos, além de diversas outras organizações de base, numa extensão nunca antes vista[69]. No entanto, quase que simultaneamente ao início da Revolução Espanhola, se iniciou também um processo de reconstrução do poder de Estado, processo que se deu em detrimento dos comitês políticos e organizações de base, e que ocorreu de forma muito rápida. Tal processo contou com a colaboração de todas as organizações políticas e sindicais. Isso acabou impedindo que os comitês políticos e os comitês de empresa se federassem, impossibilitando que a autogestão se expandisse – apesar de ter existido muitas tentativas neste sentido, especialmente em lugares em que o poder de Estado foi mais afetado pelo golpe, como em Aragão, onde muitos elementos da Frente Popular haviam sido assassinados pelos militares antes de ser reconquistado pelos anarquistas. Rapidamente todas as organizações políticas e sindicais iniciaram negociações para que se alcançasse um acordo mínimo. Assim, chegou-se a uma união antifascista – o ponto de contato entre as diversas organizações era a oposição ao fascismo –, que incluía não apenas as organizações operárias mas também os partidos republicanos. Podemos entender esta união antifascista como a Frente Popular acrescida das organizações anarquistas. No entanto, ela não apagava as divergências entre todas as forças que compunham o chamado “campo republicano”. Enquanto os comunistas diziam que lutavam por uma república democrática, os anarquistas e o POUM propugnavam por uma revolução imediata. Isso fez com que se criasse um clima de “guerra fria” entre as diversas forças desde o início da Guerra Civil, e um confronto entre as organizações era possível e até certo ponto previsível.

Conforme o conflito se desenrolava a centralização propugnada pelos comunistas seguidores do regime de Moscou ia avançando, sempre com a justificativa de que ela era necessária para o bom andamento da guerra. Ao mesmo tempo, para estes comunistas, qualquer coisa que ultrapassasse os marcos da

[69] Frank Mintz (1977) fez um cálculo aproximado para que se pudesse ter uma ideia da extensão alcançada pela autogestão, e os números foram de 758.000 coletivistas na agricultura e 1.080.000 na indústria, totalizando 1.838.000 coletivistas. Para se ter uma ideia da representatividade que isso significava, segundo Pierre Vilar (1989), a Espanha tinha na época cerca de 25,5 milhões de habitantes, dos quais 14 milhões ficaram em território “republicano”.

república democrática deveria ser desfeita. Toda posição que divergisse de suas consignas logo era qualificada como uma quebra do antifascismo e como um ato de irresponsabilidade frente aos desafios propugnados pela guerra civil – para estes mesmos comunistas eles eram os únicos que agiam com responsabilidade ante os desafios impostos pela guerra. Enquanto isso, os dirigentes das organizações anarquistas, que assumiram postos no Estado em reconstrução – e foram um dos principais promotores da reconstrução do Estado –, foram sendo paulatinamente absorvidos nas engrenagens estatais, tudo em nome do antifascismo. Isso foi fazendo com que eles se afastassem cada vez mais de sua base, que eram os principais – mas não os únicos – impulsionadores dos movimentos autogestionários. Assim, os diversos comitês foram ficando cada vez mais isolados. As medidas centralizadoras foram minando suas atribuições, até que os comitês, esvaziados de suas funções, foram dissolvidos em 9 de outubro de 1936. Ao mesmo tempo, os comitês de empresa foram sendo cada vez mais subordinados ao controle do Estado, seja diretamente, como no caso da nomeação de representantes do governo nos comitês de empresa, seja de forma indireta, fazendo com que os comitês tivessem que se orientar a partir de critérios emanados por órgãos por eles não controlados, como no caso da indústria de guerra da Catalunha. Ajudados pelas derrotas no campo militar, os comunistas foram conseguindo impor suas posições sobre as demais correntes políticas, de modo que cada vez mais ia ficando difícil contrapô-los – não podemos esquecer também que seus êxitos foram facilitados pelo controle soviético do fornecimento de armas à República. Entretanto, tal processo não se deu de forma pacífica. Uma primeira grande reação pode ser encontrada após a militarização das milícias, quando muitos combatentes, principalmente anarquistas, deixaram as frentes para se debaterem na retaguarda com o que denominavam de contrarrevolução. No entanto, a maior reação a este processo foi, sem dúvida, as Jornadas de Maio de 1937, quando os trabalhadores anarquistas e do POUM pegaram em armas para tentar barrar o avanço da contrarrevolução[70]. Assim, cada vez mais o Estado em reconstrução ia destruindo os mecanismos de democracia de base – as milícias, os comitês políticos, os comitês de empresa, etc. Cabe salientar mais uma vez que esse processo contou com a

[70] Ver capítulo 3 p. 101-06

contribuição de todas as correntes políticas espanholas presentes no campo republicano.

Todo este processo revolucionário espanhol pode ser dividido em pelo menos três fases. Uma primeira fase vai de 19 de julho de 1936 até a entrada dos anarquistas no governo catalão e no governo central, respectivamente no final de setembro e em novembro de 1936. Esta fase se caracterizou pela existência de uma duplicidade (GUILLAMÓN, 2011) de poder na Catalunha – o Comitê de Milícias Antifascistas e a Generalidad – e pelo início da autogestão, com a tomada das empresas por comitês de empresa eleitos e pelo surgimento de diversos comitês políticos. É nesta fase que ocorreram a maioria das coletivizações. No entanto, já aqui começou o processo de reconstrução do Estado e de perdas de elementos de democracia de base. Inicialmente se criou o Comitê de Milícias Antifascistas e o Conselho de Economia da Catalunha, cuja participação da Generalidad foi de extrema importância. Vivia-se um período em que o poder real estava com os comitês, mas timidamente a Generalidad começava a recuperar sua autoridade perdida, embora por enquanto ela fosse obrigada a tolerar a participação e o predomínio das organizações operárias na vida política e, principalmente, nas ruas.

Uma segunda fase vai da entrada dos anarquistas no governo até as Jornadas de Maio de 1937. Esta fase se caracterizou pela legalização da revolução, principalmente no tocante às coletivizações – o decreto de coletivização foi publicado em 24 de outubro de 1936. Esta fase acabou por recompor o poder de Estado de forma mais sólida, fazendo com que ele voltasse a legislar. Não podemos esquecer que neste período os comitês políticos foram suprimidos, reavivando os antigos poderes municipais. Ao mesmo tempo em que ocorriam as legalizações das coletivizações a tendência centralizadora conseguia bastante êxito, de modo que a guerra passou a obter cada vez mais prioridade em relação ao processo revolucionário, em parte fruto das derrotas militares. Nesta fase ocorreu também a militarização das milícias, cujo decreto é datado de 16 de outubro de 1936.

Uma Terceira fase vai das Jornadas de maio de 1937 até o final da guerra civil, em 1939. Esta fase se caracterizou por um estágio avançado de reconstrução do poder de Estado, de tal forma que a autogestão e a revolução já estavam completamente na defensiva. Avançava-se rapidamente para o fortalecimento do poder de Estado, o que poderia desembocar em um capitalismo de Estado. Foi

neste período que ocorreu a dissolução do Conselho de Aragão e os processos contra o POUM, acabando na condenação de vários de seus dirigentes. Apesar disso, muitas empresas autogeridas seguiram existindo até 1939, quando as tropas de Franco ocuparam todo o país, findando a guerra civil.

Como o presente trabalho tentou demonstrar, não foi Franco e seus comparsas que acabaram com o processo revolucionário e a autogestão na Espanha. Quando estes ocuparam todo o país a autogestão já era apenas uma sombra do que havia sido em 1936. Os comitês políticos tinham sido suprimidos – alguns continuaram existindo de modo clandestino – e as empresas estavam, em sua maioria, subordinadas a órgãos estatais por elas não controlados. “No fue la dictadura de Franco, sino la República de Negrín quien acabó con la Revolución” (GUILLAMÓN, 2011, p. 232). Muitas vezes a República espanhola perseguiu os militantes revolucionários com mais afinco do que o regime de Franco. Um exemplo disso foi o diferente destino dos dois maiores teóricos do POUM: Andreu Nin e Joaquín Maurín. Nin, que ficou no campo “republicano”, como foi colocado no capítulo 3, acabou sendo detido e morto pela contrarrevolução. Já Maurín, que havia sido preso pelos insurretos no início do conflito, recebeu um indulto após a Guerra Civil e se exilou nos EUA, onde morreu.

Referências

Fontes:

Jornal Tierra y Libertad, 24 jan. 1936 – 14 jan. 1939.
Jornal Solidariedad Obrera, 10 jul. 1931 – 6 jul. 1937.
Boletín de Información de la CNT-FAI, 19 jan. 1937 – 6 mar. 1937.

Referências Bibliográficas:

ARÓSTEGUI, Julio. Objeto Teórico da Historiografía. In: ARÓSTEGUI, Julio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006, p. 303-354.

BAKUNIN, Mikhail. **Deus e o Estado**. São Paulo: Imaginário, 2000.

BERNECKER, Walther L. **Colectividades y Revolución Social: el Anarquismo en la Guerra Civil Española, 1936-1939**. Barcelona: Crítica, 1982.

BIAJOLI, Maria Clara. **Narras Utopias Vividas: Memória e Construção de si nas Mujeres Libres de Espanha**. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRINTON, Maurice. **Os Bolcheviques e o Controle Operário**. Porto: Afrontamento, 1975.

BROUÉ, Pierre. **A Revolução Espanhola (1931-1939)**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

CARR, E. H. **La Comintern y la Guerra Civil Española**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

CATTINI, Giovanni C.; SANTACANA, Carles. El Anarquismo Durante la Guerra Civil. Algunas Reflexiones Historiográficas. **Ayer**, Barcelona, n. 45, p. 197-219.

CECEÑA, Ana Esther (org.) De Saberes y Emancipaciones. In: CESEÑA, Ana Esther (Org.). **De Los Saberes de la Emancipación y de la Dominación**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. A Dialética Invertida. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 27, p. 9-26, 1996.

CRUZ, Heliosa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na Oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DURAN, Antoni Castells i. **El Proceso Estatizador en la Experiencia Colectivista Catalana (1936-1939)**. Salamanca: Madrid, 1996.

_____. **La Transformación Colectivista en la Industria y los Servicios de Catalunya 1936-1939**. Disponível em: http://www.rojoynegro.info/articulo/memoria/antoni-castells-duran-la-transformacion-colectivista-la-industria-los-servicios-cat Acesso em: 6 mai. 2013.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega.

ESENWEIN, George. Sindicalismo de Massa e Anarquismo na Espanha do Século XX. **Olho da História**, nº2, p. 1-11.

ESPANHA. Constituição (1931). **Constitución de la República Española**. Madrid: Cortes, 1931. Disponível em:

GUÉRIN, Daniel et al. **Las Colectividades Campesinas**. Barcelona: Tusquets, 1977.

_____. **O Anarquismo: da Doutrina a Ação**. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.

GUILLAMÓN, Agustín. **Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)**. Barcelona: Aldarull, 2011.

HOBSBAWN, Eric. A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWN, Eric; Terence Ranger (org.) **A Invenção das Tradições**, São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
http://www1.icsi.berkeley.edu/~chema/republica/constitucion.html Acesso em 13 mai. 2013.

JACKSON, Gabriel. **A República Espanhola e a Guerra Civil** (2 vol.). 1965.

JOLL, James. **Anarquistas e Anarquismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1977.

KROPOTKIN, Piotr. **O Estado e Seu Papel Histórico**. São Paulo: Imaginário, 2000.

Le Goff, Jacques. A Ordem da Memória. In: **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2012.

LENINE, Vladmir Ilitch. **As Tarefas Imediatas do Poder Soviético** in Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1988.

_____. **Que Fazer?** In Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1988.
LEVAL, Gaston; BERTHIER, René; MINTZ, Frank. **Autogestão e Anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2002.

MÁRQUEZ, Carlos José. **Cómo se ha Escrito la Guerra Civil Española**. Madrid: Lengua de Trapo, 2006.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Salário, Preço e Lucro**. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega.

MATTHEWS, Herbert L. **Metade da Espanha Morreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MINTZ, Frank. **El Problema del Dinero Durante la Autogestión Española 1936-1939**. Disponível em: http://www.anarkismo.net/article/19306 Acesso em: 6 mai. 2013.

_____. **La Autogestión en la España Revolucionaria**. Madrid: La Piqueta, 1977.

MOTTA, Fernando Carlos Prestes. **Burocracia e Autogestão** (a proposta de Proudhon). São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MUÑIZ, G. **Os Sindicatos Contra a Revolução Social**. Disponível em: http://comunism0.wordpress.com/os-sindicatos-contra-a-revolucao-social/ Acesso em 10 mai. 2013.

NIN, Andrés. **A Guerra Civil na Espanha**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969.

ORWELL, George. **Homenagem à Catalunha**. Lisboa: Libros do Brasil.

PEDRAZA, Antonio Fontecha. Anarcosindicalismo y Violencia: La “Gimnasia Revolucionaria” Para el Pueblo. **Historia Conpemporánea**, nº 11, p. 153-179, 1994.

PEIRATS, José. **La CNT en la Revolución Española** (3 vol). Madrid: Ruedo Ibérico, 1988.

_____. **Los Anarquistas en la Crisis Política Española (1869-1939)**. Buenos Aires: Anarres, 2006.

PRESTON, Paul. **Revolución y Guerra en España 1931-1939**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

PUENTE, Isaac. **El Comunismo Libertario y Otras Proclamas Insurrecionales y Naturistas**. Bilbao: Likiniano Elkartea, 2003. Disponível em: http://www.cgt.es/telecomunicaciones/ateneo/isaac_puente_comunismo_libertario.pdf Acesso em: 23 abr. 2013.

RAGO, Margareth; BIAJOLI, Maria Clara Pivato. **Mujeres Libres: documentos da Revolução Espanhola**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICHARDS, Vernon. **Enseñanzas de la Revolución Española**. Madrid: Campo Abierto, 1977.

ROCKER, Rudolf. **Anarcosindicalismo** (Teoría y práctica). Madrid: FAL, 2009.

_____. **As Ideias Absolutistas no Socialismo**. São Paulo: Perspectiva.

_____. **Nacionalismo y Cultura**. Madrid: La Piqueta, 1977.

SANTILLÁN, Diego Abad. **Organismo Econômico da Revolução: a autogestão na revolução espanhola**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Por Qué Perdimos la Guerra**. Barcelona: Virgen de Guadalupe, 1977.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. **Raízes**, Campinas Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan/jun. 2002.

SILVA, Cândida Carolina de Andrade e. **Memórias: vestígios da guerra civil espanhola em fragmentos literários no Brasil (1936-1975)**. Brasília: UNB, Dissertação de Mestrado, 2011.

TAPIA, Alberto Reig. In: Meihy, José Carlos Sebe Bom. **Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Edusp, 2011.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola** (2 vol.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa** vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. As Peculiaridades dos Ingleses. In: THOMPSON, E. P. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. Intervalo: A Lógica Histórica. In: **A Miséria da Teoria, ou ,um planetário de erros: Uma Crítica ao Pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. La Política de la Teoría. In: SAMUEL, Raphael. **Historia Popular y Teoría Socialista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Revolução Russa**. São Paulo: Faísca, 2007.

_____. **Administração, Poder e Ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Reflexões Sobre o Socialismo**. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

_____. **Sobre Educação, Política e Sindicalismo**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. Uma Prática de Participação: as Coletivizações na Espanha (1936/1939). In: MOTTA, Fernando C. Prestes. et al. **Participação e Participações (ensaios sobre autogestão)**. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

TROTSKY, L. Maurín y Nin. Rehenes del frente popular. Carta AL R.S.A.P, 16 julio 1936. In:___. **La revolucion española** (1930-1940), vol. 1, 1930-1936. Edición, prólogo y notas de Pierre Broué. Barcelona, Libros de confrontación, 1977.

VILAR, Pierre. **A Guerra da Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VOSLENSKY, Michael S. **A Nomenklatura**: Como Vivem as Classes Privilegiadas na União Soviética. Rio de Janeiro: Record, 1980.

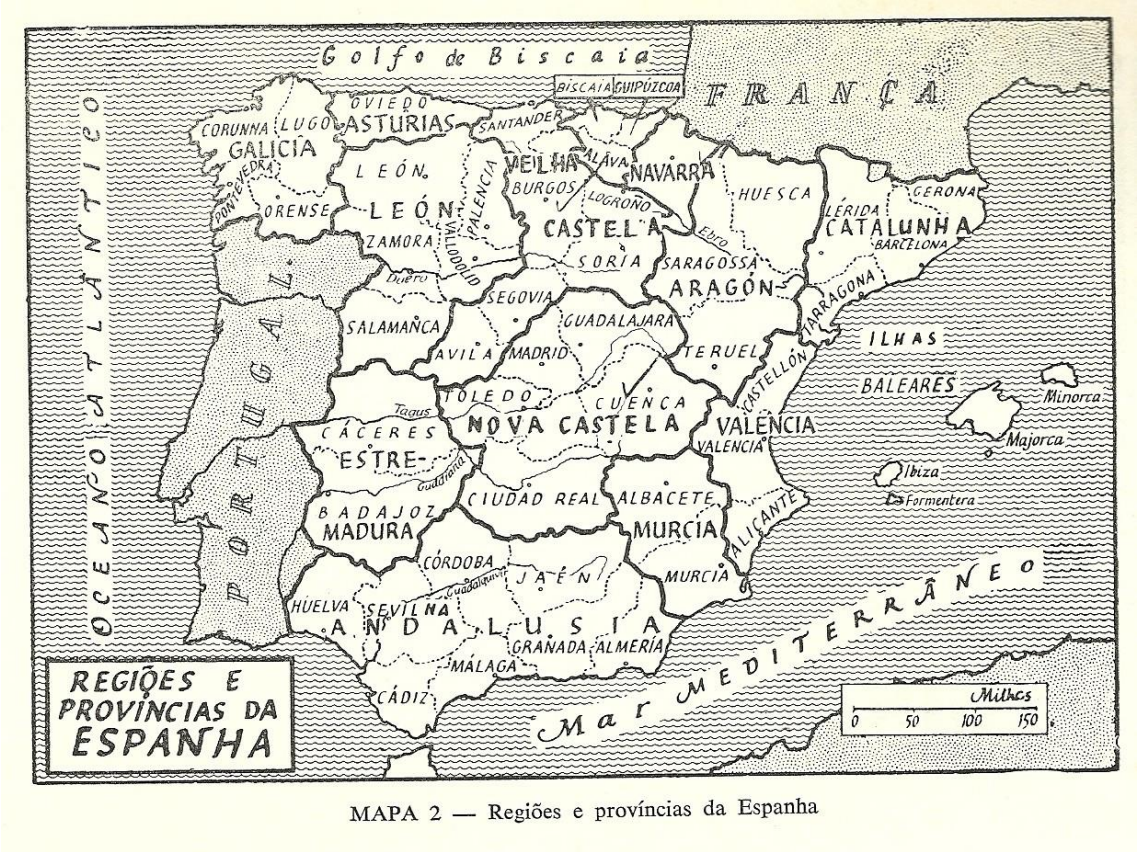
WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Anexos

Anexo A

Mapa que demonstra a evolução militar da Guerra Civil Espanhola. (Fonte: http://mfcanaveira.tripod.com/historiadasrelacoesinternacionais/id35.html acessado em: 6 mai. 2013.)

Anexo B



MAPA 2 — Regiões e províncias da Espanha

Mapa político da Espanha na década de 1930. (Fonte: THOMAS, 1964, p. 34).

Anexo C

Á esquerda um cartaz de Franco em uma posição que transmite a sensação de liderança. À direita uma representação da “Cruzada” espanhola (Fonte: http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=6 Acesso em: 14 mai. 2013)

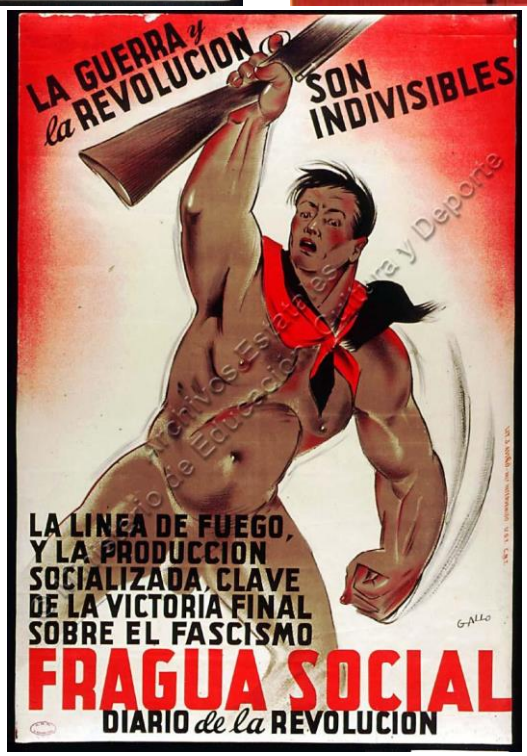
Anexo D

Cartazes que demonstram a separação entre Guerra Civil e revolução social (Fonte: http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=6 Acesso em: 14 mai. 2013)

Anexo E

Cartaz de cunho nacionalista, acentuando a luta dos espanhóis contra os invasores italianos (Fonte: http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=6 Acesso em: 14 mai. 2013)

Anexo F

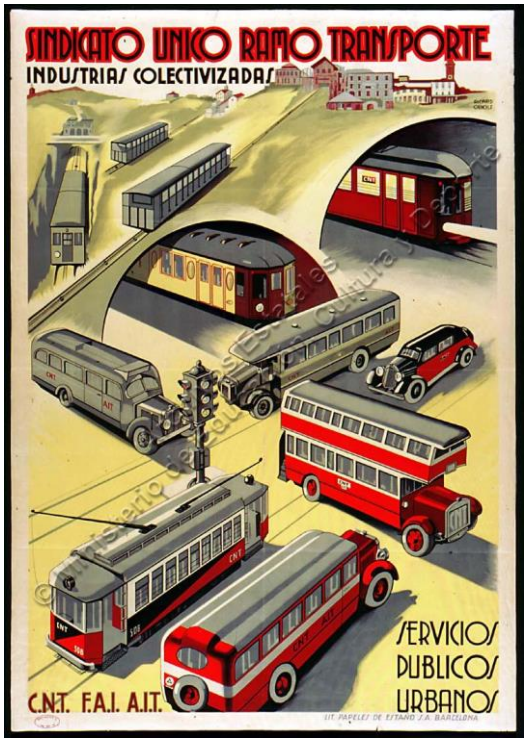


Cartazes anarquistas que demonstram a concepção de que a Guerra Civil não poderia ser separada do processo revolucionário (Fonte: http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=6 Acesso em: 14 mai. 2013)

Anexo G

Imagem acima: bandeira do Conselho Regional de Defesa de Aragão (Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/Bandera_del_Consejo_Regional_de_Defensa_de_Arag%C3%B3n.png Acesso em 14 mai. 2013),que possuía as cores de todas as forças antifascistas: as barras vermelhas e amarelas dos aragoneses, o preto dos anarquistas, o vermelho dos socialistas e comunistas e o roxo republicano. Imagem abaixo: cartaz do Conselho Regional de Defesa de Aragão (Fonte: http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=6 Acesso em: 14 mai. 2013)

Anexo H



Cartazes de propaganda anarquista se referindo a empresas autogeridas (Fonte: http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=6 Acesso em: 14 mai. 2013)

Anexo I

Cartaz de propaganda propugnando, indiretamente, o desarmamento da retaguarda (Fonte: http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=6 Acesso em: 14 mai. 2013)

Anexo J

Decreto de Colectivización[1]

La criminal sublevación militar del 19 de julio ha producido un trastorno extraordinario en la economía del país. El Consejo de la Generalidad tiene que atender a la reconstrucción de los estragos que ha causado a la industria y al comercio de Cataluña la traición de los que intentaron imponer en nuestro país un régimen de fuerza. La reacción popular producida por aquella sublevación ha sido de tal intensidad, que ha provocado una profunda transformación económico-social, los fundamentos de la cual se están asentado ahora en Cataluña. La acumulación de riquezas en manos de un grupo de personas cada vez más restringido, iba seguida de la acumulación de miseria en la clase trabajadora, y por el hecho de que aquel grupo, para salvar sus privilegios, no dudó en provocar una cruenta guerra. La victoria del pueblo equivaldrá a la muerte del capitalismo.

Es necesario ahora, pues, organizar la producción, orientarla en el sentido de que el único beneficiario sea la colectividad, el trabajador, al cual corresponderá la función del nuevo orden social. Se impone la supresión del concepto de la renta que no proceda del trabajo.

El principio de la organización económico-social de la gran industria tiene que ser la producción colectivizada. La sustitución de la propiedad individual por la colectiva la concibe el Consejo de la Generalidad colectivizando los bienes de la gran empresa; es decir, el capital, y dejando que subsista la propiedad privada de los bienes del consumo y de la pequeña industria.

El esfuerzo revolucionario de la clase trabajadora, levantándose en armas para aplastar al fascismo, plantea este cambio en la estructura económica y social que hasta hace poco era mantenida. Uno de los problemas fundamentales que plantea este cambio de situación es el de la organización del trabajo, que debe articular las fuentes de riqueza y ordenar su distribución en concordancia con las necesidades sociales.

Después del 19 de julio, la burguesía declaradamente fascista desertó de sus puestos. La mayoría ha huido al extranjero; una minoría ha desaparecido. Las

[1] Texto do Decreto de Coletivização na íntegra (Fonte: PEIRATS, 1988, v.1, p. 340-45).

empresas industriales afectadas no podían quedar sin dirección, y los obreros decidieron intervenirlas, creando comités obreros de control. El Consejo de la Generalidad tuvo que sancionar y encauzar lo que espontáneamente realizaban los obreros de las empresas.

Por la situación en que se encontraban algunas de ellas, los obreros, para salvar sus propios intereses, se vieron obligados a proceder a su incautación, creándose así la necesidad de la colectivización de las industrias. El Consejo de Economía, atento a los anhelos de la clase trabajadora y cumpliendo el programa que de antemano habíase señalado, recoge sus palpitaciones y orienta el conjunto de la vida económica de Cataluña, de acuerdo con la voluntad de los trabajadores.

Mas la colectivización de las empresas significaría poco si no se ayudaba su desenvolvimiento y pujanza. A tal efecto, se ha encargado al Consejo de Economía el estudio de las normas clásicas para proceder a la constitución de una Caja de Crédito Industrial y Comercial que proporcione el apoyo financiero a las empresas colectivizadas, y para que agrupe nuestra industria en grandes concentraciones, que aseguren un mínimo rendimiento y posibiliten las mayores transacciones a nuestro comercio exterior. Se están también realizando los estudios necesarios para la creación de un organismo de investigación y de asesoramiento técnico que proporcione a la industria mayor eficacia y progreso.

Atendidas las consideraciones precedentes y visto el informe del Consejo de Economía, a propuesta del consejero de Economía y de acuerdo con el Consejo,

DECRETO:

Artículo 1.º De acuerdo con las normas que quedan establecidas en el presente decreto, las empresas industriales y comerciales de Cataluña se clasifican en: a) EMPRESAS COLECTIVIZADAS, en las cuales la responsabilidad de la dirección recae en los propios obreros que las integran, representados por un Consejo de Empresa; y b) EMPRESAS PRIVADAS, en las cuales la dirección va a cargo del propietario o gerente, con la colaboración y fiscalización del Comité obrero de control.

I. EMPRESAS COLECTIVIZADAS

Art. 2.º Serán obligatoriamente colectivizadas todas las empresas industriales y comerciales que el día 30 de junio de 1936 ocupaban a más de cien asalariados, y asimismo aquellas que, ocupando una cifra inferior de obreros, sus patronos hayan sido declarados facciosos o hayan abandonado la empresa. No obstante, las empresas de menos de cien obreros podrán ser colectivizadas si se ponen de acuerdo la mayoría de los obreros y el propietario o propietarios. Las empresas de más de 150 obreros y menos de 1000 podrán ser también colectivizadas, siempre que así lo acuerden las tres cuartas partes de los obreros.

El Consejo de Economía podrá acordar también la colectivización de aquellas otras industrias que, por su importancia dentro de la economía nacional o por otras características, convenga sustraerlas de la acción de la empresa privada.

Art. 3.º A los efectos del artículo precedente, la declaración de elemento faccioso únicamente podrán hacerla los Tribunales populares.

Art. 4.º Se considerará elemento obrero, a los efectos integrantes del número total de trabajadores que formen la empresa, todo individuo que figure en su nómina, cualquiera que sea su concepto y tanto si realiza un trabajo intelectual como manual.

Art. 5.º Pasará a la empresa colectivizada todo el activo y pasivo de la anterior empresa.

Art. 6.º A los efectos de la colectivización, las empresas constituidas por organizaciones autónomas de producción y venta y aquellas otras que posean diversos establecimientos y fábricas continuarán formando una organización totalitaria, y únicamente podrán separarse con la expresa autorización del Consejero de Economía de Cataluña.

Art. 7.º Serán adaptados al servicio de la empresa colectivizada sus antiguos propietarios o gerentes, que se destinarán al puesto donde, por sus aptitudes de gestión o de técnicos, sea más conveniente su colaboración.

Art. 8.º En el momento de producirse la colectivización no podrá suprimirse de la empresa ningún obrero, pero sí cambiarles de lugar con la misma categoría, si las circunstancias así lo exigen.

Art. 9.º En las empresas donde haya intereses de súbditos extranjeros, los Consejos de empresa o los Comités de control, en cada caso, lo comunicarán a la Consejería de Economía, y ésta convocará a todos los elementos interesados o a sus

representantes para tratar sobre el asunto y resolver lo que corresponda para la debida salvaguarda de aquellos intereses.

II. DE LOS CONSEJOS DE EMPRESA

Art. 10.º La gestión directiva de las empresas colectivizadas irá a cargo de un Consejo de empresa nombrado por los trabajadores, de entre ellos mismos, en asamblea general. La asamblea determinará el número de trabajadores que formarán el Consejo de empresa, que no será inferior a cinco ni superior a quince, y en su constitución figurarán los diversos servicios: producción, administración, servicios técnicos e intercambio comercial. Cuando haya lugar, en el Consejo de empresa estarán representadas proporcionalmente, las diversas centrales sindicales a que pertenezcan los obreros.

La duración de los cargos será de dos años, renovándose cada año la mitad. Los cargos del Consejo de empresa son reelegibles.

Art. 11.º Los Consejos de empresa asumirán las funciones y las responsabilidades de los antiguos Consejos de administración en las sociedades anónimas y de las gerencias.

Serán responsables de su gestión ante los obreros de su propia empresa y del respectivo Consejo general de Industria.

Art. 12.º Los Consejos de empresa tendrán en cuenta, en la ejecución de su cometido, que el proceso de producción se adapte al plan general establecido por el Consejo general de Industria, coordinando sus esfuerzos con los principios que regulen el desenvolvimiento del ramo a que pertenezcan, considerado totalitariamente. Para el establecimiento del margen de beneficios, fijación de las condiciones generales de venta, obtención de materias primas, y en lo que afecta a las normas para la amortización de material, formación de capital circulante, fondo de reserva y repartimiento de beneficios, se atenderá, asimismo, a las disposiciones de los Consejos generales de Industria.

En el orden social, actuarán para que se cumplan estrictamente las normas establecidas sobre esta materia, sugiriendo aquellas otras que crean convenientes. Tomarán las medidas necesarias para garantizar la salud física y moral de los

obreros; se consagrarán a una intensa obra cultural y educativa, fomentando la creación de clubs, centros de recreo, de deportes, de cultura, etc.

Art. 13.º Los Consejos de empresa de las industrias incautadas antes de la publicación del presente decreto, y los de las que se colectivicen posteriormente, mandarán, en el término de quince días, a la Secretaría general del Consejo de Economía el acta de su constitución, según modelo que se facilitará en las oficinas correspondientes.

Art. 14.º Para atender de una manera permanente la marcha de la empresa, el Consejo de ésta nombrará un director, en el cual delegará, total o parcialmente, las funciones que incumben al mencionado Consejo.

En las empresas donde se ocupen a más de 500 obreros, o bien que su capital sea superior a un millón de pesetas, o bien que elaboren o intervengan materiales relacionados con la defensa nacional, el nombramiento del director deberá de ser aprobado por el Consejo de Economía.

Art. 15.º En todas las empresas colectivizadas habrá obligatoriamente un Interventor de la Generlaidad, que formará parte del Consejo de empresa y que será nombrado por el Consejo de Economía de acuerdo con los trabajadores.

Art. 16.º La representación legal de la empresa la ejercerá el director, acompañando su firma de la de dos miembros del Consejo de empresa, elegidos por ésta. Los nombramientos serán comunicados a la Consejería de Economía, la cual los legitimará ante los bancos y otros organismos.

Art. 17.º Los Consejos de empresa levantarán acta de sus reuniones y mandarán copia certificada de los acuerdos que adopten a los Consejos generales de la Industria respectiva. Cuando estos acuerdos lo requieran intervendrá el Consejo general de Industria en la forma que corresponde.

Art. 18.º Los Consejos tendrán la obligación de atender las reclamaciones o sugerencias que les formulen los obreros, y harán constar en acta las manifestaciones que les sean hechas para que éstas lleguen, si hay lugar, a conocimiento del Consejo general de Industria.

Art. 19º Los Consejos de empresa estarán obligados, al final de cada ejercicio, a dar cuenta de su gestión a sus obreros, reunidos en asamblea general. Asimismo, los Consejos de empresa librarán copia del balance y de una memoria semestral o

anual al Consejo general de Industria, memoria que detallará la situación del negocio o de los planes que se proyecten.

Art. 20º Los Consejos de empresa podrán ser separados, parcial o totalmente, de sus cargos por los trabajadores reunidos en asamblea general y por el Consejo general de la Industria respectiva, en caso de manifiesta incompetencia o de resistencia a las normas dictadas por éste.

Cuando la separación haya sido acordada por el Consejo general de la industria respectiva, si los obreros de la empresa en asamblea general lo acuerdan, podrán recurrir contra esta decisión al Consejero de Economía, el fallo del cual, previo informe del Consejo de Economía, será inapelable.

III. DE LOS COMITÉS DE CONTROL EN LAS EMPRESAS PRIVADAS

Art. 21.º En las industrias o comercios no colectivizados será obligatoria la creación del Comité obrero de Control, en el que tendrán representación todos los servicios – productores, técnicos y administrativos – que formen la empresa. El número de elementos para la composición del comité será decidido libremente por los obreros y la representación de cada sindical deberá ser proporcional al censo respectivo de afiliados dentro de la empresa.

Art. 22.º Será misión del Comité de Control: a) El control de las condiciones de trabajo, o sea el cumplimiento estricto de las condiciones vigentes en cuanto a sueldos, horarios, seguros sociales, higiene y seguridad, etc., así como también de la estricta disciplina en el trabajo. Todas las advertencias y notificaciones que tenga que hacer el gerente de la empresa al personal serán dirigidas por conducto del Comité. – b) El control administrativo en el sentido de fiscalizar los ingresos y pagos, tanto en efectivo como por conducto de Bancos, procurando que respondan a las necesidades del negocio, interviniendo a la vez todas las demás operaciones de carácter comercial. – c) Control de la producción, consistiendo en la estrecha colaboración con el patrono a fin de perfeccionar el proceso de la producción. Los Comités obreros de Control procurarán mantener las mejores relaciones posibles con los elementos técnicos, a fin de asegurar la buena marcha del trabajo.

Art. 23º Los patronos estarán obligados a presentar a los comités obreros de control los balances y memorias anuales, que mandarán informados al Consejo general de la industria respectiva.

IV De los Consejos Generales de Industria

Art. 24º Los Consejos generales de Industria estarán formados de la manera siguiente: Cuatro representantes del Consejo de empresa, elegidos en la forma que oportunamente se señalará. Ocho representaciones de las diversas centrales sindicales, en número proporcional al de los afiliados en cada una de ellas. La proporcionalidad de los representantes sindicales será fijada por el procedimiento que éstas establezcan de común acuerdo. Cuatro técnicos nombrados por el Consejo de Economía. Estos Consejos estarán presididos por el vocal respectivo del Consejo de Economía de Cataluña.

Art. 25.º Los Consejos generales de Industria formularán los planes de trabajo de la industria respectiva en carácter general, orientado a los Consejos de empresa en sus funciones, y, además, cuidarán de regular la producción total de la industria, unificar los precios de coste en aquello que sea posible, a fin de evitar la competencia, estudiar las necesidades generales de la industria, estudiar las necesidades del consumo de sus productos, examinar las posibilidades de los mercados peninsulares y extranjeros, observar, asimismo, la marcha global de la industria y fijar en cada caso los límites y el rimo de la producción para cada clase de artículo; proponer la supresión de fábricas o su aumento, según las necesidades de la industria y del consumo o bien la fusión de determinadas fábricas; proponer la reforma de determinados métodos de trabajo, de crédito y de circulación de productos, sugerir modificaciones en los aranceles y en los tratados comerciales; organizar centrales de venta y adquisición de utillaje y de materias primas; gestionar determinados asuntos con las industrias de otros lugares de la península o del extranjero; gestionar facilidades bancarias y crediticias; organizar mancomunadamente laboratorios de ensayos técnicos; formular estadísticas de producción y de consumo; tender a la sustitución de las materias de procedencia extranjera por otras nacionales. Además, los Consejos generales de Industria

podrán estudiar y adoptar las medidas que crean necesarias y de interés para el mejor desenvolvimiento de la labor que les está confiada.

Art. 26.º Los acuerdos que adopten los Consejos generales de Industria serán ejecutivos, tendrán fuerza de obligar y ningún Consejo de empresa ni empresa privada podrán desatender su cumplimiento, bajo ningún pretexto que no sea plenamente justificado. Solamente podrá recurrir contra ellos ante el Consejero de Economía, la decisión del cual, previo informe del Consejo de Economía, será inapelable.

Art. 27.º Los Consejos generales de Industria mantendrán constantemente contacto con el Consejo de Economía de Cataluña, a las normas del cual se ajustarán en todo momento, y entre ellas cuando se les planteen asuntos que requieren una acción mancomunada.

Art. 28.º Los Consejos generales de Industria deberán remitir al Consejo de Economía de Cataluña, dentro de los períodos que para cada caso se establezcan, un documento circunstancial donde se analice y se exponga la marcha global de la industria respectiva y en el que propongan planes de actuación.

V. DE LAS AGRUPACIONES DE INDUSTRIAS

Art. 29.º A fin y efecto de promover la constitución y organización de los Consejos generales de Industria, el Consejo de Economía formulará, dentro de los quince días siguientes a la promulgación del presente decreto, una propuesta que comprenda la clasificación de las diferentes industrias y su agrupación debidamente estructurada, de acuerdo con la respectiva especialidad y coordinación de secciones en que cada una de ellas se divida.

Art. 30.º Se tendrá en cuenta para la mencionada agrupación la materia prima, la totalidad de las operaciones industriales hasta llegar a la venta o compensación industrial del producto, la unidad técnica y en aquello que sea posible la de gestión comercial, procurando la concentración integral a fin de suprimir interferencias perturbadoras.

Art. 31.º Al mismo tiempo que la clasificación para las concentraciones industriales, el Consejo de Economía propondrá la reglamentación por la cual habrá de regirse la constitución y funcionamiento de las mismas.

VI. OBLIGACIONES INDUSTRIALES

Art. 32.º En toda colectivización o socialización de una empresa, tanto si se trata de intereses nacionales como extranjeros, cualquiera que sea su importancia, se establecerá un inventario-balance de situación deducida de la contabilidad, debidamente comprobada, de la empresa, acompañado de la revisión detallada y valorada de los bienes, muebles e inmuebles, de toda clase que pertenezcan a la misma.

Art. 33.º Los inventarios establecidos, de acuerdo con lo expresado en el precedente artículo, serán revisados por una comisión constituida por seis miembros técnicos serán revisados por una comisión constituida por seis miembros técnicos y contables designados por el Consejo de Economía, bajo la presidencia del ponente a quien afecte la respectiva especialización de empresa, cuya comisión los informará y someterá a la aprobación del Consejo.

Art. 34.º El Consejo de Economía de Cataluña, una vez estudiado el informe mencionado, podrá disponer, de creerlo procedente, una segunda revisión, dictaminando en definitiva y sometiendo el acuerdo al consejero de Economía de la Generalidad, contra la resolución del cual no cabrá recurso de ninguna clase.

Art. 35.º Una vez establecido el activo social inventariado y deducido el pasivo, caso de no ser positivo el resto del resultante, quedará registrado en la Consejería de Economía de la Generalidad a los efectos de concreción de los usufructuantes y compensación social que proceda.

Art. 36.º A los fines de esta compensación se desglosará lo que represente aportación o participación extranjera, lo perteneciente a instituciones populares de ahorro y préstamo, así como a los establecimientos de crédito, y lo que corresponda a particulares u otras empresas nacionales, para lo cual se publicarán en cada caso por la Consejería de Economía los anuncios correspondientes, con el bien entendido que toda participación deberá referirse a fecha anterior al 19 de julio próximo pasado.

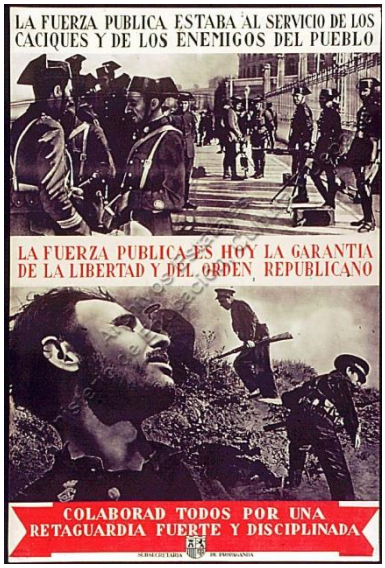
Art. 37.º La compensación social que corresponde al primer caso mencionado en el artículo precedente será íntegramente reconocida por la Generalidad. Su valor será estimado en moneda nacional.

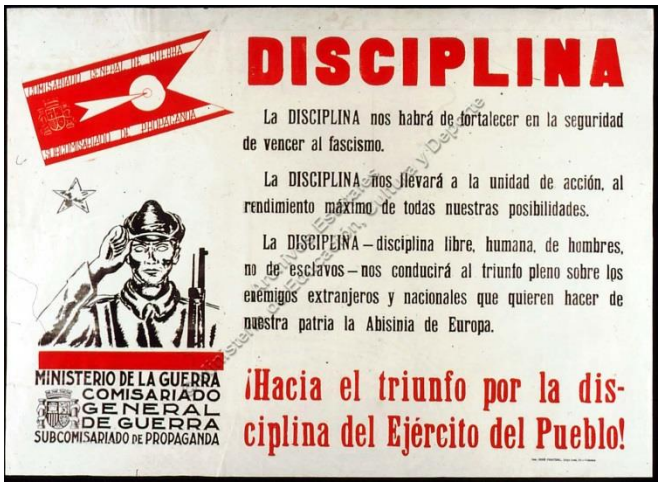
Art. 38.º La compensación que corresponde al segundo caso del artículo 36 queda supeditada a ulteriores determinaciones, siendo reconocido el volumen del mismo.

Art. 39.º Para aquellas pequeñas industrias y comercios que hayan sido objeto de colectivización al ser publicado este decreto, el Consejo de Economía estudiará y propondrá una justa compensación social. A tal efecto, queda abierto en el Consejo de Economía un período de información que finirá el día 30 de noviembre próximo a fin de que los interesados puedan presentar sus peticiones.

Barcelona, 24 de octubre de 1936. El consejero primero, José Tarradellas. El consejero de Economía, Juan Fábregas.

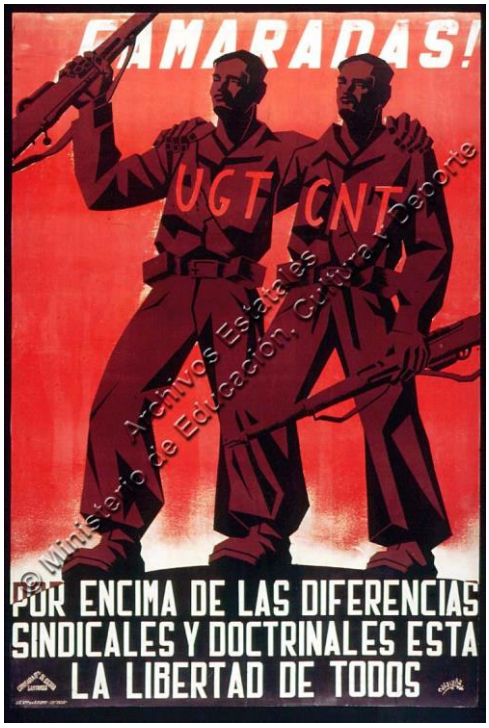
Anexo K





Cartazes que refletem posições centralizadoras (Fonte: http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=6 Acesso em: 14 mai. 2013)

Anexo L



Cartazes conclamando pela unidade antifascista e unidade sindical (Fonte: http://pares.mcu.es/cartelesGC/AdminControlServlet?COP=6 Acesso em: 14 mai. 2013)